

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Valdenízia Bento Peixoto

**Projeto Profissional do Serviço Social:
as expressões da dimensão ético-política no exercício profissional dos gestores da Secretaria
Municipal de Assistência Social de Fortaleza**

**Recife
2009**

Valdenízia Bento Peixoto

Projeto Profissional do Serviço Social:
as expressões da dimensão ético-política no exercício profissional dos
gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Edelweiss Falcão de Oliveira.

Recife
2009

Peixoto, Valdenízia Bento

Projeto profissional do Serviço Social : as expressões da dimensão ético-política no exercício profissional dos gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza / Valdenízia Bento Peixoto. – Recife : O Autor, 2009.

124 folhas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2009.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Assistência social – Fortaleza. 2. Prática (Serviço social). 3. Ética. 4. Assistentes sociais. 5. Assistentes sociais Supervisão. I. Título.

364
361

CDU (1997)
CDD (22.ed.)

UFPE
CSA2009-137

Valdenízia Bento Peixoto

Projeto Profissional do Serviço Social:
as expressões da dimensão ético-política no exercício profissional dos gestores da
Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza

BANCA EXAMINADORA

Edelweiss Falcão de Oliveira

Prof^a. Dr^a. **Edelweiss Falcão de Oliveira**

Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá

Prof^a. Dr^a. **Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá**

Sâmia Rodrigues Ramos

Prof^a. Dr^a. **Sâmia Rodrigues Ramos**

DATA DA APROVAÇÃO : ____/____/____

À humanidade, pois somente por ela sonhamos, lutamos e
vivemos, na crença de dias melhores sempre.

À minha família, pela capacidade de fazer o amor presente,
mesmo à distância.

“A GENTE É TANTA GENTE ONDE QUER QUE A GENTE VÁ...”

Esta dissertação representa o final de uma etapa, o encerramento de um ciclo que congregou incomensuráveis sensações. Sensações contraditórias, porém, tal contradição se expressa numa mágica relação de interseção entre perdas e ganhos, erros e acertos, tristezas e felicidades, partidas e chegadas, lágrimas e sorrisos, fim e recomeço...

O importante foi perceber que isso jamais poderíamos ter sentido e vivido sozinha, mas sim com pessoas queridas que influenciaram diretamente nesse processo, portanto deixo aqui meus agradecimentos especiais a:

Minha família: D. Terezinha e S. Peixoto, minhas irmãs e meu irmão; que nesses 27 anos foram (e são) os primeiros responsáveis pela composição desta toada ritmada, que é a vida que toco;

Meus sobrinhos e sobrinhas, figurinhas que amo incondicionalmente e que tornam a vida mais leve; e aos meus cunhados e cunhadas, pelo carinho, respeito e força em todos os momentos;

Prof^a. Anita Aline, pelo exemplo de vivacidade e de responsabilidade com o ensino e a pesquisa;

Prof^a. Ângela Amaral, por transformar a sala de aula em um ambiente de companheirismo, respeito e prazer, com seus refinados ensinamentos da teoria crítica;

Minha orientadora, prof^a. Edelweiss Falcão, que para além de orientadora, representa para mim a expressão de sensibilidade e delicadeza frente os tortuosos caminhos que enfrentamos durante a carreira acadêmica. Obrigada pelas contribuições, por despertar o senso crítico e autônomo e por acreditar na materialização desse trabalho;

Prof^a Sâmia Rodrigues, pela rica contribuição teórica e disponibilidade em tentar desatar os nós da minha pesquisa, sempre com imensa gentileza, doçura e atenção. Nutro um carinho e uma admiração, não apenas pela profissional que és, mas pela pessoa em sua totalidade;

A estimada prof^a. Alexandra Mustafá, pelas sábias considerações desde a banca de qualificação, e por toda atenção e generosidade nos diversos momentos e espaço do mestrado;

Minhas queridas companheiras do mestrado, pelas trocas teóricas, aprendizagens e pelo carinho em receber “a cearense”. Um agradecimento especial à Solange, Paula Raquel, Macelani, Neidinha e Juliene por todo afeto e cumplicidade;

Paulinha Veloso, pela redescoberta no mestrado de uma fiel amizade de todos os momentos. Obrigada pelo incentivo, preocupação, e inclusive pelo ombro e pela forcinha final na impressão;

Ao admirável amigo Jamerson, por todas interlocuções no nosso embrionário processo de aprendizado e amadurecimento teórico, por me ouvir, apoiar e fazer acreditar na reinvenção de uma nova sociedade. Encontro precioso, amizade sincera, um eterno companheiro na luta por um mundo verdadeiramente livre;

As queridas Ana Bosch e Gigi, não poderia faltar um carinhoso e especial agradecimento por me receberem com tanto afeto, disponibilizando além do computador, um bucólico e poético espaço de trabalho;

Amiga Rosângela Pimenta, aporte cearense em terras estrangeiras. Obrigada minha amiga, por compartilhar solidariamente da campanha “não me pergunte sobre minha dissertação/tese”, e principalmente, por ceder um vasto ombro durante esse fim;

A companheira Nívia, por nos acolher em Recife desde a seleção e que posteriormente tivemos a amizade acimentada pela convivência cotidiana;

A Cláudia, minha terna e eterna companheira. Há oito anos agradeço a sua presença em meu coração, em minha vida. As escolhas que fizemos foram incapazes de minar o sentimentalismo e o amor que sinto. Ao contrário, minha admiração, respeito e carinho só ascendem. A você toda minha gratidão, nas rigorosas e bem humoradas apreciações nesse trabalho, à sua dedicação, doçura e amor por nós, sempre;

A querida Janaiky, a caçulinha da família! Uma amizade que condensa os valores mais grandiosos e dignos. Minha linda, sem a sua inefável presença em nossa casa, com certeza esse trabalho ainda estaria inconcluso. Obrigada pelo cuidado, carinho, apoio e atenção;

A Verônica, meu agradecimento a você é cotidiano, é por cada café da manhã juntas, é por cada despesa doméstica dividida, é por cada farra, por cada choro, por cada risada

compartilhada, enfim é por todo companheirismo leal e solidário que construímos. Um pedaço de meu coração já é seu, obrigada por tê-lo, minha amiga.

A Aina: estranho seria se não me apaixonasse por esta cidade, e mais estranho seria se eu tivesse vivido Recife sem conhecer você. Fomos a combinação perfeita entre desatino e entrega, fomos a ousadia, encontro de alma e corpo, relação de amizade e amor, por tudo isso e pela intensidade que vivemos, eu te agradeço. Fim de ciclo, mas como diz Drummond: “as coisas fíndas, muito mais que lindas, essas ficarão”.

O inacessível já não faz mais sentido diante da potencialidade de todas vocês.

Obrigada

Elogio da Dialética

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros. Os dominadores se estabelecem por dez mil anos. Só a força os garante. Tudo ficará como está. Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores. No mercado da exploração se diz em voz alta: Agora acaba de começar: E entre os oprimidos muitos dizem: Não se realizará jamais o que queremos! O que ainda vive não diga: jamais! O seguro não é seguro. Como está não ficará. Quando os dominadores falarem falarão também os dominados. Quem se atreve a dizer: jamais? De quem depende a continuação desse domínio? De quem depende a sua destruição? Iguamente de nós. Os caídos que se levantem! Os que estão perdidos que lutem! Quem reconhece a situação como pode calar-se? Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã. E o “hoje” nascerá do “jamais”.

Bertold Brecht

RESUMO

Esse trabalho trata da dimensão ético-política do projeto profissional do Serviço Social nas suas expressões do exercício profissional de assistentes sociais, que exercem a função de gestores da política de assistência social, na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, em Fortaleza. O Serviço Social, durante os anos 1980 promoveu uma renovação em suas bases teóricas e metodológicas, buscando a aproximação com a teoria crítica social. Somente na década posterior, é que a profissão vai amadurecer a sua compreensão política e filosófica em torno da ética. Analisar o projeto profissional perpassa necessariamente pelo estudo da ética, da política, da economia e das várias tendências teóricas incorporadas à profissão ao longo do desenvolvimento histórico. A escolha pelo campo empírico na SEMAS deve-se ao fato dessa Secretaria ser um órgão político que compõe a administração do governo petista de Luizianne Lins, que apresentou em sua campanha uma proposta democrático-popular sob o signo de ética na política. O encaminhamento metodológico para tal reflexão se realizou através de uma análise bibliográfica sobre ética e conjuntura política brasileira, além de analisar os documentos institucionais da SEMAS, para em seguida confrontar o discurso dos gestores, com os princípios éticos que orientam a profissão. Avaliar a hegemonia do projeto profissional na SEMAS (ou em âmbito geral) não foi nossa pretensão, porém nos aproximamos um pouco desse debate e percebemos que frente à sociedade capitalista, onde impera o projeto da classe burguesa, torna-se bem mais desafiador a atuação da (o) assistente social. Identificamos que mesmo numa sociedade na qual impera as desigualdades entre as classes, e o valor ético é subsumido ao individualismo e à concorrência, ainda assim, para os gestores, é possível a execução do projeto profissional. Portanto, uma prática profissional no serviço social, que leve em conta a potencialidade política, jurídica e ética, prevista no Código de Ética, se constitui num importante elemento para ampliação do horizonte da emancipação social e política da sociedade.

Palavras-Chaves: Projeto Profissional; Ética; Exercício Profissional

ABSTRACT

This work deals with the ethical-political dimension of the Social Work Professional Project in their expressions of the exercise of professional social workers, engaged in the task of managers of the policy of social assistance, in the Municipal Secretariat of Social Assistance - SEMAS in Fortaleza. During the years 1980, Social Work promoted a renewal in their theoretical and methodological bases, thus seeking a rapprochement with the critical social theory. Only later in the decade, is that the profession will mature understanding its political and philosophical about the ethics. Analyze the design professional colours necessarily by the study of ethics, politics, economics and the various trends theoretical incorporated to the profession over historical development. The choice by empirical field in SEMAS due to the fact that Secretariat is a political body that comprises the administration of government petista of Luizianne Lins, which has submitted a proposal in its campaign of ethics in politics. The routing methodological for this reflection was held through a literature review on ethics and political Brazilian, and analyzing the documents of institutional SEMAS, then to confront the speech of managers, with the ethical principles that guide the profession. Assess the hegemony of the project professional in SEMAS (or in general scope) was not our intention, but rather we approach this debate and noticed that the front capitalist society, where reigns of the project bourgeois class, it is much more challenging to action (o) of a social worker. Thus, identified that even in a society where reigns inequalities between the classes, where the value is ethical a hided individualism and competition, still, to the managers, it is possible the implementation of the project professionally. Therefore, a professional practice in social service, which takes into account the potential political, legal and ethical, provided in the Code of Ethics, these constitute an important element in broadening the horizon of social and political emancipation of society.

Keywords: *Social Assistance; Ethics; Social Work Professional Project.*

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1: Projeto Profissional do Serviço Social: desafios e consolidações	21
1.1. Trajetória histórica da construção do Projeto Ético-Político	22
1.2. A ética como pressuposto da emancipação político-social?.....	36
1.3. Princípios Norteadores do Projeto Ético-Político e o exercício profissional	42
Capítulo 2: O Projeto Profissional do Serviço Social e suas expressões no contexto da assistência social contemporânea	51
2.1. A ofensiva neoliberal e o esfacelamento da política social	52
2.1.1. Os (des)caminhos da Assistência Social na conjuntura brasileira pós-LOAS	59
2.2. O processo de constituição da política de assistência em Fortaleza	63
2.2.1. Conjuntura política do Ceará nos anos 80 e 90	63
2.2.2. Caminhos históricos da política de assistência em Fortaleza – do clientelismo à criação da SEMAS	66
2.3. Ação profissional das assistentes sociais: dificuldades e estratégias para consolidação da política de assistência social em Fortaleza	72
Capítulo 3: O Projeto Profissional: desafios numa realidade contraditória	78
3.1. O projeto profissional e seus reflexos na gestão democrático-popular	79
3.2. O discurso dos gestores da assistência ante a “contra-reforma” do Estado	90
3.3. Projeto Ético-Político: resistência anticapitalista ou idealismo?	98
Considerações Finais	106
Anexos	113
Referências	119

INTRODUÇÃO



Nossa proposta de estudo se origina da preocupação em perceber as expressões do projeto ético-político do Serviço Social na prática da (o) assistente social, assim como analisá-lo a partir das dimensões que o compõe. Esta temática vem à tona devido a um momento histórico no qual os desvalores produzidos pelo sistema capitalista avançam assustadoramente e projetam na sociedade uma ideologia individualista e utilitarista, além de efêmera. Diante desta situação, refletir sobre o exercício profissional, a partir dos conhecimentos teóricos, filosóficos e políticos da ética, tem se tornado uma ação bastante desafiadora, no entanto fundamental para o desenvolvimento da profissão.

Essa discussão é essencial para analisarmos o processo de formação do projeto profissional, sendo este o objeto de amadurecimento ao longo de nosso estudo. Contudo, no processo de maturação do objeto, centramos foco para a dimensão ético-política contida no projeto profissional, permeando a particularidade da atividade profissional do assistente social.

Assim, o estudo aponta para apreensão dessa dimensão no cotidiano dos gestores, que executam a política de assistência social na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura Municipal de Fortaleza. A atual gestão da Prefeitura de Fortaleza foi eleita em 2004, com um discurso de campanha sob direcionamento democrático-popular, com grande adesão popular. A campanha e a vitória foram garantidas principalmente por setores da periferia, dos movimentos sociais, sindicatos, estudantes, intelectuais, artistas e outras pessoas vinculadas a partidos de esquerda. Nesse momento, uma grande parcela da categoria de assistentes sociais também se posicionou a favor do projeto de governo de Luizianne Lins, inclusive na elaboração deste. Esse movimento foi realizado através da divulgação de cartas e monções de apoio. No entanto, o governo, no decorrer da gestão, não ficou ileso de posturas conservadoras ou coniventes com a lógica neoliberal, na qual ações “em nome da governabilidade” soassem como justificativas para tomadas de decisões divergentes dos interesses e necessidades da população pertencente à classe trabalhadora.

Por possuir no discurso elementos que possibilitavam ruptura - ao menos parcial - com a lógica capitalista, podíamos visualizar uma convergência entre o plano de governo de Luizianne Lins e o projeto profissional do Serviço Social. Sendo assim, encontramos um campo empírico fértil para examinar as contradições ou perspectivas que se coadunavam com o projeto ético-político do Serviço Social, a partir do direcionamento das políticas sociais desenvolvidas pelos

gestores que trabalham na SEMAS. O número total de gestores que compõem a SEMAS são seis, e todos são assistentes sociais.

Analisar o projeto profissional e sua influência na prática cotidiana da (do) assistente social implica na compreensão das transformações do mundo do trabalho engendradas pela reestruturação produtiva do capitalismo. Desta forma, o estudo passará, necessariamente, pelas articulações entre a conjuntura política e econômica, para que sejam evidenciadas as múltiplas determinações que fazem emergir os diferentes aspectos e elementos constituintes de projetos coletivos, sejam estes societários ou profissionais.

O Serviço Social é orientado por um projeto construído em princípios completamente opostos à lógica capitalista, e vinculado, portanto às demandas da classe trabalhadora e aos ideais de liberdade, justiça social, democracia e cidadania. Além disso, o projeto profissional do Serviço Social parte da compreensão ontológica do ser, enquanto sujeito capaz de produzir e reproduzir-se socialmente a partir do trabalho (não alienado, nem explorado). Nesse sentido, entendemos que o trabalho livre potencializa a construção e a transformação da história do próprio ser social, e a partir disso esse ser alcança a liberdade plena. Para Marx & Engels (1984, p.39), a liberdade proporcionada pelo trabalho possui a seguinte expressividade:

(...) na sociedade comunista, na qual não tem um círculo exclusivo de atividade, mas se pode adestrar em todos os ramos que preferir, a sociedade regula a produção geral e, precisamente desse modo, torna possível **que eu faça hoje uma coisa e amanhã outra, cace de manhã, pesque de tarde, crie gado à tardinha, critique depois da ceia, tal como me aprouver, sem ter de me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico. (grifos nosso)**

É por meio do trabalho livre, que o ser humano cria as condições de auto-transformação e auto-superação, cria e recria a sociedade em que vive, configurando-se como sujeito de sua própria história. Toda atividade laborativa tem como objetivo a realização plena do indivíduo, tal realização ocorre a partir da capacidade teleológica do ser, e dessa maneira o indivíduo transforma a natureza e a si próprio.

Através dessa perspectiva sobre o trabalho, há a possibilidade da (do) profissional desvencilhar-se da prática meramente executora e passar a atuar mediante a reflexão analítica e crítica. Isto significa uma atuação que obedece ao movimento dialético entre teoria e prática. Uma prática bem fundamentada nos princípios éticos, isto é, apropriada ao caráter ético-político do projeto profissional, proporciona à (ao) assistente social um desenvolvimento de

potencialidades crítica, criadora e emancipatória (NICOLAU, 2004). Além desse ganho político e teórico para profissão, o usuário também será contemplado, pois além de manter garantido direitos já adquiridos, abrirá possibilidade para uma consciência crítica em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Quando tratamos de uma sociedade hierarquizada em classes sociais, prevalece o projeto societário da classe dominante, que não significa o interesse ou a necessidade geral e homogênea de toda a sociedade. O projeto societário, viabilizado pela classe dominante, designa a propagação ideológica dessa classe, explicitando a dimensão política dos projetos que, por sua vez, envolvem também uma relação de poder.

No caso do Serviço Social, este é aliado ao projeto da classe trabalhadora, além de se reconhecer enquanto tal, por isso defende, em seus princípios, a luta pela superação da ordem capitalista, sem, contudo, negligenciar o fato de que a realidade objetiva é bastante adversa e desafiadora. Acerca dessa discussão, Ramos (2005) aponta, que os princípios tencionados no projeto profissional não são uma mera abstração ou mesmo um anacronismo teórico, nem tampouco um descompasso entre as bandeiras de lutas do projeto e a realidade objetiva. O que contém tanto no código de ética, como na lei que regulariza a profissão, e nas diretrizes curriculares, são estratégias de luta das (os) profissionais, e além dessas questões que envolvem particularmente a formação profissional, a (o) assistente social deve prioritariamente aliar-se à outros sujeitos da classe trabalhadora, aos movimentos sociais e assim manterem-se firmes no embate contra o sistema capitalista.

O direcionamento ético e político do atual projeto profissional do Serviço Social possui elementos e princípios que devem estar presentes em todos os espaços de formação, orientando e fundamentando o exercício profissional, como na academia, com disciplinas elementares para o entendimento da temática, na intervenção prática no cotidiano e, principalmente na construção de uma identidade político-ideológica da profissão.

O processo de construção e desenvolvimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social nos anos 1990 e sua inscrição histórica no exercício profissional são bases para a nossa investigação, assim como a identificação dos desafios contemporâneos desse exercício frente às contradições da condição de trabalho da (o) assistente social e por fim a compreensão da particularidade do exercício profissional na Prefeitura de Fortaleza.

A partir dos anos 1990, as mudanças que envolveram a sociabilidade do capital abrem portas para um novo referencial crítico ao Serviço Social, o que implica diretamente em seu campo de atuação. A discussão sobre a inserção do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho e as particularidades daí advindas, refletem na sociedade uma saturação de elementos inerentes à construção do projeto profissional.

Nesse sentido, a temática da ética, do projeto ético-político ganha espaço considerável nas diversas áreas do Serviço Social, prova disso é a aprovação do novo código de ética em 1993, que este procurou superar o mecanicismo, a impossibilidade prática de elementos contidos no código anterior, confirmando o refinamento teórico crítico e consolidando o amadurecimento na apreensão da teoria marxista que orienta o projeto (BARROCO, 2004).

É a partir da visão crítica, propositiva e com possibilidades à emancipação, contida no projeto profissional da (o) assistente social, que pretendemos apreciar seu conteúdo e analisar os componentes da dimensão ético-política. É justamente esta dupla categorização (ética e política) que propicia a sustentabilidade ao exercício competente da (o) assistente social diante de demandas cada vez mais pragmáticas e paliativas impostas pelo sistema, quando em sua maioria são necessidades forjadas pelo próprio capital em dissonância com as reais demandas da classe trabalhadora.

A natureza da ética tem como propósito apreender criticamente as bases dos conflitos sociais, que em sua maioria acabam dimensionando para conflitos de cunho moral, e assim revela, o sentido alienante que os desvalores burgueses impõem contra a liberdade humana. Além disso, um outro fator imprescindível no estudo da ética é a compreensão da relação entre *singularidade e universalidade*, o que vai implicar diretamente na transição entre as necessidades individuais dos sujeitos e a sua projeção em âmbito coletivo. A transcendência das necessidades individuais aos interesses coletivos dos indivíduos é exatamente o ponto em que o sujeito encontra-se capaz de elevar-se ao humano-genérico (cf. RAMOS, 2005).

O desafio da apreensão do conteúdo do projeto na contemporaneidade é vinculado a uma perspectiva que considera as várias determinações das esferas que compõem a vida cotidiana, como a política, a economia, a arte, a religião, enfim, as estruturas formadoras da teia de sociabilidade humana. Essas esferas, que possuem um caráter heterogêneo e hierárquico, mantêm uma relação entre suas estruturas, por onde transcorrem ideologias específicas e valores particulares de cada época. Ao entender que as implicações numa estrutura poderão acarretar

alterações em outra, temos então que considerar que o complexo de uma estrutura não deve ser analisado isoladamente, pois poderá ocultar determinações relacionadas às outras. É nesta perspectiva analítica, que necessitamos da compreensão ontológica do ser, partindo do método materialista dialético e legitimando o processo investigativo orientado pela totalidade social (cf. HELLER, 2000).

A partir da perspectiva de análise teórico-metodológica, referida, é que procuramos analisar o exercício profissional de assistentes sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS na Prefeitura de Fortaleza. Porém, é relevante apresentar algumas questões que se fazem presentes em nosso estudo, provocando uma maior necessidade de aprofundamento do tema, são elas: como está se materializando o projeto ético-político profissional na prática cotidiana da (o) assistente social? Diante das adversidades postas pela reestruturação capitalista no mundo do trabalho, é possível ao assistente social uma prática condizente com os princípios do código de ética? Como se configura o processo de afirmação e consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente de uma sociedade escassa de valores democráticos, libertários e de justiça social? Estas questões tornam possível o trabalho de pesquisa ser sempre um processo de novas problematizações, com inesgotáveis possibilidades de determinações sociais, políticas e culturais, que podem gerar, por sua vez, outras fontes de pesquisa.

Com esses pressupostos, é que ao analisarmos os documentos de construção que balizam o projeto de governo democrático-popular de Luizianne Lins, elaborado na campanha em 2004. Percebemos que a política desse governo possui, no âmbito do discurso, uma intenção que prima pela viabilização da transformação da qualidade de vida dos sujeitos marginalizados pela ofensiva predatória do capital. Porém, já passados quase todo o período do mandato, percebe-se que o discurso inicial do programa não conseguiu se materializar de modo satisfatório. Não estamos com isso afirmando que na prática não tenha ocorrido, mas com a adversidade social, a concentração de renda e o crescimento urbano desmedido em Fortaleza, o desenvolvimento de políticas sociais com finalidade emancipatórias tornou-se uma realidade longínqua. Além disso, podemos considerar a mudança do horizonte político do Partido dos Trabalhadores, que nessa última década enveredou pelo modelo neoliberal¹.

Para os gestores da SEMAS, é perfeitamente viável perceber, e inclusive apontar, as dificuldades enfrentadas tanto na estruturação da própria secretária, como na implementação e

¹ Esse assunto é aprofundado em Netto (2004a).

execução das políticas de assistência. Diante das dificuldades apontadas, as que mais se destacaram foi o esforço de romper com a cultura política conservadora, a dificuldade enfrentada no momento da constituição da secretaria, desde o espaço físico² até a falta de equipamentos e materiais de expediente; o insuficiente orçamento direcionado para a área social, a falta de recursos humanos para fiscalizar a execução das políticas pelas entidades conveniadas, o não reconhecimento, inclusive por parte das autoridades, da assistência social como política de direito, participante da política de Seguridade Social, dentre diversos outros.

A pesquisa compreende três momentos distintos e correlacionados à dinâmica do seu espaço/tempo. O primeiro, está relacionado a realização de um estudo exploratório acerca da bibliografia que subsidiou o entendimento da dinâmica política, econômica e social do Brasil, correlacionando a um esforço de investigação sobre os elementos teóricos do Serviço Social e uma aproximação com o estudo filosófico da ética. Além desses referenciais, também exploramos um pouco a questão da política cearense, com a ascensão do grupo político formado por jovens empresários do estado, que modernizou o modelo político do Estado. Questões pertinentes ao desenvolvimento da política de assistência social no município também são fatores que tangenciaram o debate do objeto.

No segundo momento, realizamos técnicas de produção de dados especificamente sobre a SEMAS, no entanto por ser recém criada (julho de 2007), a secretaria ainda vive um processo de estruturação, o que dificultou o acesso aos arquivos documentais. No entanto, ainda conseguimos, através dos gestores, alguns poucos documentos, além do acesso às matérias de jornais veiculadas nos principais periódicos do município. Estes foram necessários à comprovação e/ou refutação de fatos e dados, possibilitando uma aproximação ao objeto da pesquisa. A técnica de entrevistas semi-estruturadas com as gestoras foi outro instrumento utilizado para a obtenção de dados. Optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas com assistentes sociais que estão vinculadas diretamente com áreas do ensino e pesquisa sobre a assistência social, tendo sido realizada três entrevistas. Estes foram métodos de apropriação do debate histórico, teórico e político da assistência em Fortaleza. Com essas entrevistas podemos confrontar os dois discursos, um político-institucional das gestoras e o outro político-teórico das pesquisadoras.

² Durante a pesquisa de campo na SEMAS, entre os meses de novembro e dezembro de 2007, era notório que o ambiente físico ainda estava num processo de estruturação física, ou seja, salas vazias, ainda esperando móveis e equipamentos eletrônicos, paredes em reforma, materiais de construção espalhados em corredores, os gestores sem possuir ainda salas próprias.

Pretendíamos realizar entrevistas a todos gestores, uma vez que essa totalidade seria um pequeno universo, porém a dificuldades³ de acesso a tais profissionais não nos permitiu entrevistar o total. Ainda assim, foi possível, através de suas concepções ideológicas, das articulações políticas e do enfrentamento de problemas da assistência social em Fortaleza, rastrear os princípios de ação das (os) assistentes sociais da SEMAS.

No terceiro e último momento, realizamos uma análise a partir dos dados obtidos e assim tentamos localizar a apreensão do projeto profissional, da ética, da política e a repercussão desses na vida profissional dos gestores. Além disso, procuramos também direcionar o entendimento do projeto para um aprimoramento das ações profissionais, para a perspectiva do enfrentamento crítico e propositivo dos desafios contemporâneos postos à profissão e da constante afirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Tivemos como metodologia de pesquisa esses três eixos, é apontado no primeiro capítulo, as bases históricas que engendraram o projeto profissional do Serviço Social, como esse projeto se constituiu e se mantém em hegemonia. No entanto, revelamos que para alguns autores (LESSA, 2002), (TONET, 2002), (NETTO, 2004a) e (BRAZ, 2004) essa hegemonia é ameaçada por vários fatores. Primeiro a desatualização teórica e metodológica e a expansão dos cursos de ensino a distância no Serviço Social, o que compromete a formação crítica da (o) assistente social. E segundo o próprio decurso econômico do capitalismo e os drásticos efeitos sociais causados na sociedade, que obstaculiza o direito, a cidadania, a democracia e a equidade social.

No segundo capítulo, realizamos um debate sobre a ofensiva neoliberal e seus reflexos na política social. Situamos a condição da política de assistência social, tanto em âmbito nacional, como municipal. Nesse capítulo também abordamos o contexto histórico e sócio-político de Fortaleza, assim como se processou a construção e implementação da política de assistência em Fortaleza e os desafios enfrentados pelos gestores de tal política no município.

E por fim, no terceiro capítulo, abordamos os vieses para a execução do projeto profissional frente à reestruturação capitalista do Estado burguês. Neste capítulo fica mais presente nossa análise a partir da compreensão dos gestores (enquanto criadores e executores da política de assistência) sobre a viabilização do projeto profissional inserido num programa de governo com horizonte democrático-popular. Além disso, nossa discussão aponta para o esforço

³ Consideramos importante esclarecer que foram realizadas diversas tentativas de contato com os gestores, através dos telefones institucionais, dos telefones celulares, de e-mails e de várias visitas à própria sede da Secretária. As alegações para inacessibilidade foram desde motivos pessoais (doenças e outros) à não disponibilidade de tempo para conceder a entrevista.

de expressar materialmente, via consolidação das políticas universalistas, as orientações ético-políticas do projeto profissional.

CAPÍTULO 1

Projeto Profissional do Serviço Social: desafios e consolidações.



O desafio de compreender o projeto profissional do Serviço Social, que para alguns autores é também denominado projeto ético-político, consiste na análise profunda da realidade em que este se gerou. A compreensão das determinações políticas, econômicas, sociais e culturais do Brasil, principalmente dos anos 1980 e 1990 é fundamental para o entendimento do processo de desenvolvimento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da profissão.

Nesse sentido, é que nos esforçamos em realizar, nesse primeiro capítulo, uma exposição analítica sobre os determinantes históricos que perpassaram a construção do projeto profissional, assim como a análise sobre os fundamentos filosóficos que orientaram e orientam a discussão sobre a ética e a política.

1.1. Trajetória histórica da construção do projeto profissional

O debate sobre o projeto profissional do Serviço Social ganhou terreno em meados da década de 1980, período em que emergiram conjuntamente no meio profissional as discussões sobre a filosofia da ética e da moral. Além disso, foi um momento onde a profissão aprofundou os conhecimentos sobre a teoria crítica, amadureceu o entendimento do marxismo e o pôs como referência teórica e prática. Atualmente, por um lado recorre-se comumente ao projeto profissional do Serviço Social para legitimar ações, projetos e políticas sociais, como forma de reconhecimento da identidade política e crítica da profissão.

No entanto, por outro lado, tal projeto parece pairar, para alguns profissionais, sob o signo de uma mitificação, numa arriscada aproximação com o senso comum, o que pode encaminhar para uma utilização abstrata e desvinculada de sua processualidade social e histórica. Entendemos, que a compreensão do projeto ético-político profissional do Serviço Social deve ter como horizonte a conectividade com as condições objetivas da realidade, com a totalidade social e com os elementos sócio-estruturais formadores da atual sociedade capitalista. Desapropriado do movimento da realidade e destituído das análises políticas, econômicas, culturais que compõem a sua própria formação, o projeto profissional é transformando numa espécie de elemento fantasmagórico que inunda o imaginário do exercício profissional como algo inacessível ou fica simplesmente alojado no “mundo das idéias”. É fundamental para a legitimidade do projeto profissional vinculá-lo a um projeto societário.

As mudanças que envolvem a sociabilidade do capitalismo, a vontade política dos sujeitos, a sua produção teórica, proporcionaram um novo referencial crítico ao Serviço Social, o que implicou diretamente em seu campo de atuação. A discussão sobre a inserção do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho e as particularidades desta refletidas na sociedade, abriu um leque de elementos inerentes ao desenvolvimento do projeto profissional. Porém, é preciso atentar que anterior ao debate do Projeto Profissional, é necessário a compreensão sobre projetos coletivos, como se formam, o que significa, a implicação destes sobre os indivíduos, sobre a sociedade e apontar para o debate do projeto societário.

Os projetos societários são produtos de ações humanas (individuais ou coletivas), que apresentam, na maioria das vezes, uma autoimagem da sociedade. As ações realizadas nos processos de construção dos projetos societários são de caráter teleológico, isto é, os sujeitos intencionam determinados ideais (que, por sua vez, possuem um teor valorativo imanente à época) e privilegiam certos meios para concretizá-los (cf. NETTO, 1999).

Em todo projeto societário há uma saturação de elementos que compõem as estruturas da vida cotidiana. Por possuir tais características, os projetos societários estão sujeitos à ruptura ou conservação, isto dependerá dos determinantes conjunturais dos períodos históricos e das classes que compõem a sociedade. Daí a caracterização dos projetos societários como flexíveis e passíveis à superação ou manutenção, à elevação ou subsunção de uma classe.

Nesse sentido:

A experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos essenciais atendem, os projetos societários constituem estruturas flexíveis e mutáveis: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e renovam-se segundo as conjunturas históricas e políticas (NETTO, 1999, p. 94).

Na sociedade contemporânea, regida sob a ótica do capitalismo em seu estágio mais desenvolvido, o projeto societário vigente é o que atende aos interesses desse sistema, ou seja, interesses neoliberais e burgueses, o qual tende a acompanhar uma lógica de produção que configura a expansão do lucro sobre o único produto que o trabalhador possui, a sua força de trabalho. O atual projeto que vigora hegemonicamente na sociedade capitalista dissemina valores

e ideologias que subtraem o sentido ontológico do trabalho, qual seja a transformação do sujeito, da sociedade e a criação de novas possibilidades de escolhas e necessidades.

Suscintamente podemos considerar que o sistema capitalista, no âmbito de sua hegemonia planetária, tende a tornar as relações entre os indivíduos fragmentadas e efêmeras, no qual os valores morais de afetividade e solidariedade são destituídos de seu sentido ético. E assim, a relação entre os indivíduos e entre esses e a sociedade; é representada por um estranhamento, o que resulta o não reconhecimento enquanto sujeitos determinantes de sua história, permanecendo alheios a si e ao meio.

Ao tratar de projetos coletivos, podemos considerar também o projeto profissional um exemplo representativo da organização política, ideológica e técnica de uma profissão. Assim como os projetos societários, eles são estruturas dinâmicas, que se renovam e se modificam, acompanhando as necessidades dos profissionais e dos usuários. Os sujeitos (a categoria profissional) que compõem o projeto são pertencentes a um universo heterogêneo de comportamentos, teorias, métodos e de referenciais ideológicos. Considerando o cenário heterogêneo da profissão, podemos identificar tensões e divergências acerca da condução do projeto, porém é este ambiente de disputa que garante o pluralismo e a possibilidade de uma direção hegemônica.

Autores como Netto (1999) e Barroco (2006) chamam atenção para o caráter de hegemonia a partir do entendimento desenvolvido por Antonio Gramsci. Para o filósofo sardenho, o conceito de hegemonia possui um aspecto completamente diferenciado de supremacia, pois esta última traduz dados que engessam possibilidades de transformação, além de se aproximar de tendências autoritárias. Os autores reforçam que o caráter hegemônico de um projeto profissional, não exclui a possibilidade de superação do mesmo, através do embate de idéias.

A afirmação, no seu interior, de um projeto profissional não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se pelo debate, pela discussão, pela persuasão - enfim, pelo confronto de idéias e não por mecanismos excludentes. Mas sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo (...) Esta articulação - imprescindível para a hegemonia de um projeto profissional - é complexa e não se faz em curto espaço de tempo. Ela exige recursos político-organizativo, processos de debate e elaboração, investigação teórico-práticas etc (NETTO,1999, p. 96,98).

Desse modo, o projeto profissional do Serviço Social é um conjunto de determinações construídas coletivamente, e para tanto são necessárias uma apreensão crítica da realidade e uma intervenção coerente com a práxis. Netto (op. cit.) ainda ressalta que, para a execução e implementação do projeto, é indispensável à tomada de consciência política, uma ação organizada e em sintonia com uma ideologia de recusa e crítica ao conservadorismo e ao capitalismo, além da vinculação à um projeto societário que contenha os mesmos propósitos.

A construção da dupla dimensão (ética e política) do projeto profissional acompanha temporalmente o desenvolvimento crítico da profissão, porém é importante ressaltar que a existência de um aparato teórico mais minucioso sobre os fundamentos éticos nos anos 1980 e 1990, não anula, nem desconhece a presença de debates éticos e morais nos projetos anteriores, afinal, é imanente a qualquer projeto, elementos que respaldem seu cunho político e ideológico. Contudo, os projetos anteriores à década de 1980 mantinham um viés conservador, positivista, filantrópico e desarticulado da discussão ontológica, o que fazia do debate ético um manual de boa conduta, repleto de moralismo e preconceito (BARROCO, 2006).

Com o movimento de intenção de ruptura no início dos anos 1980, o projeto profissional tomou um novo fôlego e garantiu como principal bandeira a oposição ao modelo político ditatorial, tendo como referenciais a liberdade política, a democracia e a não opressão dos trabalhadores diante do sistema capitalista. Além disso, o Serviço Social passou por mudanças teórico-metodológicas, buscando aportes para implementação de um conteúdo mais crítico e voltado às necessidades sociais e políticas da classe trabalhadora. Para um melhor entendimento do marxismo, a aproximação teórica de autores como Antônio Gramsci e George Lukács foram fundamentais para o abandono da teoria estruturalista e vulgar⁴ de Louis Althusser⁵, fazendo

⁴ Netto (2001) classifica como vulgar, determinados vícios oriundos da equivocada interpretação marxista de Althusser. Se num momento o Serviço Social era caricaturado como atividade vinculada à religião, nesse outro, o “espírito” do militante político foi bem exacerbado. O partidarismo também parecia ser algo irrefutável. No entanto, mesmo com todo esse contingente teórico marxista, este projeto padecia de um processo erosivo e reducionista da teoria de Marx. Advinda da consolidação e da propagação do projeto de Ruptura, tal quadro muda substancialmente e adquire uma reflexão mais próxima e maturada do marxismo. Articula-se dentro da perspectiva do materialismo histórico, do cotidiano e relaciona-se com a realidade da sociedade e da profissão.

⁵É importante dizer que Althusser não é o único responsável de expor o marxismo de forma vulgarizada ou destoadada de sua essência. Desde o início do século XX, alguns membros da Segunda Internacional já realizavam um determinado revisionismo das obras de Marx, porém com idéias desviadas de suas principais categorias, como por exemplo, as idéias de Bernstein sobre a adaptação ao capitalismo; o positivismo de Kautsky em comparar os métodos da ciência natural à ciência social ou a forma de governo autoritária e repressora de Stálin na Rússia anos depois. Ler sobre o assunto em Oliveira (2001).

gerar uma nova formação de profissionais portadores de uma práxis vinculada aos estudos ontológicos.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, que privilegia concepções emancipatórias e repudia a linha positivista, ancora sua gênese no final da década de 1970 e por toda a década de 1980, o qual compreende um período histórico brasileiro marcado pelo governo de orientação político/administrativo militar. É exatamente no contexto de repressão, tortura e censura dos direitos políticos impostos pelo regime militar, que se gera na sociedade uma frente de resistência ao mesmo. Não obstante, antecedendo o cenário político dos anos 1980 e buscando o limiar da construção do atual projeto profissional, é importante para o nosso estudo a compreensão sócio-histórica do país, inclusive os acontecimentos na conjuntura que antecederam a década de 1980.

Podemos considerar que uma grande parcela dos assistentes sociais, durante a década de 1960, permanecia aliado ao projeto societário, que por sua vez privilegiava a classe burguesa. Organizações políticas populares contrapunham-se a esses elementos vigentes na sociedade dos anos 1960, exigindo uma alternativa para o modo de produção e reprodução das relações econômicas e sociais. Surgiam movimentos, até então secundarizados como minorias desfavorecidas e sem expressividade social (movimento estudantil, racial e principalmente o movimento feminista) que, guiados pelos princípios do socialismo, avançavam nas lutas e expandiam questões de teor contestatório aos valores e costumes tradicionalmente apregoados.

Para Barroco (2006) as expressões de tendência comunista, inspiradas na teoria marxista vão eclodir junto ao Serviço Social na superação do seu viés filantrópico, do humanismo tomista e da sua vinculação direta com a moral religiosa. Por isso, o cenário da política mundial da década de 1960 é considerado como revolucionário para uma grande parcela da sociedade mundial, pois foi um momento de tradução de questões que confrontavam com o sistema capitalista vigente nos países ditos de primeiro mundo.

A partir desse período, o Serviço Social inicia uma mudança em suas bases teóricas e práticas, rompendo gradativamente com o conservadorismo e adquirindo uma postura autônoma em relação à religião católica. Esse período de laicização ocorre, simultaneamente, à introdução da teoria marxista como um novo aparato teórico para a profissão, porém de tímida abrangência e ainda enquadrado nas linhas althusserianas. No entanto, Barroco (2006) chama atenção para

um fato importante sobre a dimensão ética e moral da profissão dentro desse conjunto de rupturas. Segundo a autora, o Serviço Social não adquire nesse momento uma potencialidade crítica perante a temática da moral e da ética, restringindo sua criticidade contestatória apenas aos modelos burgueses referentes à política e à economia:

O rebatimento dessas potencialidades ético-morais no Serviço Social não se faz visível, nas décadas de 60 e 70, em termos de um questionamento coletivo à moral tradicional; o eixo condutor da construção de uma nova moralidade não se objetiva explicitamente pela oposição aos padrões culturais e morais repressivos que perpassam pela vida cotidiana, mas por uma intenção de ruptura político-ideológica com a ordem burguesa (op. cit., p.103).

Se recuarmos um pouco mais, nos anos 1950, teremos um cenário político diferenciado deste, onde o que prevalecia era o avanço e a abertura comercial aos investidores internacionais, época fortemente caracterizada pelo desenvolvimentismo, implementado pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Este possibilitou a inserção do país no trânsito da economia internacional, através da modernização das instituições administrativas do governo, criação de pólos industriais, abertura de rodovias, que gerou uma cultura de progresso. Para sustentar tanto desenvolvimento e modernização, os índices econômicos do país traduzem uma dívida que se prolonga até a atualidade, aprofundando a heteronomia econômica e política do Estado brasileiro perante as grandes instituições financeiras mundiais.

Após a era desenvolvimentista de Kubitschek, já em 1961, João Goulart assume a presidência, e implanta uma política que permite uma aproximação com os movimentos de cunho socialista. Existiu uma proximidade política com os outros países da América Latina, como, por exemplo, com Cuba, que nesse momento vivia o auge da era fidelista. Na América Latina, alguns movimentos revolucionários encontram um bom terreno de propagação de suas idéias, como foram os exemplos da Revolução Cubana e da experiência socialista no Chile. No Brasil, durante o governo de João Goulart, houve uma frágil intenção de dialogar com tais movimentos.

Não é equivocado dizer que é neste panorama do final da década de 1950 e início de 1960, que o Serviço Social ensaia um processo de renovação conhecido com Movimento de Reconceituação, com discussões orientadas para novos conceitos teóricos e metodológicos,

buscando através deles romper com o perfil caritativo. Podemos considerar que essa consciência foi impulsionada pelo movimento político da época, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, como no Chile.

Enquanto, por um lado havia um avanço organizativo de setores da sociedade, que compunham uma frente de resistência perante o modelo de relações sociais tradicionais, preconizadas pela burguesia e por setores da igreja, por outro, essa mesma burguesia, aliada a potências capitalistas do Primeiro Mundo, armavam uma contra-ofensiva para suprimir o avanço dos movimentos considerados comunistas. É nesse ensejo que emergem os regimes totalitários na América Latina, financiados pela política imperialista do governo norte-americano, onde, além de impor seus interesses político-econômicos, disseminavam a cultura do individualismo exacerbado e de uma modernização conservadora, utilitarista e autoritária. A contenção do “perigo comunista” no Brasil causou ao Serviço Social retrocesso no movimento emancipatório que se gerava, facilitando a retomada do conservadorismo técnico burguês, ou seja, um retrocesso à profissão que só seria modificado cerca de vinte anos depois, no final dos anos 1970.

Analisando tal momento, Netto (2001) afirma que o Serviço Social foi acometido por uma “cilada histórica”, pois o golpe militar ocorrido em abril de 1964, fez recuar o movimento de renovação da categoria. Durante os anos de 1964 a 1975, o Serviço Social reforçou o perfil caracterizado majoritariamente como uma profissão institucionalizada, burocrática e conivente com o modo de política repressora e conservadora. O funcionalismo público na área do Serviço Social tendia para uma ação extremamente funcional ao Estado, pois se guiava através de uma perspectiva assistencialista, clientelista e inclusive operacionalizando políticas de controle repressivo social:

No regime militar, a questão social foi enfrentada pelo binômio repressão-assistência subordinada aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, funcionando como mecanismo de legitimação política do regime. Os serviços sociais são, ainda, assumidos como campo de investimento, com subordinação da assistência pública à reprodução do capital, fazendo com que as questões sociais sejam transformadas em problemas de administração, com burocratização e esvaziamento do seu conteúdo político (SILVA, 1995, p. 38).

O período da ditadura militar mostra-se bastante instigante para análises, pois condensa, senão contradições, ao menos um forte embate de posicionamentos políticos e ideológicos de

matizes completamente opostos. Se por um lado o Serviço Social destinava-se ao trabalho de implementação de políticas paliativas e focalistas, por outro, através das universidades, fomentava uma outra concepção de assistência, de ensino e de trabalho, o que representava um avanço político. Imperava, naquele momento na profissão, uma linha hegemônica conservadora, mas em seu próprio interior, o Serviço Social, era potencializador de alternativas de superação ao burocratismo e ao conservadorismo.

Contudo, é fundamental recorrermos, mais uma vez, ao seguinte apontamento: de que uma parcela de profissionais ainda que, nesse momento, priorizasse a ruptura com o conservadorismo nas bases teóricas, metodológicas e ídeo-políticas, não problematizava o debate da ética e da moral social. Sendo esses temas secundarizados, conservava-se então uma noção de sociabilidade com escasso teor crítico, o que dificultava a práxis com intenções libertárias e emancipatórias⁶. Segundo Barroco (2006), embora existissem fragilidades de compreensão dos assistentes sociais sobre o sentido filosófico da ética, estes possuíam uma consciência política que os possibilitavam ações mantenedoras da dimensão ético-política do projeto de ruptura.

Em meados da década de 1970, um movimento vinculado à Igreja Católica insere-se em atividades sociais com propósitos anticapitalistas, divergindo frontalmente com a ideologia dominante da burguesia tecnocrata e do governo militar. Esta tendência, denominada de “Teologia da Libertação”, possuía em suas bases ideopolíticas uma simpatia pela teoria marxista, porém com algumas reservas, limitando-se à concepção de liberdade e ao repúdio à opressão dos trabalhadores pelo capitalismo. Tentava articular o humanismo cristão com a teoria revolucionária.

Alguns assistentes sociais que ainda mantinham uma aproximação com os trabalhos sociais cristãos, enveredaram pela direção da Teologia da Libertação, o que avolumou as aproximações com um determinado referencial marxista. Na prática, podemos observar uma negação da institucionalização dos serviços e um vasto número de assistentes sociais trabalhando em comunidades e/ou com os movimentos sociais. Porém, os determinantes históricos não estavam a favor de práticas sociais junto à comunidade, por mais intencionais e “transformadoras” que fossem. O governo ditatorial e a camada conservadora da sociedade intentavam justamente o oposto: a manutenção de políticas sociais voltadas para ações filantrópicas.

⁶ Abordaremos este assunto no item seguinte deste capítulo.

Porém, um fato curioso, especificamente sobre as políticas sociais, implantadas no período ditatorial, é que essas mantiveram uma expressividade quantitativa. O objetivo de uma política pública social é estabelecer possibilidades para todos poderem garantir igualdade de direitos e exercerem a cidadania e a democracia. No entanto, é contraditório que estas políticas tenham sido estabelecidas em pleno regime totalitário, que enaltecia a violência, a censura e a completa repressão da liberdade política e social. Potyara (2004) comenta que:

Um fato que chama a atenção, no que tange às políticas sociais brasileiras, é que, além de periféricas, elas foram mais expressivas nos períodos ditatoriais do que nos democráticos o que põe em relevo o fato de que, por longos períodos tais políticas se processaram na contramão dos direitos de cidadania (p. 152).

Nesse cenário, gera-se no Serviço Social um movimento que Netto (2001) denomina de *Reatualização do Conservadorismo*. Uma linha do movimento de renovação que tem como referencial teórico a perspectiva psicológica, além de atrelar-se ao segmento moralista da Igreja. A exaltação do ser humano, como agente responsável pela sua condição ganha terreno nessa direção e encontra respaldo na teoria do personalismo. Esse movimento caracteriza-se por zelar pelo bem-estar da comunidade, vinculando tal condição à harmonização da sociedade e à amenização dos problemas impulsionados pela contradição entre capital e trabalho. A tendência fortalece-se com a publicação de Ana Augusta de Almeida em 1978⁷, reforçando os pressupostos do humanismo cristão e do personalismo (cf. BARROCO, 2006).

Essa era uma clara contraposição ao desenvolvimento das idéias marxistas e da tendência progressista da Igreja Católica. Tal posicionamento também reforça a não erradicação do lastro conservador do Serviço Social, pois apesar de propor a recusa teórica da tradição técnica positivista, a Reatualização do Conservadorismo não extingue a intenção científica de vincular-se à burguesia. A imbricação entre o humanismo cristão e a valorização da pessoa, configura a análise de cunho fenomenológico.

Tal período é também marcado por uma disputa ideológica entre opostos, qual seja, a *ruptura* do Serviço Social com a tradição tecnocrata burguesa e a *manutenção* do conservadorismo em quase todas as instâncias da sociedade brasileira. Segundo Barroco (2006),

⁷ ALMEIDA, A.A. Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social. Rio de Janeiro, 1978, Francisco Alves.

os códigos de ética que vigoravam nessa época não traduzem a dualidade do embate teórico-político, ausentam-se deles determinações técnicas/jurídicas que vislumbrem a ruptura com o conservadorismo, ou mesmo, uma intenção de mudança nas bases culturais da prática profissional, com exceção evidentemente para o código de 1986, que trataremos adiante.

Mas, em princípio, convém ressaltar que o código de ética de 1986 é influenciado por um movimento nacional desde o final da década de 1970, através do qual a sociedade exige a negação e o repúdio de formas violentas de exercício do poder, da cultura, da sociabilidade, da política, da educação e em tantos outros espaços da sociedade. Porém, a lacuna existente no código de ética é a ausência de explicitação do debate ético e moral, assinala Barroco (op. cit.) que isso retrata a não superação do conservadorismo no discurso teórico-filosófico da ética, assim:

(...) a impermeabilidade do tradicionalismo ético profissional em face das transformações sociais... e a insuficiente explicitação das bases de uma nova ética, por parte da vertente que, apoiada no referencial da tradição marxista, se caracteriza pela intenção de ruptura com o *ethos* tradicional. O produto objetivo destas determinações, no nível da literatura e dos Códigos de Ética Profissionais, se traduz na **hegemonia do tradicionalismo ético até 1986** (2006 p.115). Grifos nossos.

Esses elementos da conjuntura política e social são essenciais para caracterizarem os projetos profissionais, comprovando que, para a construção destes é imprescindível a compreensão da processualidade histórica. Deriva daí o direcionamento da nossa pesquisa para a compreensão da totalidade social, não podendo deixar de tratar os determinantes políticos e culturais que influenciaram os anos 1960 e 1970. Estes estão diretamente relacionados com os elementos que fazem movimentar a economia, ratificando assim a inexistência de separação entre as esferas social, política e econômica.

Já no final da década 1970, a economia mundial, foi acometida por mais um crítico período do modelo de acumulação capitalista. Com a crise, a relação entre capital e trabalho mudou de eixo, pois agora os capitalistas precisavam resgatar seu percentual da taxa de lucro. O modelo de Estado keynesiano, que até então vigorava nos países desenvolvidos, não contemplava mais ao mercado capitalista, ou seja, a estrutura econômica fordista/taylorista não estava mais proporcionando respostas lucrativas ao capital.

É válido ressaltar que em meio à macroeconomia do modelo fordista de superprodução em tempo justo, os governos que implementaram tal política viram-se pressionados por operários organizados nas fábricas a elaborarem políticas que garantissem proteção social trabalhista. Foi com essa pressão dos trabalhadores que o Estado keynesiano cedeu a tal classe uma melhoria nas condições e nos direitos trabalhistas, refletindo também, a partir de então, uma maior organização em sindicatos. Porém, no Brasil, assim como em maior parte da América Latina não se constatou tal modelo, muito pelo contrário, o que ocorreu aqui, como já mencionamos, foi a manutenção da hegemonia burguesa através de um Estado autoritário, implementado através da força.

Voltada para o desenvolvimento industrial e tecnológico, a política econômica brasileira, no entanto modelou-se de acordo com a demanda da política econômica mundial (EUA, Japão, Europa). Devido à crise da década de 1970, os países desenvolvidos precisavam encontrar uma outra saída para a acumulação do capital. A saída foi buscar em outros espaços geográficos um meio de reproduzir seu lucro e, encontrou nos países de Terceiro Mundo o espaço ideal para o desenvolvimento de uma economia monopolista. Era o ambiente favorável para a desregulamentação trabalhista, para a exploração da mão-de-obra barata, com um frágil controle fiscal e com espaço para o crescimento da produção e do consumo. Behring (2003), faz referência a esse tipo de prática entre os países desenvolvidos contra aqueles de economia periférica, como é o caso do Brasil:

(...) no início da onda longa de estagnação, as quedas das taxas de lucro no centro empurraram o capital monopolista para a periferia. Para o Brasil, é o período do 'milagre', no qual havia as condições políticas – a ditadura militar no seu período mais duro – para a instalação de grandes unidades produtivas transnacionais, num momento de forte liquidez de capital e de abundância de crédito (p.134).

Em meio a tais acontecimentos, a situação vivida pela categoria profissional do Serviço Social também se transformava. Aquele movimento de descontentamento com as bases teórico-metodológicas da profissão e, que intencionavam o rompimento com o tradicionalismo, ocorrido ainda no início da década de 1960 e reprimido com o golpe militar, foi o embrião para a vertente

do Movimento de Reconceituação⁸ chamado de *Intenção de Ruptura*, gerado no final da década de 1970. Netto (2001) ressalta em diversos momentos para a não unanimidade desse segmento.

A adesão de significativos setores da categoria profissional foi avolumando aos poucos o movimento de Intenção de Ruptura. Aqueles que não aderiram teciam críticas em relação ao caráter academicista e teoricista “dos assistentes sociais da ruptura”, afinal esta “vertente revolucionária” emergiu inicialmente do movimento docente nas universidades. Sobre a influência acadêmica no traçado de uma nova base política, cultural, teórica e prática para o Serviço Social, Netto argumenta que:

(...) um exame mais cuidadoso das várias vertentes indica, sem deixar margem a dúvidas, que nenhuma delas vinculou-se tão umbilicalmente à universidade como a da intenção de ruptura. (...) a perspectiva da ruptura deveria constituir-se, sobre bases quase que inteiramente novas; **esta era uma decorrência do seu projeto de romper substancialmente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais** (2001, p. 250). Grifos do autor.

A Intenção de Ruptura trazia em suas fundamentações ideológicas a teoria marxista, porém ainda nesse momento a apreensão de tal teoria exigia um maior amadurecimento. Uma parcela de assistentes sociais envolvidas (os) com militância política e acadêmica começava a balizar-se em fundamentos voltados para o entendimento de uma totalidade dialética. Entender os problemas inerentes ao desenvolvimento capitalista e propor ações de transformação social trabalhadas coletivamente com a população, eram os novos desafios propostos pelas (os) profissionais que interagiam junto ao movimento de Intenção de Ruptura.

As mudanças teórico-metodológicas ocorridas no Serviço Social, a partir das ações da comunidade universitária, também proporcionaram a realização de trabalhos através de pesquisas acadêmicas, com projetos voltados para o social. Uma vez que, sendo a universidade a mola impulsionadora do projeto de ruptura com o conservadorismo, esta possibilitaria que docentes não só exercessem a função do ensino, mas também da pesquisa. A expansão das escolas de graduação era crescente, o mesmo acontecia com os cursos de pós-graduação, e assim o Serviço Social distanciava-se das antigas características de profissão técnica-operativa e calcava raízes nas pesquisas sociais. Isto levou a pesquisa em Serviço Social ser reconhecida oficialmente em

⁸ Sobre o Movimento de Reconceituação, consultar a obra referencial de Netto: “Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64”.

1982 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (cf. SILVA, 1995).

A propósito do envolvimento político do Serviço Social com a formação profissional, registramos que anos antes, ainda em 1979, acontece um fato que entra para a história da profissão e que simbolicamente é relevante para engrossar a luta da ruptura, foi no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), marco da organização política profissional:

Já se percebe visível tentativa de avanço na reorganização política dos assistentes sociais a partir de 1979, o que repercute no processo de preparação e realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, nesse mesmo ano, quando a direção conservadora é questionada e os convidados especiais, representados pelas autoridades do regime militar, são substituídos por dirigentes de organizações populares (SILVA, 1995, p.40).

É verdade que tal perspectiva foi gerada a partir das universidades, através de parte do corpo docente e envolvimento discente, assim como a sua legitimação também ocorreu nesse mesmo espaço, porém não se limitou à essa perspectiva. Ela estendeu-se para outras áreas do campo profissional, isso ocorrendo já na segunda metade dos anos 1980.

A bibliografia existente sobre o tema, em sua maioria, reconhece o progresso teórico-metodológico e político-ideológico do Serviço Social, principalmente no final da década de 1970. A maior expressividade do avanço pode ser exemplificada com a superação do marxismo vulgar e o reconhecimento de alguns vieses que a tendência orientada, principalmente, por Althusser ocasionou; como a reprodução mecanicista da economia, o determinismo histórico, o messianismo da profissão e a exacerbação do militantismo. Além disso, a recusa de leituras dos manuais marxistas (que emitiam saberes simplistas) e a adesão de outros autores na composição das formulações teórico-metodológicas fazem com que a discussão do materialismo dialético, da totalidade, da ontologia do ser, sejam contempladas de maneira significativa.

O reforço teórico à formação profissional implica numa intervenção fundamentada e numa prática política adensada e consciente, gerando reflexões críticas acerca das políticas sociais e do papel do assistente social na sociedade. Munidos com esse arsenal, é que os profissionais evidenciam a construção de um projeto profissional que contemplasse as

reivindicações da classe trabalhadora e contestasse o projeto da classe burguesa, que, por sua vez, era (e ainda é) hegemônica.

A consolidação dessa perspectiva crítica do Serviço Social é viabilizada através das mudanças implementadas nos currículos acadêmicos, com a instituição em 1982 do Currículo Mínimo; na defesa dos interesses da classe trabalhadora e na preocupação recorrente com o aprimoramento acadêmico-científico. Podemos refletir que a nova roupagem da profissão é a explicitação das dimensões ético-políticas, teórica-metodológicas e jurídica do projeto profissional, porém ainda com um incipiente debate sobre os fundamentos ontológicos/filosóficos da ética e da moral. A respeito do teor filosófico da ética versus o desenvolvimento dessa dimensão na prática profissional, Barroco (2006) destaca que:

Apesar de este marco ser pautado na crítica aos referenciais e valores que tradicionalmente orientam a prática profissional, indicando, de forma hegemônica, o marxismo como referencial a ser privilegiado, não se coloca em pauta a discussão sobre a ética marxista, ou sobre o debate filosófico do marxismo. Isso é contraditório, na medida em que tais disciplinas são, historicamente, espaços privilegiados de fundamentação ética e de apreensão dos valores e princípios éticos da profissão (2006, p. 174,175).

O desenvolvimento do debate ético-filosófico, iniciado de maneira incipiente nos anos 1980, só encontrou terreno para adensar a temática na década posterior, em 1990. O projeto profissional do Serviço Social amadureceu sua dimensão ético-política concomitantemente à elaboração do código de 1993, que procurava superar o mecanicismo, a impossibilidade prática de elementos contidos no código anterior, confirmando o refinamento teórico crítico e consolidando a hegemonia da teoria marxista, orientando o projeto. Além da reelaboração do código de 1986, há também ganhos referentes às políticas sociais, como o tripé da Seguridade Social, posto na Constituição de 1988, a aprovação da Lei de Regulamentação da profissão em 1993, assim como a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS no mesmo ano, e finalmente, em 1996 são discutidas nacionalmente as novas Diretrizes Curriculares no ensino superior de Serviço Social.

As mudanças ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 para o Serviço Social são, ainda hoje, questões que não foram totalmente esgotadas teoricamente para a categoria profissional e estudantil. Nesse sentido, surgem indagações, tais como: “como está sendo apropriada à

dimensão ético-política do projeto profissional na prática cotidiana da (o) assistente social?”, “Diante das adversidades postas pela reestruturação capitalista no mundo do trabalho, é possível ao assistente social uma prática condizente com os princípios do código de ética?”, “Como se configura o processo de afirmação e consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social diante de uma sociedade escassa de valores democráticos, libertários e de justiça social?”.

1.2. A ética como pressuposto da emancipação político-social

A reflexão ética é constituída historicamente no âmbito da filosofia, e tem a moral como seu objeto direto de intervenção. A ética tem um caráter teleológico, portanto, possui uma finalidade objetiva. Ela é algo socialmente construído pelos sujeitos de uma determinada época sob determinadas condições e valores.

Para alcançarmos a condição de eticidade, aquela que se refere ao humano genérico, é imprescindível a suspensão do cotidiano para uma análise rigorosa da realidade, ultrapassando as necessidades individuais e objetivando-as para uma coletividade universalizada. O ser humano é compreendido socialmente como ser singular e ser genérico, ele possui simultaneamente necessidades voltadas para sua singularidade, para o seu *eu*, como também ele é herdeiro de expressões desenvolvidas ao longo do tempo pela sociedade (cf. RAMOS, 2002). Nesse sentido, quanto mais o ser consegue desprender-se de suas necessidades estritamente individuais e direcioná-las ao coletivo, proporcionando ações e reações universalizadas, mais ele estará usando a ética como mediação para fins da emancipação humana.

Quanto à materialização da ação ética no cotidiano, existem divergências de nível teórico-metodológico, que fecundam análises e debates importantíssimos para o Serviço Social e para aqueles que desafiam entender a relação entre ética, política, ser social e sociabilidade no capitalismo. Essa discussão é construída a partir de dois eixos: o primeiro, reside em questionar o exercício ético no bojo da política do estado burguês, com vias a superação deste. O segundo eixo, perpassa pelo dever ético se constituir e se realizar concretamente no âmbito de uma sociedade essencialmente marcada pela diferença entre classes, pela exploração do homem pelo homem, pela propriedade privada e pela disseminação ideológica do individualismo, do efêmero, do descartável e da transformação do ser humano num objeto.

Segundo Lessa (2002), em seu artigo denominado *Política e ética*, encontramos a seguinte fundamentação:

Política e ética são dois complexos inteiramente distintos. A primeira tem por função social o exercício do poder dos homens sobre os homens imprescindível à reprodução nas sociedades de classe. (...) O fato de ainda necessitarmos da política na luta contra o capital é apenas um dos indícios mais fortes da barbárie a que estamos reduzidos pelas relações mercantis, e não uma evidência de caráter ético da política (p.103/106).

A teoria de Lessa (op. cit.) baseia-se em afirmar que é ontologicamente incompatível o exercício ético genericamente humano na política da sociedade atual, uma vez que a política é um elemento tanto de promoção de um Estado hegemonicamente burguês, como é extremamente funcional ao mercado capitalista. Funcional porque um governo erigido sob o modelo econômico neoliberal e coadunado com as instituições financeiras mundiais, executam uma política que privilegia o assistencialismo em detrimento das reais demandas sociais da população. Nesse sentido, a política é então fundada em apelos morais como o voluntarismo e a responsabilidade social. Além disso, os valores morais disseminados são, de forma direta ou indireta, os que favorecem a classe dominante, no encaminhamento dos seus projetos, fundados no individualismo, no consumo, no mercado e na propriedade privada.

Sendo assim, então como poderão atingir um nível de sociabilidade, através do qual a ética represente verdadeiramente o papel de ser uma mediação nas relações entre indivíduo e sociedade, para que se alcance o nível de coletividade almejada no socialismo? A contribuição de Lessa (2006) para esse impasse ontológico é expor que a efetivação da ética não é uma pré-condição para a superação do capital, mas é somente através de uma processualidade histórica que se pode superá-lo. A ética, para o autor, é, portanto um elemento viável e real após um processo histórico revolucionário, o qual faça fenecer o capitalismo: “Sem este solo histórico, toda tentativa de desenvolver uma ética revolucionária termina, na melhor das hipóteses, prisioneira dos mesmos limites históricos que tornam a sociabilidade burguesa e a ética incompatíveis entre si” (Lessa, 2002, p. 109).

Nesta mesma linha de análise, observamos também um ensaio de Tonet (2002) sobre as condições da efetividade ética frente à realidade objetiva. Para este filósofo, a ética em seu sentido mais genérico, isto é, “aqueles valores que elevam o indivíduo a superar a esfera da

particularidade para conectar-se com a universalidade do gênero humano” (op. cit., 2002, p.?) é radicalmente impossível de ser realizada na sociabilidade do capital, já que este último visa prioritariamente os interesses particulares, assim como a disseminação de uma ética desarticulada de sua gênese, o que se configura como “ética abstrata”:

(...) toda tentativa de fundar uma ética no interior desta forma de sociabilidade só pode resultar numa ética abstrata e contribui, não obstante intenção em contrário, para a reprodução dessa ordem social essencialmente injusta. (...) a fundamentação de qualquer ética autêntica tem de ser precedida, necessariamente, pela demonstração da possibilidade e da necessidade – ontológicas – da superação da exploração do homem pelo homem (2002, p. 25).

A partir dos argumentos dos dois filósofos questionamos a viabilidade de apreender ontologicamente o debate ético e político e inseri-lo conceitualmente nas dimensões do ensino e da prática do Serviço Social, sem reduzirmos num abstracionismo, numa análise desfocalizada da totalidade, ou ainda numa compreensão equivocada diante da incompatibilidade que Lessa (2002) e Tonet (2002) apontam entre a ontologia ética e a sociedade contemporânea. Se considerarmos as análises dos dois incontestes, poderíamos então argumentar que a (o) assistente social, sendo um profissional que intervém diretamente no cotidiano desta sociedade capitalista, é portador de uma incoerência teórico-metodológica, dado que no epicentro do projeto profissional que orienta a categoria, está posta uma posição inversa ao exposto acima. Poder-se-ia dizer que as análises dos dois autores supra citados põe em prova um arsenal teórico-político construído historicamente pelo coletivo das (dos) assistentes sociais?

Essa questão pode suscitar numa análise aprioristicamente fatalista é desveladas no próprio tecido do desenvolvimento histórico da profissão. Porém, as particularidades histórico-sociais intrínsecas à profissão e todo o seu aparato teórico-metodológico legitimam o Serviço Social a desenvolver e implementar, com criticidade, as dimensões que compõem o seu projeto ético-político profissional.

Sobre as análises realizadas por Lessa e Tonet, assumimos uma posição diferenciada desses. A nosso ver, tanto a ética como a política são mediações, que estão no nível da cotidianidade, imprescindíveis no processo de elevação do ser humano individual ao ser humano

genérico e por conseguinte são vias à emancipação, sem desconsiderar outras mediações fundamentais como a arte, a filosofia e a cultura (RAMOS, 2005).

Barroco (2006) revela que na vida cotidiana a alienação não é algo inexorável, isto é, o ser humano mesmo estando fadado a um processo de mimese, de acriticidade do real, ainda assim permanece saturado de possibilidade para realizar ações e construir ideologicamente projetos coletivos que visem a elevação ao humano-genérico. Todo esse movimento realiza-se visando um nível de sociedade emancipada, onde as necessidades do indivíduo estão conectadas com o universal, isso só é possível devido prioritariamente ao processo ontológico de constituição das relações sociais humanas por meio do trabalho, além de outras categorias de sociabilidade presentes na vida cotidiana.

Para Barroco (2006, p. 41):

Apesar da vida cotidiana ser a esfera que mais se presta à alienação, isso não quer dizer que ela seja ontologicamente alienada (...) a elevação ao humano-genérico não implica a supressão da vida cotidiana e sim, a ampliação das possibilidades de objetivação do humano-genérico, ou seja, a criação de condições favorecedoras da elevação acima da cotidianidade (...) Algumas atividades permitem uma ampliação da relação consciente do indivíduo com a genericidade: O trabalho, a arte, a ciência, a filosofia, a política e a ética. Isto só é possível porque a alienação não é absoluta, **mas coexiste com formas de vida não alienadas**. Grifos nossos.

Sobre os debates que circundam tais questões, encontramos o trabalho realizado por Ramos (2005) que se posiciona também radicalmente contrária ao apresentado por Lessa (2002). Seu ponto de partida é justamente o movimento da classe trabalhadora, que historicamente sempre buscou artifícios para superar as opressões e desigualdades implantadas por um sistema que secularmente se mantém hegemônico.

O debate ético-político desenvolvido pela profissão e disseminado em todas as esferas de trabalho do assistente social é legítimo, considerando que fora construído coletivamente, o que possibilita o respeito, a pluralidade teórica, política e os determinantes históricos. Além do mais, o projeto profissional possui uma vinculação histórica com o projeto da classe trabalhadora, não sendo algo que diz respeito unilateralmente a uma categoria profissional. O fato de lutar por políticas públicas amplas, por direitos sociais universais, por melhorias nas condições de trabalho, faz com que os princípios do projeto ético-político do Serviço Social

sejam direcionados para a abolição do modelo da sociedade classista. Sobre as análises de Lessa (2002), onde este autor aponta um equívoco na relação entre ética e política e, a partir daí, uma incoerência do projeto ético-político do Serviço Social, Ramos (2005) rebate:

Considero esta interpretação insuficiente para a compreensão do significado do termo ético-político no âmbito do projeto profissional do Serviço Social. Tal insuficiência reside, dentre outras questões, em três aspectos: a visão de política apenas como dominação, destituindo a importância da sua mediação (...); a noção da realização ética apenas na sociedade emancipada, o que obstaculiza a possibilidade contraditória da emergência de novos valores e práticas (...) e, por fim, numa análise das dimensões ética e política descontextualizada da história da profissão, que não leva em conta as particularidades destas dimensões na trajetória de transformações do Serviço Social brasileiro (p. 215).

É nesse sentido que o entendimento das bases ontológicas que fundamentam o estudo da ética são indispensáveis para o Serviço Social. Não só a sua obtenção filosófica e teórica mas, acima de tudo, a sua compreensão para a efetivação na prática. A realização desse movimento resulta na categoria da práxis, que também possui vínculo direto com o processo de trabalho, com uma forma inicial de ideação, o qual num desenvolvimento do conhecimento e das forças produtivas, o trabalho se objetiva num novo elemento. Nesse sentido, a ética é inevitavelmente uma categoria de mediação no exercício profissional do (a) assistente social.

Um elemento fundamental, que merece destaque é a apreensão do discurso ético como forma de realização da *liberdade* dos indivíduos, possibilitando escolhas e alternativas a partir de uma capacidade cognitiva consciente e crítica. Esse fundamento está diretamente vinculado à noção de democracia plena, com vias para a emancipação política dos sujeitos envolvidos. A liberdade só se realiza plenamente num estado democrático e a partir da realização de uma atividade laboral, considerando que tal atividade deverá estar livre de toda e qualquer forma de condicionamento opressor.

O trabalho configura-se então como atividade criadora, que contribui para o desenvolvimento das relações sociais entre os indivíduos, oportunizando-lhes uma consciência crítica e de negação a qualquer tipo de exploração ou dominação. É por esta capacidade que o trabalho proporciona ao ser humano é que este é considerado como ser social (MARX, 2006).

O ser social é assim denominado porque sua existência só é possível se realizada não isoladamente, mas organizada em comunidade. Ontologicamente é através do processo de trabalho que o ser humano desenvolve o conhecimento sobre a produção, sua capacidade de consciência e de escolha, além de suas potencialidades de transformação da natureza. No entanto, é especificamente a sua relação “social” de trabalho, que o faz transformar a si mesmo e ambientar socialmente o meio em que vive de acordo com sua experiência sócio-cultural. É no processo de trabalho social, que o ser idealiza previamente a matéria a ser transformada, com um fim específico (por mais que durante o processo de produção haja alguma modificação da intenção inicial).

Marx (2006) denomina esse momento de *objetivação*, quando o ser objetiva sua idéia numa matéria e a transforma, alterando também a si, pois acaba por agregar novos conhecimentos, que por sua vez gerará novas necessidades e daí adquirindo *liberdade* para escolher qual a melhor forma de produção do seu objeto.

A liberdade é então uma capacidade humana inerente ao trabalho, dentro de condições iguais de reflexão, de capacidade material de produção, sinalizando que não se trata de uma condição meramente subjetiva, mas de uma capacidade humana de transcendência, de ampliação da universalidade e de possibilidades inelimináveis de superação do trabalho alienado, uma vez que qualifica o ser humano como capaz de promover seu livre arbítrio:

A liberdade é, ao mesmo tempo, capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, e, capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas (...) a liberdade não é um valor abstrato que caracteriza o ser humano como tal, mas uma capacidade exercitada na atividade de trabalho ou objetivação, que é a modalidade de atividade específica dos seres humanos (Barroco, 2006, p. 59,60).

A liberdade, de acordo com os princípios do código de ética profissional do assistente social, é um valor central direcionado à emancipação, e assim é expresso: reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (CFESS, 1997).

Contrapondo-se a moral da sociedade vigente, o código de ética da (o) assistente social, expressa o posicionamento político-ideológico da profissão, além de externar o teor contestatório

contra a forma de relação estabelecida pelo capitalismo. Hoje, o projeto profissional hegemônico do Serviço Social busca, na teoria marxista, a fundamentação para elaboração de seus princípios. Para Barroco (2003), que utiliza a teoria crítica, a liberdade não pode ser desassociada da necessidade, pois na medida em que o ser humano possui uma quantidade de consciência crítica para escolhas livres, ele gera internamente suas próprias necessidades. Dessa forma, a liberdade seria justamente a capacidade humana de mover a sociedade, de construir sua história, livremente, através da negação ou da constatação, da superação de valores ou da sua conservação.

O cotidiano requer da (o) Assistente Social uma visão e interpretação crítica dos fenômenos sociais, é aqui que fundamentação teórica é colocada como uma ferramenta indispensável para a leitura crítica e criativa da realidade. Isso, em nossa análise, caracteriza a unidade dialética entre a teoria e a prática. Quando a (o) Assistente Social consegue tal movimento, ela/ele está realizando a síntese entre a singularidade da formação do indivíduo, a particularidade do tempo e espaço no qual está inserido e a universalidade ao praticar uma atuação qualificada, compreendendo a totalidade social.

Ratificamos que é o caráter teleológico, engendrado através da práxis social, que permite movimentar a produção e a reprodução da força de trabalho da (o) Assistente Social, não apenas no âmbito material, mas também no nível intelectual. O uso da teleologia na práxis social é capaz de transformar as relações sociais, descartando assim o caráter de naturalidade das relações, os estereótipos, os praticismos e as fragilidades teóricas, impondo ao Serviço Social uma condição de produtor de conhecimento (NICOLAU, 2004).

1.3. Princípios norteadores do Projeto Profissional e o exercício profissional

Se levássemos em consideração que o atual debate ético no Serviço Social ganhou impulso somente a partir da promulgação do código de 1993, poderíamos então considerar que ele é bastante jovem, com quase 15 anos, podendo ainda passar por muitas análises e avaliações ou mesmo mudanças. No entanto, seria reducionista datar tal debate apenas pela reformulação do atual código, mesmo que, paralelamente à tais reformulações, tenha sido empreendido também o

processo de transformação nas diretrizes curriculares e tenha sido aprovada a Lei que regulamenta a profissão.

O que de fato ocorreu nas duas últimas décadas foi um amadurecimento e ampliação da discussão ética no seu sentido filosófico e teórico, e assim se prolongado para o universo da prática, experiência vital para a constituição de profissionais comprometidos na defesa e garantia dos direitos sociais, políticos e humanos. O que antes era tratado como uma questão moral e desvinculada da totalidade histórica e das peculiaridades do Serviço Social, passou a ser considerado como essencial na prática cotidiana da profissão. Esse processo ganhou terreno na academia, expandindo-se para os fóruns e encontros da categoria, além de ter sido viabilizado via conjunto CFESS/CRESS um curso descentralizado sobre ética e exercício profissional (Ética em Movimento)⁹, o qual teve participação de vários docentes na produção e na facilitação dos cursos, tendo como resultado a elaboração de livros largamente divulgados e adotados nas unidades de ensino de todo o Brasil.

Os questionamentos acerca da dimensão ética e, conseqüentemente, da moral - componente indispensável da vida cotidiana - constituem espaço privilegiado no projeto profissional, o qual permanece objetivado juridicamente no Código. Assim, a ética só possui expressividade se convergir seus fundamentos ontológicos com a política e com a liberdade em seu sentido mais humanamente genérico:

(...) os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais - por isso mesmo, a contemporânea designação dos projetos profissionais como *projetos ético-políticos* revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional (NETTO, 1999, p. 98, 99).

A reflexão dos fundamentos ontológicos da ética inaugura espaço privilegiado no meio profissional somente na década de 1990. Com isso, a tentativa de constituição da identidade profissional vinculada à consciência ética é inerente ao processo de renovação do Serviço Social. A profissão estava amadurecendo teórica e politicamente o que facilitava a aproximação e o

⁹ O curso Ética em Movimento foi uma promoção do conjunto CFESS/CRESS, que abrangeu todas as unidades de ensino do Brasil, capacitando assistentes sociais de diversa área, e por fim, produziu-se um material dividido em quatro módulos sobre os princípios éticos-políticos adotado na profissão.

aprofundamento de uma consciência mais crítica, porém convém enfatizar que, a maturidade crítica e o desenvolvimento da consciência política foram constituídos diferentemente do processo ocorrido com a compreensão filosófica da ética. Esta última, como já falamos no início desse ponto, embora já estivesse sendo discutida e objetivada nos códigos de ética anteriores, como o de 1947, 1965, 1975 e 1986 (embora este último tenha a particularidade do avanço político e ideológico), só adquiriu visibilidade teórico-político no decorrer dos anos 1990 e 2000, o que credenciou os (as) assistentes sociais como profissionais compromissados com o seu aprimoramento ético e político, além de ficarem respaldados juridicamente para utilizar seus instrumentais teóricos e políticos contra todas as variações de exploração e opressão capitalista, seja na forma econômica, cultural, política ou moral.

O código de ética aprovado em 1986 já anunciava um novo repensar crítico e histórico do Serviço Social. Ele foi um marco expressivo da inserção da profissão nos processos democráticos que avançava no país, além de apontar novos horizontes, especificamente, no exercício profissional dos (as) assistentes sociais. Apesar do código de 1986 representar uma ruptura política com a perspectiva neotomista e de expressar ações laicas atreladas ao avanço das forças democrático-populares, ele ainda apresentava algumas insuficiências teóricas e filosóficas. Na prática:

O Código expressa uma concepção ética mecanicista; ao derivar, imediatamente, a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreende as mediações, peculiaridades e dinâmica da ética. (...) Sem negar a importância do Código de 1986, podemos afirmar que ele está aquém dos avanços teórico-metodológicos e políticos efetuados na década de 80; ao mesmo tempo, tais avanços não foram traduzidos em um debate ético abrangente e na elaboração de uma literatura específica. (BARROCO, 2006, p. 176, 177)

Para algumas autoras¹⁰, essa noção mecanicista e a-crítica da ética foi identificada a partir da proposta do código em relação com a classe trabalhadora, ao classificar, preliminarmente, tal classe como um elemento para se atingir a emancipação. Os estudos supõem a existência de equívocos devido a um possível vislumbramento que a categoria destinou ao processo de renovação de suas bases teórico-metodológicas, muito impulsionado pela movimentação política que o país vivenciava naquele período histórico. Com isso a “classe trabalhadora” torna-se o

¹⁰ Barroco (2003 e 2006) e Paiva & Sales (2003).

elemento fulcral do projeto profissional do Serviço Social, independente de qualquer singularidade da profissão. A classe trabalhadora é codificada aprioristicamente como detentora de valores positivos, causando uma inexatidão no sentido ético, como explica Barroco (2006, p.177):

Na medida em que o compromisso e as classes não são tratados em suas mediações em face da ética profissional, o Código não expressa uma apreensão da especificidade da ética; em vez de se comprometer com valores, se compromete com uma classe, o que é o mesmo que afirmar que tal classe é, *a priori*, detentora dos valores positivos, o que configura uma visão idealista e desvinculada da questão da alienação.

A incoerência a que a profissão estava fadada nesse momento podia ser observada desde a introdução contida no código de ética de 1986, quando este explicitava que: “...uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe” (CFESS, 1986). Este trecho mostra que, ao mesmo tempo em que o código demonstra uma vontade de universalizar o sentido da ética acima de qualquer interesse individual ou de uma classe específica, ele se contradiz e configura a classe trabalhadora como prioritária e indispensável na sua luta. Em vez de evidenciar os valores que promovem o ser universal, como a liberdade, a justiça, a cidadania, a emancipação, o código restringia e focalizava a sua luta num sujeito personalizado: a classe trabalhadora, a qual é sem dúvida fundamental no processo de transformação societária, porém devemos considerar seus limites e principalmente as contradições da conjuntura sócio-política dos tempos históricos.

A dificuldade da implementação prática do conteúdo do código de ética anterior ao de 1993 fazia-se também por uma visão analítica limitada à conjuntura política da época, levando a uma carência da compreensão das singularidades da (o) assistente social, desconsiderando também a reflexão para além do nível da cotidianidade, onde através de aproximações sucessivas ao real, como sugere o método materialista dialético, desdobra com rigor teórico as problemáticas que permeiam tal esfera. Uma vez que a reflexão não transcende o nível da vida cotidiana, a prática fica carente de uma fundamentação que possibilite a práxis competente e criativa (BARROCO, 2006). Assim, o profissional fica limitado à crítica de senso comum, reproduzindo discursos de teor contestatório aparentemente forte, porém de intervenção fragilizada:

Ele (o código de 1986) vai apresentar, portanto, uma leitura marcadamente idealista e voluntarista no que tange ao potencial político da profissão. Isto quer dizer que, se foi uma conquista descobrir e atentar para a dimensão política da prática, por outro lado houve um excesso de ênfase no aspecto político de ideologização no Código de Ética (PAIVA & SALES, 2003, p. 176, 177).

Os estudos de Paiva & Sales (2003), apresentam uma crítica a ênfase ao processo metodológico do fazer profissional, como se a única preocupação fosse o “como fazer”. Embora a conjuntura fosse de abertura política, de redemocratização, a ânsia de externalizar a profissão e firmar-se teórica e politicamente no campo das ciências, fez com que o Serviço Social alinhasse suas fundamentações teórico-metodológicas praticamente a um manual de “como fazer”, em detrimento do “dever ser”. É analisando o “dever ser” que se repensa o código de 1986, e assim requer a partir de então, um profissional consciente de suas atribuições, direitos e deveres e com uma prática lúcida e possível, não apenas legal, mas também eficaz (PAIVA & SALES, 2003).

O Código de Ética de 1993 foi assim elaborado na tentativa de superação das deficiências políticas e filosóficas contidas no código anterior. Para isso, foi realizado um movimento de abrangência nacional, para que o debate sobre a reelaboração do código fosse amplamente discutido, avaliado e divulgado. Esse período expressa o amadurecimento e o desenvolvimento analítico sobre a temática da ética, moral e a objetivação desta na vida cotidiana da (o) profissional de Serviço Social. Exemplo disso foi a publicação de uma coletânea de artigos lançado em 1996¹¹ contendo variadas elaborações acerca de uma prática mais crítica do Serviço Social, a partir dos novos conhecimentos adquiridos sobre o sentido filosófico da ética e seus reflexos na formação e no exercício profissional. Evidentemente, esse não foi o único trabalho sobre tal temática, mas acreditamos que esta publicação seja um marco inaugural do debate crítico e amadurecido da ética no universo teórico do Serviço Social.

A revisão elegeu como prioridade evidenciar a distinção entre a base filosófica universal do Código de Ética e as suas diretrizes normativas. Dessa maneira, o que parecia utópico ou abstrato no código anterior, no atual código foi conferido através de “Princípios Fundamentais”, sendo estes uma intenção de demonstrar que os valores morais responsáveis pela elevação do

¹¹ BONETTI, D.A. et alli. Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis, 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.

indivíduo ao humano genérico devem ser pautados, refletidos e acima de tudo direcionados à sociedade em geral, num movimento de universalizá-los indistintamente. Além de torná-los possíveis frente à realidade contraditória imposta na sociabilidade massacrante e opressora do capital. O processo de novas elaborações e modificações do debate ético, imbuído nas bases teóricas e práticas do Serviço Social, não foi simplesmente gerado de um anseio endógeno da profissão, mas corresponde radicalmente ao cenário político, econômico e social ao qual o país atravessava.

A política social brasileira, no limiar dos anos 1990, vivenciou um avançado processo de esfacelamento e destituição dos serviços públicos, em prol da reestruturação do capitalismo, que, por sua vez, buscava, nesse momento, novas estratégias de manutenção do seu poderio econômico e político (MOTA e AMARAL, 2000).

Em 1989 o país se depara com um processo eleitoral para presidente, em que concorriam dois projetos antagônicos, um representado pelo candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), o sindicalista Luis Inácio Lula da Silva, e o outro por Fernando Collor, que representava basicamente a ala conservadora, mascarada pelo discurso modernizador. Assim, o projeto que saiu vitorioso foi o que estava completamente afinado com o neoliberalismo, o qual viria a dificultar e negligenciar as ações sociais apontadas na Constituição Federal de 1988. Daí em diante cresceu o desmonte das instituições públicas, aprofundou a heteronomia do Brasil em relação às grandes agências financeiras mundiais, o desemprego atingiu índices nunca então alcançados. A pobreza e a miséria aglomeraram-se pelos becos das imensas favelas urbanas, gerando descrença e imobilidade social, além da promoção da criminalidade entre crianças e adolescentes oriunda, em boa parte, das drogas, do álcool e do ócio.

Com Fernando Henrique Cardoso, a situação não se diferenciou. Este presidente credenciou definitivamente o país nas fileiras dos maiores em concentração de renda do mundo, ocasionando significativas transformações nas condições socioeconômicas da população. O ensino público superior foi um setor amplamente atingido pelas privatizações e expansão de faculdades privadas de baixa qualidade. Além da educação, as privatizações também atingiram áreas essenciais para o desenvolvimento sócio-econômico da sociedade, como a saúde, a segurança, o setor bancário, a previdência, e com isso o fosso entre política econômica e política social também foi aprofundado.

Iamamoto (2007) traz em seu mais recente livro¹², um importante debate que abrange tais questões e o seu envolvimento com as temáticas incorporadas no Serviço Social:

(...) o projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias (...) A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, surperdimensionam o gasto estatal (...) Como o gasto social é tido como uma das principais causas da crise fiscal do Estado, a proposta é reduzir despesas, diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para a implementação dos projetos (Op. Cit., 2007, p. 149).

Em “Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos”, Behring (2003) faz uma síntese sobre as avaliações de alguns autores que discutem historicamente a problemática do desenvolvimento da economia na era do capital financeiro e seus reflexos em âmbito social e cultural no Brasil. Os estudos voltam-se para como classificar a conjuntura dos anos 1990, analisando comparativamente com os processos ocorridos no pós-30 e no pós-64, a autora menciona um artigo de Juarez Guimarães sobre as contradições da hegemonia neoliberal, e faz a seguinte análise:

Mas ele acrescenta uma última contradição e a mais difícil de administrar – a contradição democrática –, uma vez que o projeto requer alta dose de uso da força na relação Estado/ sociedade civil, bem como um forte conluio entre Estado e interesses privados nacionais e internacionais, com aumento da corrupção (Op. Cit., 2003, p. 118).

Essa citação é instigante, pois ela nos faz recorrer ao debate sobre ética e política, ou melhor, sobre a contradição entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a possibilidade de sua execução na esfera da sociabilidade do capital. Isso porque, como já abordamos, no item dois deste capítulo, há algumas discordâncias acerca da viabilidade de implementação do projeto

¹² Esta é uma obra indispensável para apreciar o debate sobre o capitalismo, *questão social* e o Serviço Social, mantendo-se atualizada, além de fazer um aparato profundo e bem amadurecido sobre o marxismo e os problemas da atual sociabilidade erigida sob a ótica neoliberal. Tendo no prefácio as seguintes palavras do prof^o José Paulo Netto: “*trata-se do mais polêmico dos livros de Marilda*”, e ainda: “*...não é todos os dias que temos em mãos um livro excelente*”.

profissional, como também há vários debates específicos do meio acadêmico do Serviço Social, que buscam uma saída para este crescente paradoxo, principalmente na atualidade, após grande desencantamento dos movimentos sociais, além do fracassado projeto democrático-popular, daquele que na década passada foi a grande alternativa de esquerda, o Partido dos Trabalhadores.

A ascensão de Lula ao Planalto Central foi, num primeiro momento, a expressividade da vitória da classe trabalhadora sobre o capital, apesar das alianças políticas do PT com setores da burguesia e com outros partidos liberais e conservadores. Mas, sem dúvida o personalismo em cima da figura política de Luis Inácio Lula da Silva, um ex-metalúrgico, sindicalista e há 25 anos na diretoria do maior partido da frente esquerdista brasileira, trazia para uma grande parte da população a esperança de mudanças de uma nova cultura na política, além da possibilidade de um processo de ruptura com os ditames neoliberais dos grandes centros mundiais de poder econômico e político.

Porém, em nome da “governabilidade”, o governo petista de Lula deu continuidade às políticas neoliberais com imensa força. Apesar de criar o Ministério da Assistência Social, este não teve vida longa, mudando posteriormente para Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Porém, tanto um como o outro não possuíam expressividade político-ideológico para implementar políticas que se aproximassem do cunho emancipatório, permanecendo políticas paliativas, focalistas e populistas, como foi o caso do programa Fome Zero. Para o governo Lula, foi bem mais interessante utilizar o orçamento para quitação dos juros da dívida externa e o cerramento dos olhos diante dos esquemas de corrupção que corroeram nos gabinetes do alto escalão do Partido e do governo.

Essa breve situação da conjuntura brasileira, desde metade dos anos 1990 até os dias atuais, pode comprovar que a cultura política do Brasil sofre de um grande problema estrutural que está diretamente relacionado ao processo de produção e reprodução capitalista, desencadeando, seja no espaço público ou privado, nas macro ou micro relações sociais, valores que impossibilitam o desenvolvimento das potencialidades intelectivas, artísticas e até mesmo físicas dos indivíduos.

As artes, a política, a filosofia dentre tantas outras esferas presentes na cotidianidade, são condicionantes para a elevação do ser ao humano genérico, além de possibilitar a transformação das necessidades individuais em coletivas. Porém, se a maioria da população não

tem acesso a tais espaços, isto facilita para a burguesia neoliberal manter-se hegemônica, pois controla o saber, o poder e ainda contém qualquer iniciativa de apreensão crítica da realidade. Além disso, o sistema de comunicação, os modelos de escola, universidades, igrejas, empresas privadas e diversos outros espaços de sociabilidade social, seguem um modelo padronizado, que aliena culturalmente a massa da população, proporcionando uma formação de opinião limitada ao senso comum.

Diante das adversidades do mundo atual, do arrefecimento dos movimentos socialistas, da degradação física e moral do ser humano, da destruição irreversível do meio-ambiente e do volumoso arsenal de desvalores morais difundidos pela cultura neoliberal; qual a saída para o paradoxo vivenciado pelo Serviço Social, de ter que reafirmar e fortalecer cotidianamente os princípios que dão substância ao seu projeto profissional?

Apontar uma saída não é nossa pretensão neste trabalho, afinal a realização desta não deve partir individualmente e muito menos na forma apenas teórica. O conjunto dos profissionais, estudantes, juntamente com as entidades representativas (CFESS/CRESS, ABEPSS E ENESSO) é quem têm a responsabilidade política e social de manter vivo e atualizado as bases efetivas do projeto. Para isso é indispensável o reconhecimento da processualidade histórica a qual está inscrita a profissão, compreendê-la em sua totalidade, afinal nenhuma intervenção objetiva diante de um determinado problema social deve ser operacionalizada, descolada da sua realidade concreta, caso contrário, a ação submete-se à residualidade, efemeridade e ao assistencialismo.

CAPÍTULO 2

O Projeto Profissional e suas expressões no contexto da política social contemporânea



Neste capítulo, trataremos de apresentar alguns determinantes conjunturais que proporcionaram um novo arranjo no cenário das políticas sociais no Brasil. A partir da segunda metade dos anos 1980, as transformações na política e na economia mundial proporcionaram ao país novas experiências, tendo no processo de redemocratização um elemento exponencial dessa fase. Um outro marco foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do desenvolvimento da política de Seguridade Social, a qual é composta pela política de assistência social, além da saúde e previdência social.

A cultura política no Estado do Ceará também é impulsionada por uma onda de modernização, em busca de ruptura com o modelo “coronelista”; na qual um grupo de jovens empresário se insere na direção governamental.

Assim, entendemos que as particularidades históricas e políticas do município de Fortaleza constituem elementos fundamentais para a condução do entendimento sobre a construção e implantação da política de assistência no município.

2.1. Ofensiva neoliberal e o esfacelamento da política social

Os anos 1990 no Brasil se caracterizaram pela implementação e o apogeu do modelo econômico neoliberal. Fernando Collor de Melo, após a vitória no pleito em 1989, dá início ao plano de desestatização e proporciona a abertura desenfreada das instalações de grandes multinacionais no território brasileiro. Promove a redução de diversos postos de emprego, somado ao processo de desindustrialização, além da falência de várias empresas nacionais e desestruturação do comércio, assim como um enxugamento das instituições públicas governamentais.¹³

O fechamento de algumas instituições públicas ocorreu através do conhecido plano de demissão voluntária, implementado, principalmente, nos bancos e nas agências estaduais de telefonia, de energia, de água e esgoto, dentre diversos outros órgãos federais e estaduais. Após essa etapa de decretação da falência de órgãos públicos, algumas das instituições que prestavam esses serviços foram, praticamente, disponibilizadas ao mercado de empresas internacionais, no

¹³ Sobre os efeitos do neoliberalismo no Brasil, ler: Behring (2003).

entanto, as dívidas e os encargos das demissões de centenas de funcionários permaneceram na pasta de “despesas” do país (BEHRING, 2004).

Paralelamente ao processo de desmonte do Estado, fomentou-se na população brasileira uma série de preconceito em relação aos serviços públicos, como: que estes não conseguiam atender com presteza as demandas dos usuários, que os funcionários eram descompromissados e “preguiçosos”. Além disso, a burocratização dos serviços e o sucateamento do espaço físico dessas instituições, contribuíram enormemente para a reprodução viciada dessa lógica. Tal ideário foi impulsionado pelo próprio capital.

Alguns argumentos centrais estiveram presentes como justificativa dos processos de privatização: atrair capitais reduzindo a dívida externa; reduzir a dívida interna; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços; e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado (BEHRING, 2006, p. 152,153).

Além de todos esses reveses, o governo Collor ficou historicamente marcado pelos escândalos de corrupção e desvio de verbas públicas, sendo, portanto, o primeiro presidente de história do Brasil a sofrer um impedimento de mandato. Evidentemente, que o *impeachment* ocorreu pelo fato de tal governo não atender totalmente os interesses da burguesia nacional, ou seja, foi uma ação em que o povo não foi o único sujeito envolvido, mas como comissão de frente de um movimento impulsionado pelos grandes empresários brasileiros.

Os escândalos de corrupção no governo de Fernando Collor¹⁴ contribuíram para a expansão da discussão sobre ética na política e daí provocar avolumados movimentos na sociedade pelo fim da corrupção e pela moralização das instâncias de poder. Porém, não é de difícil assimilação que a corrupção no Brasil, tanto nos espaços de macro poder, como em pequenos ambientes da vida privada, seja algo que permanece entranhado e continuamente corroendo toda a formação sócio-histórica brasileira, tornando essa cultura uma mácula na história do país.

Já o duplo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995 -1998 / 1999 -2002) pode-se considerar como um dos maiores incentivadores da redução do Estado. A minimização das responsabilidades sociais do governo ocorreu tanto através de políticas compensatórias, seletivas

¹⁴ Ler sobre o assunto: Nobre (1999).

e minimalistas, como através da deflagração de um modelo econômico voltado para os interesses de empresas privadas internacionais. O que se assistiu no cenário nacional foi um conjunto de medidas extremamente autoritárias e verticalizadas.

Para Netto (2004a , p.07), o balanço global da era FHC foi:

A dilapidação do patrimônio público pela via da privatização, o brutal aumento da dívida líquida do setor público, o agravamento da vulnerabilidade do país em face dos condicionantes externos, taxas de crescimento residuais e o acréscimo em flecha do desemprego e da informalidade.

Para a implementação deste modelo de política econômica e social, o governo FHC utilizou-se de métodos nada democráticos, e muito menos socializados ou discutidos coletivamente com a parcela da sociedade civil organizada. Em poucas palavras, o governo FHC muniu-se de uma “brecha” jurídica para poder passar seus projetos anti-estatizantes e de cunho extremamente neoliberal a todo custo. Tal “brecha” foi possibilitada através das chamadas “Medidas Provisórias”, sendo dadas a tais um poder e legitimidade tanto quanto a de uma lei, e assim passavam como rolo compressor diante de qualquer lei anterior, de direitos adquiridos ou mesmo diante de qualquer outra alternativa política.

Contudo, as medidas provisórias não foram o bastante para apaziguar a crise social que estava em ascendência, afinal as políticas sociais instituídas no governo de Henrique Cardoso, não passavam de ações paliativas, com um teor publicitário demagógico. O importante nesse momento não era apenas controlar a economia ou ensaiar uma redistribuição de renda, mas sim elaborar políticas voltadas para as necessidades sociais básicas da população. Para isso, é importante a priorização do contrato formal de trabalho, a reforma agrária, políticas de qualidade para saúde e uma educação comprometida com a transformação cultural e intelectual dos sujeitos. Contrariamente a tais iniciativas, o que eclodiu foram as grandes empresas privadas, principalmente em áreas que deveriam ser de maior atuação do governo, como na assistência, previdência, saúde e educação.

O projeto de “reforma” de Fernando Henrique Cardoso só provocou mais o processo de rendição do país em relação aos grandes órgãos multilaterais financeiros, reforma esta que no entendimento de Behring (2003), não passa de uma “contra-reforma”, uma vez que não só

agudiza a heteronomia do Estado, mas também o realiza com grande requinte anti-democrático, autoritário e verticalizado, conforme a autora. Ainda segundo Behring (op. cit.), o país ficou com sua autonomia e soberania nacional cada vez mais frágil, tudo isso em nome de um plano econômico forte, de uma moeda que garantisse o controle inflacionário e a estabilidade orçamentária, e que por fim promovesse o consumo interno e o desenvolvimento do poder aquisitivo da população.

Já a política dos primeiros quatro anos do governo Lula foi de completo ajustamento político, econômico e social aos interesses internacionais. Optou-se por iniciativas extremamente coadunadas com os interesses da burguesia. Além disso, o Partido dos Trabalhadores além de apoiar veementemente as ações implementadas pelo presidente e sua cúpula ministerial, criminalizou e expulsou filiados que ousaram denunciar corrupções ou não se resignarem diante da mudança ideo-política operada pelo partido a partir de 2005 (cf. NETTO, 2004a). Resultado disso, foi uma onda de desfiliação partidária de centenas de filiados, migração de “militantes” para outros partidos, provocando desgastes para a classe trabalhadora e um processo erosivo dos movimentos sociais e sindicalistas, considerando que estes eram os principais eleitores daquele governo.

Exemplo disso foi a cooptação de entidades historicamente consideradas comprometida com a classe trabalhadora, como é o caso da Central Única do Trabalhadores (CUT), além de aparelhar outras, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), transformando-as em unidades funcionais e reprodutoras da lógica utilitarista e falseada de um governo neoliberal (NETTO, 2007). O modelo de governo protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores promoveu realmente uma reversão de seus valores e ideologias, pois além de aprofundar todo esse sistema de degradação política e social, ainda permitiu, principalmente através dos meios de comunicação, a criminalização dos movimentos agrários, quando estes reivindicavam o fim dos grandes latifúndios improdutivos em prol da reforma agrária, antiga bandeira de luta do próprio Partido.

No que tange as políticas sociais, o governo Lula deu continuidade ao seu esfacelamento face às orientações econômicas do FMI, e a “saída” foi o desmonte de órgão públicos, a promoção desenfreada de privatizações de instituições estatais, como foi o caso do BEC – Banco do Estado do Ceará, vendido em 2005 para uma das maiores e lucrativas agências bancárias privadas do Brasil.

(...) com a expressa e resoluta decisão de manter e aprofundar a macroorientação econômica da era FHC, o PT abdicou de exercer um governo orientado para mudar o Brasil numa direção democrático-popular. Com o Executivo chefiado por Luiz Inácio Lula da Silva, não se alterou senão para maior abrangência o comando do capital parasitário-finaceiro (...). Se não bastasse a prática reiterativa da era FHC, também o discurso governamental petista resgata o passado recente: a defesa da estabilidade econômica e de todos os *slogans* paradigmáticos da era FHC constitui a retórica dos membros do governo (Netto, 2004a, p.13, 14).

Evidentemente, foram e continuam sendo ações contra a autonomia e o desenvolvimento social do país. Não seria real falar desse quadro sem fazer referência, é claro, aos escândalos de corrupção, que se prolongou desde o alto escalão da diretoria interna do PT até os gabinetes de ministros, deputados e vereadores de diversos partidos em todo Brasil. Nesta ocasião, a grande mídia também se aproveitou para divulgar de forma deslocada a corrupção, como se essa prática fosse exclusiva dos partidos da classe trabalhadora, no entanto, a corrupção e apropriação indevida dos bens públicos são fatores natos do Estado burguês.

De qualquer modo, as políticas voltadas para o eixo econômico continuaram liderando a direção de prioridades orçamentárias, principalmente para a quitação dos juros da dívida externa, aumentando assim o fosso da condição econômica entre as classes sociais, o que reflete num desequilíbrio da distribuição de renda. Com isso, cresce assustadoramente o dilema advindo de um governo, onde, embora, existam políticas sociais compensatórias, ainda permanece um verdadeiro abismo entre as diferentes classes sociais. O que se observa, é o aumento pobreza da miséria da violência, do desemprego, da prostituição, do descaso com a população idosa e com a segurança da sociedade. Aumenta também o tráfico de drogas, de armas e de seres humanos.

Esses dramas estão diretamente relacionados à ascensão indiscriminada das forças produtivas do capital, que se contrapõem ao processo de reprodução social do trabalho livre, gerando a acumulação da mais-valia em detrimento da flexibilização e vulnerabilização da força de trabalho. A ideologia do “você é responsável pelo seu próprio sucesso”, gerou um movimento de concorrência selvagem para inserção no mercado de trabalho, através da qual valores universais como solidariedade, coletividade, altruísmo, foram descaracterizados e tomaram um sentido pífio, ou então foram completamente absorvidos pela lógica capitalista e disseminados de forma convencional e utilitária ao sistema.

A grande avalanche cultural do individualismo, da concorrência desumana, da insaciável busca do lucro, do fetiche do consumismo e da brutal mercantilização dos seres humanos e de seus valores subjetivos, são situações oriundas do sistema de reprodução do capital, com impactos no processo de trabalho, proporcionando uma situação de vulnerabilidade da classe trabalhadora.

Marx (2006 a) nos apresenta duas peculiaridades advindas do processo de trabalho no capitalismo: primeiro, é que todo material produzido pelo trabalhador, não é por ele apropriado, pois o produto final é de propriedade do capitalista - como a força de trabalho do próprio trabalhador - sendo esta força considerada como qualquer outro meio de trabalho; segundo, é que sendo a força de trabalho um meio de trabalho como qualquer outro, o capitalista a utiliza cuidando para não haver desperdício, mantendo o controle do trabalho:

O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção (2006a, p.154).

Na atual reestruturação do trabalho, com o advento da flexibilização, o trabalhador passou a ser multifuncional, contraditoriamente com uma formação altamente especializada e saturada de atributos relevantes ao mercado. Os que não se padronizam a tal perfil de trabalhador do século XXI, pode considerar-se fracassado e inapto para o desenvolvimento social e econômico do modelo de sociedade capitalista da atualidade.

Essas condições violentamente impostas pelo mercado capitalista enquadram um grande contingente de pessoas na condição de “exército de reserva”¹⁵, além de fazer crescer, a cada ano, o coeficiente médio das taxas “aceitáveis” de desemprego no país. Esses problemas estão num caminho muito distante da superação, principalmente quando o capital manipula a mídia, através dos veículos de informação de massa (TV e rádio), contribuindo para o processo de alienação, que metamorfoseia a capacidade combativa e analítica da população para um estado de sujeição e passividade. É a completa inversão de valores, a liberdade, a ética, a democracia, princípios fundamentais da emancipação política e humana. Tais valores, concebidos dessa maneira na

¹⁵ Sobre “exército de reserva” é indicado a consulta em Bottomore (2001).

sociedade capitalista, atrofiam-se num processo reducionista e pragmático, desenvolvendo-se imperativamente o moralismo em sua forma mais conservadora.

Assim, mais uma vez, em nome de uma economia forte e estável, as esferas sociais de competência estatal são postas em cheque. O que ocorreu no Estado brasileiro foi simplesmente a preocupação em sanar os encargos fiscais com os órgãos internacionais e, para além disso, atentou unilateralmente em implementar medidas que significou o enxugamento da máquina pública. Os precedentes disto foram, nas palavras de Behring & Boschetti (2006), uma completa esquizofrenia, afinal, como privar o social em prol do controle fiscal, se as próprias medidas econômicas eram uma via para o desmantelamento econômico do país? Problematizando tal questão é apontado pelas autoras:

Argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê de especuladores no mercado financeiros, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa (2006, p. 152).

Obedecendo à lógica neoliberal, o país subordinou as rubricas das políticas públicas de cunho social, às transações econômicas de manutenção do poder e acúmulo de riquezas, sendo estas concentradas em apenas algumas dezenas de gigantescos oligopólios mundiais. Isto significa, por exemplo, que o país dispõe de uma parcela do seu orçamento nacional para o pagamento de juros e encargos da dívida interna e externa. Segundo a orientação política-econômica dos órgãos financeiros mundiais fica muito oneroso para o Estado o investimento em políticas públicas sociais, daí a mercantilização dos serviços sociais básicos (saúde, educação, assistência, segurança), a explosão das privatizações nesses setores e o atrofiamento dos investimentos públicos (BEHRING, 2003).

É válido ressaltar que, em meio a briga entre a manutenção do conservadorismo (mesmo que travestido do discurso modernizante) e um possível avanço jurídico (como a Constituição Federal de 1988) na cultura política brasileira, houve a promulgação, em dezembro de 1993, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a qual veio para regulamentar, legitimar e aproximar mais a população das garantias constitucionais no que tange à assistência enquanto política de

Seguridade Social. No entender de Yazbec (2004) é com a LOAS que a assistência social inicia um processo perante os governantes e a sociedade civil de reconhecimento enquanto uma política social pública e de direito, com abrangência universalista e de responsabilidade estatal.

No entanto, para a mesma autora (op. cit., 2004), é bastante desafiador para os profissionais que trabalham no setor da assistência social, implementá-la de acordo com seus princípios ético-jurídicos, pois estes ainda permanecem distantes da realidade brasileira. Apesar de passados mais de dez anos da LOAS, a política de assistência ainda possui:

um perfil desarticulado que colocou em evidência um caráter seletivo, focalista e fragmentador para suas intervenções com medidas assistenciais meramente compensatórias face aos efeitos dos ajustes estruturais da economia”. (YAZBEC, 2004, p. 12).

2.1.1. Os (des)caminhos da Assistência Social na conjuntura brasileira pós-LOAS

A LOAS é promulgada em 1993, porém a luta dos profissionais da assistência para a sua aprovação é desde a Constituição Federal de 1988. Segundo Moroni (2007) era para ter sido aprovada seis meses após a implementação da Constituição. A morosidade das leis brasileiras, a falta de vontade política e o modelo neoliberal implementado pelos governos Collor e Itamar Franco retardaram ao máximo qualquer medida social que necessitasse de orçamento público.

A LOAS por sua vez, sendo um elemento de poder legal, veio para afirmar a assistência como política de direito, afinal num país tracejado por uma cultura política clientelista, meritocrática, patrimonialista e extremamente arraigada aos métodos políticos coronelistas, era preciso mais que a aprovação de uma lei que derruísse esse modelo; era preciso então um movimento coletivo de tomada de consciência política para transformar a concepção de assistência e assegurar-la como direito político adquirido.

Com a promulgação da LOAS, a assistência (inserida no tripé da política da Seguridade Social, juntamente com a previdência e a saúde) deu um grande salto, principalmente no que tange a participação coletiva, com a presença da população no processo de constituição e implementação das políticas, via os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, a

descentralização e a utilização de um comando único de gerenciamento nas três esferas governamentais. Além disso, ampliou-se o espaço de participação popular no controle e fiscalização das políticas sociais, sendo isto um forte fator para a garantia desse novo perfil da assistência social (YAZBEK, 2004).

No que tange à descentralização, é importante atentar que não se trata de restringir unicamente a política de assistência para âmbito municipal. O elemento inovador que contribuiu para a assistência, foi justamente a democratização da participação e responsabilidade das três instâncias governamentais, além de poder assistir com maior qualidade e eficiência as particularidades de cada região. Ou seja, a política de assistência tornou-se competência tanto do orçamento federal, quanto do estadual e do municipal.

Uma outra especificidade do campo da assistência social foi o fato desta ser uma política de caráter *não-contributivo*. Esse fato gerou um grande peso para a legitimidade do caráter público e universalista da assistência, pois, para garantir o direito a alguma política social, na maioria das vezes, a população brasileira era (e ainda é) obrigada a pagar regularmente os impostos. Isso resulta em duas questões que compartilham de um mesmo equívoco cultural acerca da legalidade da política de assistência, que é a sua condição como uma política voltada para “miseráveis”.

A primeira questão classifica a assistência social, equivocadamente, como uma política voltada para pessoas em situação de extrema pobreza. A partir dessa conotação, abre-se um leque de situações que acabam por marginalizar totalmente aqueles que usufruem tal política. Além disso, essa concepção seletiva e focalista corroe por completo, mais uma vez o pilar da universalidade. Por ser considerada então, como uma política de pobres, expandem-se as ações (seja governamental ou de entidades privadas) fincadas no assistencialismo e/ou no voluntarismo, obstruindo qualquer possibilidade de libertação dessa mácula histórica que envolve a assistência. Sobre isso Pereira (2004) faz uma excelente crítica, considerando inclusive os determinantes históricos e políticos da assistência no Brasil, e o que isso implica na promoção dessa política:

Uma característica indubitavelmente perversa da história da assistência social é a sua secular vinculação com a pobreza absoluta. Daí decorrem todos os vícios e distorções que corroem a continuam corroendo as possibilidades de eficácia democrática e cívica desta política. (...) Será sempre uma medida residual, isolada, isto é, paliativa, desvinculada das demais políticas sociais e econômicas (p. 55,56).

A segunda questão segue a mesma linha de preconceito da primeira, porque na sociedade burguesa, os direitos políticos, a cidadania, o respeito, a democracia são valores repletos de uma mentalidade mercantil, ou seja, eles só são possíveis a determinados indivíduos se esses possuírem um emprego formal, e, por conseguinte contribuir com a previdência; ou mais ainda, se estiver enquadrado na classe de “cidadãos consumidores”. Essa situação de contribuições compulsórias, como uma prévia condição para assegurar direitos de cunho universal, possui um grande respaldo no meio político brasileiro, e isto é exatamente um dos fatores que dificulta a inserção da assistência social como política de direito e de dever do Estado. Esse vício histórico de relegar a assistência a uma política de mínimos, voltada apenas para sanar a pobreza absoluta é observado inclusive nos meios dos gestores da SEMAS.

Em nossa pesquisa observamos que, apesar de aprovada a criação da Secretaria de Assistência em Fortaleza, ainda é disponibilizada pouca importância à área da assistência social. Nesse sentido, não é pelo fato de vereadores e deputados não se oporem, e até acharem importante a criação da SEMAS, que esses mesmos, na luta cotidiana de angariar verbas para as políticas, acabam por secundarizar a assistência social. Na verdade isso ocorre devido a um conjunto de circunstâncias que vão desde o costume das relações paternalistas na política brasileira, passando pelo afastamento teórico e técnico sobre assistência, e chegando até a um certo descaso e desinteresse por parte das autoridades. Sobre isso, uma das pesquisadoras entrevistada, afirmou:

Nós não avançamos, a assistência social ainda não é considerada direito realmente por parte dessas autoridades. Gestores, ainda hoje, sejam eles da direita ou da esquerda, não concebem a assistência social como um direito social, como um direito adquirido do usuário (Água).

A invisibilidade da assistência social como política de direitos, por partes dos próprios governantes, pode ser identificada na entrevista a essa outra pesquisadora:

Concretamente há um preconceito, não sei se é bem preconceito... ou uma indiferença, ou um desconhecimento da política de assistência social dentro desta perspectiva emancipatória. A esquerda, pelo menos nesse governo local, nesse governo municipal,

ela não considera a assistência social como uma política pública dentro dessa perspectiva; a impressão é que ainda é muito forte como política compensatória, como clientelismo (...) A política de assistência ela ainda continua sem estar no seu devido lugar, dentro da perspectiva emancipatória, dentro de uma perspectiva de uma política pública, uma perspectiva de que ela precisa ter prioridade orçamentária, de que ela precisa ser fortalecida em seus projetos, em seus programas. Ela precisa ser visibilizada, precisa ser incrementada, incentivada como política pública (Terra).

E ainda temos também a exposição de uma das gestoras:

Mesmo hoje, se tivéssemos um decreto do presidente Lula, dizendo que a assistência social tivesse um acréscimo de cinco, dez, onze, doze, quinze por cento, (isso não vai ocorrer também da noite pro dia) Porque as pessoas ainda, inclusive muitos gestores não compreendem a importância da assistência social (Lua).

Apesar do esforço de profissionais da assistência em materializar os princípios da LOAS, assim como de algumas gestões municipais em implementá-la, ainda permanece muito distante a sua total consolidação. Foi também na conjuntura da década de 1990, que se pôde observar um crescimento exponencial de Organizações Não Governamentais e de demais instituições de cunho filantrópico e assistencialista, que adentraram no cenário justamente para desenvolver políticas sociais.

A maioria dessas instituições, fundações, organizações, implementam ações com um viés fragmentado e em sua maioria não atendem as necessidades reais da população. Enquanto isso, o papel do governo é apenas de contribuir orçamentariamente, e algumas vezes de fiscalizar os serviços dessas entidades. É inegável que com a ausência de responsabilidade governamental em executar as políticas sociais, outros sujeitos iriam se empenhar em realizá-la, contudo com uma série de limites e equívocos. Foi nesse mesmo período que as grandes empresas multinacionais também enveredaram pelo *marketing* social, promovendo campanhas, erguendo fundações assistenciais e acima de tudo publicizando ao máximo o seu “lado social e humanitário”, como é o caso de diversas multinacionais instaladas no país, dentre elas a *Mac Donald's* e a *Nestlé*, por exemplo.

Segundo Iamamoto (2001) isso não passa de uma grande onda de refilantropização, ou seja, filantropia sob *novas* bases. A autora chama a atenção de que isto é uma forma utilitária, ou

melhor, uma nova roupagem do capital apresentar-se a sociedade, uma vez que obscurece a sua contínua e voraz reprodução. O capital apropria-se do desenvolvimento das forças produtivas para prolongar seu lucro, extraindo do (a) trabalhador (a) seu valor, sua dignidade, sua vitalidade para enfim torná-lo uma máquina desgastada e sem ânimo para lutar e defender seus direitos.

Essas grandes empresas, por meio de suas ações sociais, realizam um des-serviço à política de assistência, pois são extremamente focalistas. O seu objetivo principal não é a promoção do bem-estar de um punhado de miseráveis, mas sim promover uma auto-publicidade no campo do social com ambições comerciais, no entanto suas ações não ultrapassam o limite do assistencialismo e na benemerência. Nesse movimento, o sistema na verdade: “encobre, entretanto, o outro lado indissociável desse desenvolvimento, na sua forma capitalista: o crescimento ampliado da pauperização, da barbárie social” (IAMAMOTO, 2001, p. 183).

Isto significa uma política de mínimos para os mais miseráveis, ferindo visivelmente os princípios constitucionais e a LOAS, uma vez que a política de assistência, inscrita como Seguridade Social deve ser de nível universalista e de responsabilidade do Estado. Além disso, o conceito de assistência social fica remetido ao nível da solidariedade, tornando invisível os profissionais capacitados e verdadeiramente comprometidos com o sentido político e de direito da assistência social.

2.2. O processo de constituição da política de assistência em Fortaleza

2.2.1. Conjuntura política do Ceará nos anos 80 e 90

O Estado do Ceará, nas décadas em que foi instaurada a ditadura militar no país, vivia sob o comando de uma classe dominante que ficou conhecida como “governo dos coronéis”. O termo *coronéis* era usado devido ao tipo de artimanhas políticas empregadas por governadores como Aduino Bezerra, Virgílio Távora e César Cals. Tais artimanhas, eram viabilizadas através do voto de cabresto, do clientelismo, das trocas de favores entre políticos e latifundiários e do patrimonialismo¹⁶. Esses são exemplos claros do tipo de relação que os governantes estaduais do

¹⁶ Em 2005, o Brasil passou por uma crise política em nível federal devido a escândalos de corrupção, propina e pagamento de mensalidades, os “mensalões”, à políticos para aprovação de projetos do governo. Assim como o governo estadual, acusado de licitações irregulares para realização de propaganda do próprio governo. A partir daí podemos atribuir a estas crises, como consequência de uma cultura política que sempre existiu no Brasil e que hoje

Ceará mantinham com a população. Essas práticas políticas eram executadas com maior facilidade nos municípios do interior, onde a população portava baixíssima escolaridade e era extremamente dependente dos favores dos “coronéis”.

No final da década de 1970, um grupo de empresários cearenses toma a frente e a direção do CIC, Centro Industrial do Ceará. O CIC, fundado em 1919, tinha como um dos objetivos fortalecer as relações comerciais dos iniciantes industriais cearenses. Porém, este órgão não logrou muito sucesso e anos depois permaneceu inexpressivo, acabando por ser atrelado a FIEC, Federação das Indústrias do Ceará. Em 1978, jovens empresários cearenses possuidores de um perfil moderno, progressista e com nível superior de escolaridade reativam o controle do CIC. Uma das fundamentações ideológicas primordiais desses jovens empresários era acabar com as práticas obsoletas, de tom corporativista e clientelista que era exercida, via de regra no governo (MORAIS, 2000).

É justamente nesse ponto que percebemos que os empreendedores do CIC, não tinham apenas a aspiração comercial e industrial, eles, além do controle da produção econômica do Estado almejavam um outro tipo de poder, o poder institucional, o poder executivo, no caso, o governo estadual. O grupo do CIC também se diferenciava dos antigos políticos cearenses ao se posicionar favorável ao processo de eleições diretas para presidente de república. Porém, com a derrota da emenda Dante do Oliveira¹⁷ e definida as eleições indiretas, o CIC optou por apoiar o candidato do PMDB, Tancredo Neves. Os discursos implementados por eles sempre continham uma idéia progressista da necessidade de se modernizar o Estado e igualar a economia aos estados do eixo sul e sudeste. Para isso, era preciso tomar uma série de medidas, como a redução do Estado, no que tange às políticas públicas sociais e uma política de incentivo a instalação de macro indústrias.

Em 1981 é eleita a terceira gestão do CIC, presidida pelo industrial Tasso Jereissati com então 34 anos. Tasso, filho do senador Carlos Jereissati, que teve importância política na década de 50, era herdeiro de uma fortuna advinda de *shoppings centers*, hotéis, moinhos e franquia de podemos considerá-la como algo solidificado e até mesmo banalizado por uma grande parte da população. Uma política construída em bases completamente antidemocráticas, corruptas e de extrema confusão da relação entre o que é público e o que é privado. O modelo político do governo do estado do Ceará praticado no período ditatorial, ainda hoje persiste, refletindo um alto grau de despolitização da população, o que cientistas políticos denominam de “analfabetismo político”.

¹⁷ Emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), que propunha à Constituição o restabelecimento das eleições diretas para presidente com voto universal e secreto.

empresa de refrigerantes (FARIAS, 1997). Tasso e o seu grupo promovem uma ascensão na economia do Estado concomitantemente com uma aspiração ao poder governamental. Dessa maneira, inicia-se uma articulação política para as eleições estaduais em 1985. Farias (2002), no trabalho *Os pecados capitais do Cambeba*, realizado em conjunto com Artur Bruno e Demétrio Andrade discute o seguinte:

Para aqueles ‘jovens empresários’, não deveriam os industriais estar sujeitos aos burocratas estatais, mas no comando do estado. Não lhes agradava ter de pagar propina para conseguir recursos para um projeto industrial; não desejavam depender dos ‘humores’ dos tecnocratas da ditadura ... (op. citi., p. 20).

Através de uma base de apoio do então governador, Gonzaga Mota, Tasso é eleito com uma margem de votos bem superior aos seus concorrentes. É a partir desse quadriênio (1987-1990) que o “governo das mudanças” de Jereissati promove a “modernização” do Estado. Contudo, essa modernização é implementada em detrimento das políticas sociais. É com Tasso que o Estado do Ceará inicia a experiência do projeto político conhecido como “neoliberalismo”.

O governo de Tasso foi marcado por atitudes extremamente autoritárias em relação ao trato com os movimentos sociais e com a classe trabalhadora. Repressor de qualquer tipo de manifestação, era prática comum do governador, autorizar o batalhão de choque para desarticular e reprimir manifestações públicas. Além disso, houve o rompimento com grupos políticos que o apoiaram no primeiro momento como o PMDB, inclusive partido de ala esquerda como PC do B e PCB. Essa observação é notada por Gondim (2000) no seguinte trecho:

Os ‘governos das mudanças’ praticamente eliminaram do processo de formulação de políticas públicas, a intermediação de políticos profissionais, sobretudo na primeira gestão de Tasso Jereissati. A política de austeridade foi conduzida sem a preocupação de buscar o apoio da classe política ou de outros setores na sociedade civil, criando uma imagem de isolamento e prepotência, consolidada pelos inúmeros conflitos entre Tasso Jereissati e os mais diversos segmentos da sociedade (op. cit., p. 416).

Com o lema “governo das mudanças”, a geração “Cambeba” destacou-se na produção de grandes obras, inclusive usando-as como *marketing* político, como foi o caso do Açude Castanhão, o Canal do Trabalhador, o Porto do Pecém, as Usinas Eólicas, a construção do novo

aeroporto Pinto Martins e o investimento irrestrito no setor turístico. Na gestão de Ciro Gomes (1990 –1994), o *marketing* político foi trabalhado fortemente no setor turístico, tentando apresentar um Ceará que possuía tanto belos litorais, quanto um crescente desenvolvimento urbano.

Vale ressaltar que em diversos outros setores, principalmente de âmbito social, o descaso foi incomensurável. No setor da educação, por exemplo, o ensino fundamental e médio foi “presenteado” com a implementação de aulas através do sistema de televisão, os chamados “Telensino”. Modelo exaustivamente criticado pelos profissionais da educação, por secundarizar a figura do professor (a) e produzir um ensino limitado, fragilizando a capacidade crítica tanto de professores como de estudantes (FARIAS, 2002).

A geração Cambéba, ao longo desses quase 20 anos de governo, reafirmou o projeto político hegemônico do grupo capitalista cearense e, inerente a essa expansão burguesa, há a fragmentação e pulverização dos setores desfavorecidos da sociedade (BRUNO, 2002). O aumento da concentração de renda, o desemprego, a vulnerabilidade trabalhista, o analfabetismo, enfim o aprofundamento das expressões da questão social, foram heranças que este grupo perpetuou no Ceará. Heranças nefastas que contribuíram para o engendramento do “neo-coronelismo” do século XXI.

2.2.2. – Caminhos históricos da política de assistência em Fortaleza – do clientelismo à criação da SEMAS

É fato que com o definhamento do governo ditatorial, com as eleições diretas de 1985 e com a promulgação da Carta Constitucional em 1988, esperançou-se que houvesse uma mudança nas bases clientelistas, paternalistas e antidemocráticas da política brasileira. Valores éticos e emancipatórios que foram proferidos na constituição refletiam as demandas impulsionadas pelo movimento de redemocratização, que foi composto por sujeitos do movimento agrário, por religiosos vinculados à Teologia da Libertação, estudantes, sindicalistas, artistas e intelectuais, enfim, foi um momento de mobilização coletiva de vários setores da sociedade.

Foi exatamente esse sentimento de democracia, de ética na política e de liberdade que gerou a esperança na sociedade. Os anos seguintes seriam possibilitadores de mais seriedade na administração pública, de controle e estabilidade na política econômica, de ampliação dos direitos humanos e sociais de trabalhadores e de maior respeito com a liberdade e com os direitos adquiridos. Porém, a própria história já nos mostrou que o que ocorreu não corresponde com as expectativas produzidas no final da “década perdida”.

No que tange à assistência social, os caminhos foram bem tumultuados, como já indicamos linhas atrás. Ocorreu uma protelação para se implantar a LOAS, passando por diversas privatizações e mercantilização de políticas essenciais e desaguando nas incipientes ações governamentais com política compensatórias.

No município de Fortaleza, o contexto não era muito diferente. O governo municipal se identificava totalmente com a política neoliberal dos governos federais da década de 1990, que correspondia a um discurso de modernização, sob o lema de romper com o coronelismo tradicional, porém reproduzindo as ordens de minimização do Estado no que se refere, particularmente, às políticas sociais. O seguinte trecho, retirado de um documento oficial da prefeitura, o Plano Plurianual da Assistência Social, elaborado em agosto de 2005, com contribuições da professora Alba Pinho Carvalho¹⁸, revela que Fortaleza sempre esteve à par do progresso da assistência social:

Em Fortaleza, na contramão da dinâmica de fortalecimento do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social disseminado em todo o país com a LOAS, essa organização transcorreu de forma lenta e sem conquistas político-administrativas de monta (...) Diferentemente de outros municípios brasileiros, principalmente de regiões metropolitanas – maculadas por uma expressiva e caótica questão social agudizada com o neoliberalismo –, Fortaleza não teve a criação de uma Secretaria Municipal de Assistência Social (PPA, 2005, p. 4,5).

A década de 1990 em Fortaleza foi liderada hegemonicamente pela política peemedebista, a qual permaneceu por longos 16 anos à frente da prefeitura municipal. Nesse período, a cidade não só não avançou, como permaneceu completamente alheia as bases essenciais para política de assistência. Isso pode ser conferido num documento produzido em

¹⁸ A professora Alba Maria Pinho de Carvalho contribui como assessora técnica na construção do documento que especifica o Plano Plurianual da Assistência Social no município de Fortaleza em 2005.

2004 pela própria Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social, além de ser demonstrado também na fala das pesquisadoras entrevistadas. O que aconteceu foi um desarranjo administrativo, uma total falta de coerência no que tange ao conceito e prática da assistência social.

Isso é evidenciado pelo fato de que mesmo após a LOAS, (onde no seu 5º artigo fica declarado a descentralização político-administrativa, a participação popular na formulação e no controle das ações e a responsabilização do Estado na condução dessa política) o município ainda não possuía o mínimo de ações que resguardasse a Lei da Assistência, ficando o usuário desprovido de direitos e vulnerabilizados às ofensivas do capitalismo.

A trajetória da assistência em Fortaleza foi caracterizada também por uma instabilidade de alocação física enquanto unidade de promoção política, dentro do organograma das secretarias municipais. Primeiramente, o governo Juraci Magalhães, realizou uma reforma administrativa que extinguiu o órgão que planejava e executava a assistência, ou seja, a Superintendência de Assistência Social. Posteriormente a assistência ficou alocada junto à secretaria da habitação, depois foi novamente desativada e na sequência juntou-se num só órgão a saúde, a assistência e a educação (Terra).

Numa outra reforma administrativa, em 1997, na última gestão do prefeito Juraci Magalhães (1996-2000), a saúde desmembrou-se do antigo órgão tripartite, se autonomizando numa secretaria própria, e restando por fim a assistência e a educação. A partir daí criou-se a Secretaria de Educação e Assistência Social (SEDAS), porém a assistência era aí classificada apenas como uma Coordenadoria de Políticas Públicas de Assistência Social – CASSI, que, por este motivo, seu orçamento financeiro era subordinado à educação. Essa condição significava a perda de autonomia e uma limitação tanto de recursos humanos, quanto de instrumentos operacionais.

Apesar disso, este foi o momento em que mais se avançou nas discussões de implementação da LOAS em Fortaleza. Embora o secretário da SEDAS neste momento, não tivesse muita aproximação teórica e técnica sobre a política da assistência, ele era sensível às necessidades e particularidades demandadas pela coordenadoria (Terra). A coordenadora da assistência, por sua vez, mantinha uma boa articulação técnica de gestão administrativa, além de uma aproximação política com autoridades e entidades afins. Isso garantiu uma maior

organização e publicização da política de assistência no município, e assim expandindo a possibilidade de sua implementação com maior efetividade e de acordo com que se preconizava na LOAS (Terra).

Foi esse o modelo administrativo correspondente à assistência, ou seja, inserida dentro da Secretaria de Educação, que perdurou até julho de 2007, quando, nessa ocasião, foi enfim inaugurada a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, já na gestão petista da prefeita Luizianne Lins. Para a criação desta Secretaria, anos antes, já existia um movimento coletivo de trabalhadores da assistência que pensava essa política fora dos padrões existentes, ou seja, sem os vícios clientelistas de uma política edificada sobre o clivo do favor e da benesse primeiro-damista.

Em 2004, ano em que se elegeria a nova gestão municipal da prefeitura de Fortaleza, foram realizados três fóruns para discutir os caminhos da assistência social no município, direcionando o debate para o âmbito do Comando Único. Dos debates ocorridos nesses fóruns, evidenciando a participação de vários sujeitos da sociedade civil, saiu como resultado a publicação de um caderno¹⁹, o qual continha artigos de diversos profissionais, dentre esses, docentes da área de Serviço Social, autoridades e representantes de entidades, como o Conselho Regional de Serviço Social. Com tal documento, elaborado a partir de fundamentações históricas e teóricas sobre assistência social, pretendia-se entregá-lo ao candidato eleito ao cargo de prefeito da cidade de Fortaleza, do processo eleitoral de outubro de 2004. Continha também a sugestão da criação da Secretaria Municipal de Assistência, configurada nos termos da Política Nacional de Assistência Social – PNAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), também publicada naquele mesmo ano e com a LOAS, que já contava com um atraso de mais de dez anos para sua execução na cidade.

Assim, com a vitória da candidata do PT, Luizianne Lins, aumentou a expectativa para criação da Secretaria e assim a alteração dos rumos da política de assistência em Fortaleza tornaram-se um sonho mais próximo e concreto. Embora o programa de governo da candidata não se ativesse à política de assistência social, as políticas foram construídas em áreas segmentadas, como crianças, idosos, população de rua, além do diferencial de priorizar a política para as mulheres. O anseio pela vitória de um projeto de bases democrático-popular e finalmente

¹⁹ A assistência Social como política pública: diálogos sobre o comando único em Fortaleza / Maria Zelma de Araújo Madeira (org.) – Fortaleza; MD Grafia e editora 2004.

a eminente possibilidade da criação da Secretaria de Assistência, fez mobilizar uma grande parcela de assistentes sociais. Tanto uns que estavam diretamente ligados à campanha de Luizianne, quanto diversos outros que comprometidos politicamente, disponibilizaram apoio incondicional à candidata.

Tal apoio se expressou também por ocasião da realização do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, um dos maiores fóruns de discussão da categoria, realizado em outubro de 2004 na cidade de Fortaleza, gerou-se oportunamente um movimento pró-candidatura de Luizianne Lins. Durante o Congresso, houve inclusive a produção e a leitura de uma carta de apoio²⁰. O conteúdo da nota aponta para o diferencial da campanha petista em Fortaleza, que ainda mantinha em seu discurso a ideologia democrática e popular, erguida nos idos anos 1980. É mencionado na nota, uma relação direta entre o projeto de governo democrático-popular da candidata petista e o projeto profissional do Serviço Social, justificando a partir dessa similaridade o apoio, como consta no seguinte trecho da nota:

Ao apoiarmos Luizianne estamos afirmando os princípios contidos em nosso projeto ético-político-profissional, expresso em nosso código de ética e que estão impressos no seu programa de governo: respeito à diversidade, eliminação de todas as formas de preconceito; garantia de pluralismo; compromisso com a qualidade de serviços prestados à população; articulação com os movimentos sociais; democratização e participação popular; direitos humanos para todos e todas.

Esta carta foi assinada por assistentes sociais de todo o Brasil, tal fato demonstra o nível de ebulição política que vivia a cidade de Fortaleza. Tal ebulição devia-se a polêmica de que a candidatura de Luizianne não recebera nenhum apoio moral, financeiro ou político do Partido dos Trabalhadores, ficando este fato nacionalmente divulgado pela TV e jornais, o que gerou uma insatisfação nacional ao PT, por parte de militantes e simpatizantes do Partido.

Assim, depois de passado o processo eleitoral e com a garantida vitória do projeto democrático-popular de Luizianne Lins, aguardou-se que a prefeita elegeria como prioridade a criação, logo no primeiro ano, da Secretaria Municipal de Assistência. Mas para o desalento de

²⁰ Entre outras assinaturas de apoio a candidatura de Luizianne Lins, encontra-se a assinatura de José Paulo Netto, Elaine Behring, Lúcia Barroco e tantos outros teóricos conceituados do Serviço Social. Conferir em Anexo 3.

alguns, isso só veio ocorrer dois anos e meio depois. Esse dado é revelado no Plano Plurianual da Assistência:

Mas é preciso entender que para implementar a Política de Assistência Social em Fortaleza como uma política de alcance transformador e inclusivo, defendida pela PNAS, de caráter preventivo e processador de inclusão social e com uma intervenção efetiva, É IMPRESCINDÍVEL A CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA como uma exigência técnica-operacional para a implantação do SUAS e uma exigência política na Gestão Municipal da Prefeita Luizianne Lins, que propõe o respeito e compromisso com a efetivação de políticas públicas propiciadoras de uma vida mais digna a todo povo de Fortaleza (...) A Secretaria Municipal de Assistência Social em Fortaleza representa a construção de uma estruturação político-administrativa que oportunize o desempenho do papel institucional e mediatizador do gestor municipal com a capacidade desafiadora de viabilizar uma política de assistência que realize a interfase frente à grande questão social de Fortaleza (PPA, 2005, p. 6).

Já havia um certo modelo de organização na CASSI, que correspondia aos preceitos da LOAS, que, nesse primeiro momento, estava sob coordenação da uma assistente social²¹. Para a criação da SEMAS, em julho de 2007, houve muita pressão interna daqueles que já tinham consciência da necessidade de se implementar a política sintonizada com as diretrizes nacionais da assistência.

Embora tenha havido uma relativa organização em torno da assistência, por parte de alguns profissionais, na tentativa de elevá-la à condição de política universalista, ainda assim é complexo o desenvolvimento dessa política por vias emancipatórias. Durante as entrevistas com os atuais gestores da SEMAS foi revelado que boa parte dos gestores de outras secretarias e vereadores desconhecem a assistência como política de direito, e disso resulta o clientelismo e o descompromisso social com a parcela da população que dela necessita.

Transformar a assistência, ultrapassando o caráter secular do filantropismo e da benemerência, é acima de tudo socializar direito político a toda população. Romper com a

²¹ É válido salientar que o nome de Virginia Assunção foi defendido e apoiado por todo um coletivo de assistentes sociais, estudantes, sindicalistas, representantes de movimentos populares e diversos outros sujeitos da sociedade civil. Com isso, pretendia-se oferecer à prefeita a alternativa de um nome que já estivesse inserido nesse trabalho, com plenos conhecimentos técnicos e teóricos, além de ter experiência em conselhos populares. Uma profissional legitimada por sua categoria por possuir em sua trajetória, pessoal e profissional, valores emancipatórios como a democracia, a justiça social, a universalidade e o respeito incondicional aos direitos sociais e humanos. Apresentamos como anexo 4 uma nota de apoio ao nome de Virginia Assunção que fora entregue à prefeita logo após ter sido eleita.

herança cultural de uma política focalista, clientelista e favoritista é oferecer condições educacionais de criticidade social, para que o capitalismo e suas estratégias de reprodução não permeie o cotidiano através da “responsabilidade social” implementada pelas grandes multinacionais. Essas são estratégias que sinalizam minimamente a intenção de emancipação social e política que podemos erguer através das políticas públicas sociais em geral.

2.3. Ação profissional: dificuldades e estratégias para consolidação da política de assistência social em Fortaleza

Como referimos anteriormente, o processo de implantação da política de assistência social, ocorreu tardiamente, devido, sobretudo, ao pouco caso, por parte das autoridades, em agilizar o processo de constituição das secretarias municipais. Devido a isso desencadeou uma forte batalha entre as (os) profissionais da assistência contra as instâncias governamentais para implementar de forma efetiva os pressupostos contidos na LOAS. As principais reivindicações levantadas por profissionais da assistência foram a descentralização política e econômica entre as três instâncias governamentais (Municipal, Estadual e Federal), a criação do Comando Único e do Fundo Municipal e a participação popular.

Em Fortaleza, não se diferenciou desse cenário nacional, assim iniciou sua longa caminhada até a criação da SEMAS, desde meados da década de 1990 e se intensificou mais a partir do último mandato do então prefeito Juraci Magalhães (2000 – 2004). Na gestão de Luizianne Lins, a aprovação na câmara dos deputados da criação de uma secretária municipal para a assistência só foi possível após o meio do ano de 2007.

A atual secretária titular da SEMAS, tem uma longa trajetória política. Primeiro dentro do Partido dos Trabalhadores, quando ela era assessora política no período em que Luizianne Lins era deputada estadual, segundo no movimento de mulheres feministas no município. Além da secretária titular, a SEMAS é composta por um núcleo gestor, subdividido nas pastas de Coordenadoria Executiva, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Coordenadoria do SUAS e Coordenadoria do Fundo Municipal de Assistência.

Uma particularidade da organização das pastas da assistência e a indicação de nomes para a sua composição é que tais gestores formam um grupo político, com identidade ideológica, formada, antes mesmo do processo de trabalho que realizam na SEMAS. Explorando mais esse fato, observamos que as pessoas que compõem esse grupo de trabalho possuem uma concepção, no que concerne ao desenvolvimento do exercício profissional do Serviço Social. A comunhão de opinião e consciência sobre os princípios do código de ética do assistente social, a concepção de instrumentalidade, os direitos humanos, são os elementos políticos que viabilizam o exercício profissional crítico e de real envolvimento com a população que é assistida. Segundo um dos gestores entrevistados, o grupo que gerencia a assistência é assim identificado:

porque comumente várias pessoas no âmbito não só da assistência, mas no âmbito do serviço social se classificam, ou se identificam, como um grupo político que defende esse chamado projeto ético-político da nossa categoria. Então a nossa trajetória veio dos movimentos da universidade, em especial do Movimento Estudantil de Serviço Social, seja no centro acadêmico, seja no DCE, seja na Executiva Nacional de Estudantes, a ENESSO. E depois passando em nível local pra uma militância no CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, e hoje a gente acabou se reencontrando nessa dimensão da Secretaria Municipal (...) Então a gente vem trazendo essa carga histórica e a gente se encontra caracterizado hoje como gestores de uma política que é também dentro de uma prefeitura democrático-popular, uma prefeitura de esquerda... (Sol).

Pode-se perceber, pela afirmação acima, que o grupo que está desenvolvendo o trabalho da Secretaria de Assistência, possui uma unidade política histórica, tanto com os elementos que envolvem a prática do Serviço Social, isto é, os eixos teórico-metodológico, técnico-operativo e o ético-político, quanto com as demandas particulares da área da política de assistência. Enquanto gestores é importante estarem munidos e fundamentados de teorias com teor crítico e emancipatório, pois no momento da barganha política em meio às instâncias de poder (câmara municipal, assembléia legislativa) é basilar a aproximação com o conteúdo teórico para que, juntamente com a população, se conquiste as reivindicações levantadas.

Algumas autoras, como Sposati (2004), revelam que existe, na sociedade, uma concepção de que a assistência social é, prioritariamente, um trabalho desenvolvido apenas por assistentes sociais, o que reduziria tanto o caráter interdisciplinar da política da assistência, como restringiria o exercício profissional da (o) assistente social. Além disso, a autora também revela

uma outra acepção equivocada acerca da política de assistência social, que é a sua vinculação confusa com assistencialismo e voluntarismo.

No entanto, Sposati (2004) problematiza o não esclarecimento e a insuficiência de determinações existentes na colocação de “política de direito e dever do Estado”. Para a autora, a inserção da assistência social na Constituição Federal de 1988, formando junto com a saúde e a previdência, o tripé da Seguridade Social, foi apenas uma justaposição histórico-política do período pós-ditadura militar. Mesmo com a LOAS, que abre um leque de possibilidades para ruptura desse perfil da assistência, não foi possível uma tradução mais concreta e evidente sobre os direitos e deveres, pelo que afirma:

A inclusão do campo particular da assistência social, no âmbito da seguridade social proposto pela Constituição de 1988, não encontrou interlocutores e interlocuções estruturadas e organizadas na academia, na sociedade civil e nos movimentos sociais. (...) Afirmando com isso que nesses dez anos ainda não foi consolidado o campo da responsabilidade pública dessa política (...) Em decorrência disso, é mais usual caracterizar a assistência social como ‘dever do Estado e direito da população’ sem tornar claro e específico no que consiste tais deveres ou tais direitos (2004, p. 33,34).

Tanto esse assunto, como os outros levantados ao longo deste trabalho sobre a subordinação da política de assistência em relação às outras políticas sociais, pode chocar-se com o propósito de consolidação do exercício profissional do Serviço Social. Uma vez evidenciado que a política de assistência não é algo restrito ou objeto único de análise e intervenção do Serviço Social, então fica mais fácil percebê-la como um construto da sociedade e que precisa requerer seu espaço junto às instâncias de poder, seja este local, estadual ou federal. Porém, mesmo sendo a assistência uma política composta por profissionais de várias áreas, nos instiga saber se a execução desta, mesmo com todos os reveses econômicos e sociais impostos por uma sociedade estamentada em classes com interesses antagônicos, põe em cheque o direcionamento profissional do (a) assistente social que atua com fins de objetivar seus princípios éticos-políticos.

Longe da obtenção de uma resposta pragmática, afinal insere-se nessa discussão um conjunto de processualidade históricas de relativa complexidade, observamos que uma extensiva parte dos problemas da política de assistência reside no processo sócio-cultural em que foi inscrita. Suas raízes estão aterradas desde as promoções das políticas compensatórias do *welfare state*, e se alargam até à cultura patrimonialista do favor em troca de benefícios políticos. Dessa

forma, é que se acarreta por longas datas o problema da imprecisão teórico-conceitual acerca da política de assistência social, ficando esta fadada a intervenções isoladas de alguns poucos municípios que de fato tentam implementar esta política de modo mais efetivo e sistemático.

Uma outra problemática sobre a política de assistência se ancora efetivada num debate levantado por Pereira (2004b) sobre a setorialidade e a interdisciplinariedade. Para a autora, ambos elementos devem fazer parte da política social, porém a setorialidade que compete à assistência é diferente das outras políticas que compõe a Seguridade Social, por exemplo. A setorialidade na assistência exige uma rigorosa análise, exatamente pelo seu amplo caráter social e para que seja garantida as particularidades intrínsecas à ela, por isso a autora chama atenção:

Acontece que é a defesa dessa setorialidade que descaracterizá-la como política pública, com um conteúdo próprio, porque isso vai contra a sua natureza genuinamente complexa, abrangente, interdisciplinar e intersetorial expressa no adjetivo (social) que a qualifica.

É justamente por ser interdisciplinar e intersetorial que, na prática, é a política pública mais afeita a estabelecer interfaces e vínculos orgânicos com as demais políticas congêneres (sociais e econômicas), tendo em vista a universalização do atendimento das necessidades sociais no seu conjunto (PEREIRA, 2004b, p. 59)

A autora remonta a idéia de recuperar o sentido da assistência enquanto *política social particular*, pois assim nem se transforma numa política isolada e voltada apenas para “os pobres” e daí restringir-se à uma *setorialidade* vazia; nem tampouco generaliza-se perdendo suas referências particulares, ao ponto de seu orçamento acabar sendo usado em prol de tantas outras intervenções que não seja necessariamente a assistência social.

A transferência de verbas da assistência para outros setores da política social foi inclusive pontuada por uma gestora da SEMAS. Ela evidencia que isso faz parte de arranjos políticos por parte de vereadores, que na tentativa de arrecadar votos, barganham um orçamento da assistência para implementar obras demandadas por seu “grupo de eleitores”:

...o movimento popular aqui de Fortaleza é algo complicado por conta desse apadrinhamento, o monitoramento dos líderes, das próprias lideranças comunitárias, e por sua vez os vereadores que tem tanto as suas associações, a gente sabe que existe... Mas aí é um movimento, é um exercício cotidiano e político de desconstrução dessa cultura política (...) Por exemplo, as creches. Creche não é uma competência da

assistência, é uma competência da educação. E aí várias pessoas, várias lideranças comunitárias, inclusive vários vereadores que tem as suas entidades, porque é uma espécie de voto, é um cabo eleitoreiro, recebia dinheiro da assistência. E aí a gente veio e disse: não! Está aqui na política, creche é da educação... (Lua).

Em nosso campo de pesquisa, ao entrevistar os gestores que estão à frente da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza, identificamos nas entrevistas a preocupação de garantir uma assistência livre dos moldes até então praticados no Município. A assistência como direito é elemento mais eloquente revelado por todos eles. No entanto, as dificuldades do exercício profissional aparecem, primeiramente, pelo próprio processo de organização do espaço físico da Secretaria, depois, devido aos impactos políticos que a concepção de direito da assistência social causa no cotidiano político de vereadores, conflitando as relações entre as (os) gestores da SEMAS e Câmara Municipal.

O que ocorre é que no jogo de forças, na barganha da “pequena política”, vereadores na busca de manter-se no poder através do favorecimento à entidades, assustam-se e indignam-se com a possibilidade de corte em seus orçamentos e se contrapõem a qualquer perda, ou com a centralidade do Fundo Municipal da Assistência, para não ficarem impossibilitados de realizarem suas insuficientes políticas em troca de votos.

Assim, é muito clara a tentativa de manutenção da cultura clientelista, primeiro, porque os gestores de outras Secretarias não disponibilizam a devida atenção e respeito que a Assistência exige, assim como o preconceito e desconhecimento, por parte de outras tantas autoridades. E, segundo, porque a materialização da política de assistência nos moldes da universalização do acesso e do direito social, implica, no mínimo, em um desmanche de uma cultura secular do voto de cabresto, do voto em troca de um “favorzinho”, daquilo que o Brasil sofre historicamente, que é transformação do valor da coisa pública em valor privado.

Esse é, pois, o maior obstáculo encontrado pelas (os) gestores que vêm atuando na recém criada Secretaria, uma vez que esses possuem uma concepção política da assistência social fundamentada no direito da população e no dever do Estado. Essa concepção política é bastante clara ideologicamente, porém as (os) gestores ainda revelam uma dificuldade para a implementação prática dessas políticas e a problemática da mudança cultural sobre o entendimento de assistência social. Podemos considerar também que o próprio Partido (PT), no seu atual horizonte político, obstaculiza a compreensão das políticas de assistência social como

direto, uma vez que permanece com políticas focalistas e seletista. Além de defrontar-se com uma questão mais ampla e global que são as investidas neoliberais nas políticas sociais dos países de Terceiro Mundo.

CAPÍTULO 3

O Projeto Profissional: desafios numa realidade contraditória



O processo de construção do projeto profissional, principalmente no final dos anos 1980 e por toda década de 1990, propiciou um incomensurável espaço de debate político e também operacional, oportunizando que diversos assistentes sociais de todas as áreas debatessem amplamente as diretrizes da profissão e agregassem conhecimento para a construção de uma identidade política crítica e, por conseguinte, uma atuação orientada por princípios éticos efetivos.

Nesse capítulo, analisaremos as repercussões desse projeto no cotidiano profissional de assistentes sociais que buscam a consolidação de tal projeto, embora seja o seu exercício realizado na realidade adversa do capitalismo. Daí a necessidade da (o) assistente social de munir-se com fundamento teórico-conceitual para elucidar com clareza os elementos que envolvem a intrincada teia da realidade social, além é claro, de identificar as determinações históricas que movem as particularidades dos sujeitos e dos espaços.

3.1. O projeto profissional e sua materialização na gestão democrático-popular

O projeto profissional do Serviço Social é segundo Braz (2004) constituído por três dimensões que o qualifica e o legitima enquanto uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, além de promover uma identidade ético-política, teórico-metodológica e técnico-operacional entre os profissionais. Tais dimensões se realizam nas seguintes esferas: 1) na esfera *teórica*, gestada do acúmulo teórico e metodológico da profissão, que desde os fins dos anos 1980 gera um aprofundamento da teoria marxista e esta torna-se sua principal ferramenta de análise e intervenção; 2) na esfera *jurídico-política*, que significa o conjunto de leis, e de demais documentos que regem legalmente o exercício profissional e 3) na esfera *político-organizativa*, que é a dimensão em que assistentes sociais, coletivamente, se articulam, refletem, decidem e agem sobre questões inerentes à profissão e à sociedade, esse movimento é promovido pelas entidades representativas da categoria, quais sejam o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Todos os três aspectos acima referidos perpassam pelo processo de formação profissional, seja nos espaços de construção acadêmica, seja nas instituições de trabalho ou ainda nos movimentos sociais em que os profissionais atuam. A ideologia política e social que está

inscrita no projeto profissional expressa elementos que podem orientar a formação, os discursos, e as ações desempenhadas pelos assistentes sociais. No entanto, ainda que já tenhamos assinalado no capítulo I desse trabalho, é válido reiterar que tais determinações do projeto profissional são completamente passíveis de alterações, ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade. Para Heller (2000) um determinado valor, uma vez explicitado numa esfera da realidade social, pode submergir e permanecer ocultado, isso vai depender do grau de desenvolvimento da sociedade, ou mesmo do surgimento de um novo valor. No entanto, uma vez exponenciado, tal valor jamais perecerá, pode inclusive ficar estéril, porém não desaparecerá, a respeito disso a autora (op. cit, 2000) expõe:

Como é natural, os referidos valores objetivos se explicitam em conexão recíproca no interior de cada esfera da heterogênea realidade social; e, do mesmo modo, pode se produzir a desvalorização em cada esfera. (...) o valor atingido subsiste como forma abstrata, jamais satisfeita na realidade; em outros casos, o valor pode conservar-se em suas objetivações esperando ser novamente descoberto. Por mais duradouras que sejam as fases históricas estéreis com relação a essa ou aquela esfera ou substância axiológica, sempre existirão 'preservadores' dos valores alcançados (p. 5 e p.10).

Na atual conjuntura, alguns valores universais estão sendo apropriados indevidamente pela ideologia neoliberal, e devido a isso seus conceitos estão se tornando distorcidos, o que para Netto (2004b), seria um reformismo teórico-conceitual. Por exemplo, o conceito de democracia é erguido sob os princípios capitalistas, precisa ser reorientado à teoria crítica para assim poder ser compreendido e aplicado de maneira não generalista. A democracia vigente é aquela defendida pelo Estado burguês, que é funcional a este, pois embora garanta um nível de liberdade de expressão, flexibilidade de opinião, ela está fadada a atender os interesses da classe hegemônica, que é a burguesa. No Estado burguês a democracia opera o poder político e econômico, apontando fundamentalmente apenas para um reformismo, que implica em redução do estado no atendimento aos problemas sociais.

Oliveira (2001), tratando do reformismo, afirma que é importante lembrar que este assunto não é algo novo no capitalismo. Desde Marx, há uma elaboração crítica sobre o tema. A autora diz ainda que o tema é retomado no famoso debate da social democracia alemã entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein. Destacamos algumas considerações feitas pela então teórica do Partido Socialista, no final do século XIX, Rosa Luxemburgo, que embora tenha sido eloquente

quanto a sua contestação ao reformismo, assume posição de defesa à democracia de maneira oposta ao dos reformistas e dos revisionistas de sua época. Sua premissa, não é de defesa da democracia como valor universal, mas como valor fundamental para a classe trabalhadora, que no seu processo histórico exercita sua liberdade e constrói seu caminho de libertar-se da opressão capitalista (ibid).

Para a autora (op. cit, 2001), o revisionismo e o reformismo são teorias que não contemplam o ideal socialista fundamentado em Marx. Os maiores idealizadores dessas correntes teórica ideológica do final do Século XIX, Eduard Bernstein e Karl Kautsky, acreditavam na adaptação do capitalismo à sociedade moderna e da não necessidade de uma revolução proletária como etapa ao socialismo rumo ao comunismo. Luxemburgo, contrariamente, defendia que tais teorias eram visões equivocadas da teoria marxiana e que representava um retrocesso da concepção de *emancipação humana* e de *revolução social*, através do movimento proletariado.

A revisão teórica é um princípio da teoria crítica, foi uma maneira encontrada pelos seguidores de Marx de realizar uma atualização do conteúdo de sua obra e aplicá-la conforme as determinações históricas e as suas especificações nos diferentes espaços. É importante evidenciar que essa releitura não se antagoniza ao método dialético de análise desenvolvido por Marx, e nem às suas concepções categoriais, ou seja, em seu bojo é resguardada a categoria trabalho como base fundante do ser social, e que uma sociedade socialmente justa só é possível com a abolição da propriedade privada. Nesse sentido, segundo Bottomore (2001) as primeiras revisões, feitas por Lênin, Luxemburgo, Trotsky e Mao Tse-tung, não só resguardaram tais princípios, mas também tratam de não serem precipitadas ou jogadas num anacronismo.

Porém, com o surgimento de alguns vieses interpretativos da teoria marxista, que a tornaram por demais fragmentadas, o revisionismo foi adquirindo uma formatação ideológica e uma conotação que se desvincula do sentido denso e analítico que representa os estudos de Marx. Tal questão foi se generalizando, e o emprego do marxismo nas questões políticas foi sendo direcionado para uma visão estreitada e pragmática.

Já a base do reformismo, principalmente o encaminhado por Bernstein, tinha como idéia central à adaptação pacífica ao capitalismo. Isto funcionava do seguinte modo: com a adaptação do sistema capitalista à sociedade moderna, a vida cotidiana da população (burguesia e

trabalhadores) seria acometida de um crescimento qualitativo, através de saídas econômicas que beneficiariam tanto a classe burguesa, como elevaria a condição da classe trabalhadora.

Tais medidas político-econômicas, que ocasionariam na “adaptação capitalista”, partiam de um tripé forjado por: 1) Desenvolvimento do sistema de crédito, que proporcionariam à população e às pequenas empresas condições de desenvolvimento econômico e proteção dos empreendimentos comerciais; 2) Tenacidade da classe média, isso significaria a melhoria e elevação da condição socioeconômica de parcela dos trabalhadores, a partir da própria relação entre as organizações patronais e os empregados; e 3) Organizações sindicais, que também influenciariam diretamente na organização trabalhista, incidindo no desenvolvimento da força política e econômica dos trabalhadores, para alcançarem melhorias nas condições de vida. Isso queria dizer que crescia o número de componentes da classe capitalista. Para essa corrente, a sociedade anônima transformava o trabalhador em capitalista, e essa foi mais uma das críticas de Luxemburgo ao revisionismo bernistaniano, como se a participação em pequenas cotas de ações tivesse o poder de fazer os trabalhadores deixarem de ser explorados pelo capital (OLIVEIRA, 2001).

A idéia revisionista de harmonização entre as classes é preponderante. De um lado o trabalhador, condicionado a uma realidade que nunca feriria os interesses patronais, mistificando uma condição de ascensão da sua situação proletariada. Do outro lado as organizações patronais, mais flexíveis e garantidoras de direitos e benefícios, cumprindo formalmente o seu papel de burguesia “humanizada” e, entre os dois pólos, as organizações sindicais, mediadoras do conflito ontológico, capital *versus* trabalho, porém desapropriada do fôlego político de denunciar as contradições do sistema produtivo do capital.

Nas concepções de Luxemburgo, conforme apontamos acima, há uma ponderação a ser evidenciada: ela não descarta categoricamente a reforma social, porém, a classifica como etapa necessária e importante para obtenção futura de uma sociedade universalizada socialmente. Nesse sentido, não seria a reforma social uma via de ação que se anteporia à revolução, mas sim um momento pertencente ao processo histórico rumo ao socialismo, onde o mais importante a ser reconhecido é que a reforma não poderia ter seu fim em si mesma, embora necessária para a classe trabalhadora.

Sobre essas questões trabalhadas por Luxemburgo, Sales (2006) compartilha da seguinte opinião em torno do desenvolvimento do processo democrático através da organização popular coletiva:

Distintamente da hegemônica corrente reformista, ela (Rosa Luxemburgo) apontava na direção da importância da luta pela defesa das reformas sociais e da democracia política no capitalismo, com vistas a prover as necessidades materiais dos trabalhadores, garantindo-lhes um mínimo de dignidade ao lado da sobrevivência. Política que equivaleria hoje, a ver na luta por direitos uma luta por mais poder, na medida em que o direito é um poder e, conseqüentemente, a maioria da população está desprovida de direitos (2006, p. 39,40).

Partindo dessas ponderações, é que articulamos ao arsenal teórico-metodológico e ético-político que envolve o Serviço Social. Ocorre que alguns profissionais, num processo quase mecânico, absorvem valores, sem que, na maioria das vezes, realizem uma reflexão do que verdadeiramente eles propõem, ou seja, um ativismo exorbitante, e pouca análise teórica, ou aplicações equivocadas. A situação mais grave ainda é quando alguns profissionais não articulam o sentido ontológico da teoria social e nem a dimensão ética-política e ideológica do projeto com a realidade a qual se aplica esse conceito, podendo acarretar ações deslocadas do sentido da teoria.

Na verdade, o que ocorre, é uma generalização dos princípios norteadores do código, quando esses são expostos por assistentes sociais (em seu espaço de trabalho ou qualquer outro espaço de intervenção política) com uma forma despreendida e fragilizada ideologicamente. Fica evidente que o discurso não ultrapassa o nível das idéias, ou melhor, que não há uma compreensão conceitual desses princípios, o que torna negligenciada qualquer ação interventiva na realidade.

Ao longo de nossa pesquisa de campo, ou melhor, na etapa de realização das entrevistas com os gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social em Fortaleza, percebemos que esses apontam como horizonte de trabalho, políticas relacionadas às categorias da teoria social crítica. Porém, materializar políticas viabilizadas por ações de tal cunho, é extremamente complexa para oportunizar na realidade que envolve a sociedade imersa no sistema capitalista.

Ao indagar aos gestores sobre a relação do projeto ético-político junto à sua prática de elaboração e execução das políticas de assistência no município, foi sugerida em diversas falas a possibilidade de realização da justiça social, da implantação da cidadania, do direito político, da democracia através de medidas, que, de acordo com estudos gerais realizados nessa área por autores referenciais²², não transcende a política minimalista e funcional, características do Estado burguês.

Podemos perceber, na seguinte fala, uma contradição explícita entre a intenção de realizar uma determinada política e a seu verdadeiro significado social na vida real daqueles que estão sendo assistidos:

A nossa intenção não é tirar ninguém da rua se eles não quiserem sair, mas oferecer pra essas pessoas condições de vidas dignas, acesso à políticas públicas. Transformar essas pessoas como cidadãos e cidadãs, porque essas pessoas têm direito e está oportunizando esse direito. Direito à educação, direito à saúde, à habitação, à documentação, a ser beneficiário, por exemplo, do bolsa-família, que grande parte não é porque não tem documentação, então eu acho que é uma mudança de referencial aí na constituição dessa política, tanto em termo de acesso, quanto a seleção, de direito... (Lua).

É no mínimo, um pouco contraditório essa análise, afinal “morar na rua” e não possuir direito a uma moradia adequada é totalmente incoerente com “vida digna” ou “cidadania”. Além do mais, pode parecer um caminho bastante cômodo para alguns gestores, de qualquer que seja a política, tornar o indivíduo responsável pelo desejo ou não de querer continuar em determinada situação de risco. Podemos, então identificar aí um ponto inexecutável do projeto profissional frente a concepção de cidadania e dignidade referida pela gestora entrevistada.

É importante atentar que, sob a ótica de uma enxurrada ideológica das teorias neoliberais, em sua maioria, limita-se à análise meramente sistêmica e pragmática, que se soma ao esfacelamento do ensino público superior, o qual desarticula qualquer possibilidade da análise crítica; torna-se vulnerável o sentido filosófico e político do projeto profissional. Daí, identifica-se uma gama de conteúdos vazios nos discursos e práticas, muitas vezes inconsistentes. É fato que mesmo a gestão de um governo democrático-popular, ao permanecer inserido numa realidade

²² O debate sobre a implementação da política social (e da assistência) no universo da sociedade capitalista é amplamente discutida na literatura acadêmica do Serviço Social, principalmente através dos estudos realizados por Pereira (2004a), Behring (2003), Mota (1995), Yazbec (2004), Boschetti (2004), dentre outras.

social sob vigência do capitalismo, poderá recorrer à estratégias de manutenção da ordem vigente, com políticas neoliberais.

Diante disso, chamamos a atenção para a defesa do Projeto Ético-Político da profissão e do aparato ideológico que este representa, pois, um dos elementos que o compõe é evidenciar exatamente um elemento que é indissociável da realidade cotidiana, que é, a contradição da sociedade capitalista, estabelecida no tecido das relações sociais entre as classes sociais antagônicas. A contradição, inerente ao cotidiano, é algo que tem que ser muito bem analisada e refletida, para compor ações de superação dos problemas sociais sem recair no imediatismo.

Assim, identificar os conflitos de permanente ebulição dessa sociedade, classificá-los, indicar soluções e criar políticas que visem uma intervenção direta, sem um aprofundamento conceitual das categorias componentes da estrutura societal, como o Estado, o mercado e a sociedade civil, pode-se ficar sujeito à formatação de políticas esvaziadas do conteúdo emancipatório e dos discursos despolitizados, prenes de equívocos teóricos.

Segundo Nicolau (2004), o cotidiano requer da (o) Assistente Social uma visão e interpretação crítica dos fenômenos sociais, para poder apreendê-la de fato, portanto a fundamentação teórica, é uma ferramenta indispensável para a leitura crítica e criativa da realidade e uma intervenção coerente com os interesses das classes trabalhadoras. Isso, a nosso ver é o que caracteriza o movimento dialético entre a teoria e prática. Para Guerra (2005) isto é apreciado da seguinte forma:

Este processo relacional, que se realiza por aproximações sucessivas, permite aos sujeitos apreenderem não apenas a lógica interna dos fenômenos que se expressam na realidade, como as conexões que aí se estabelecem. Dito de outro modo: o movimento dialético da realidade conduz o pensamento dos sujeitos, de modo processual, aproximativo e reflexivo, á compreensão da relação dialética entre universalidade e singularidade e suas conversões em particularidade. (p. 178).

O movimento de reflexão a partir do real, resguarda como princípio as determinações sócio-históricas, ou seja, o indivíduo inserido na sociedade elabora o seu trabalho partindo de uma prévia ideação, de uma elaboração teórica, porém, ele não fica isolado com a teoria, mas também absorve elementos culturais e históricos que se encontram na base concreta da sociedade. O conhecimento inicial pode ser alterado, ele não é estático e isso vai depender das demandas

gestadas no âmbito da realidade concreta. Porém, não podemos entender, a partir disso, que a teoria deva ser simplesmente adaptada ou funcionalizada diante da prática cotidiana, mas que ela possa ser confrontada com a realidade, para subsidiar uma intervenção qualificada, utilizando-se da instrumentalidade como meio de transformar as condições objetivas no campo da reprodução social.

É partindo dessas observações teóricas que realizamos a apreciação do programa político do governo petista em Fortaleza. A proposta do governo em curso era manter uma orientação democrático-popular. O programa propunha através da participação popular e da elevação dos sujeitos a uma condição de partícipe da construção e da execução das políticas, uma possibilidade de ruptura com os históricos modelos de política clientelista:

Nosso programa de governo pretende ser uma reflexão sobre como superar o caos urbano, social e ambiental em que se transformou Fortaleza por sucessivas administrações corruptas e elitistas. Além disso, aqui estão expressos nossos princípios e valores para a gestão municipal. O maior deles advém da convicção democrática de participação popular (...) Nossa proposta é fruto de um movimento de homens e mulheres que dedicam suas vidas a transformar o mundo. Somos movidos por um compromisso ético e político com a superação de todas as formas de opressão humana e de destruição da natureza. Nossa tradição está sintonizada com o ideário socialista democrático mundial (p. 4 e 5)²³.

Embora o programa esteja forjado nos princípios acima referidos, a sua materialidade sofre constantes ataques do modelo econômico, preconizado pelos grandes centros de poder, e com isso, dificulta a implementação qualitativa de qualquer política. Quando não, aplica-se aos modelos de políticas desenvolvidas com a perspectiva de, simplesmente, amenizar as reais necessidades da população, facilitando os projetos sociais da dominação política e econômica.

Apesar disso, para as gestoras entrevistadas, o foco de seu exercício profissional é consoante com o programa de governo, no qual se prioriza uma política de assistência social condizente com a política do governo federal e que busque, mesmo na efemeridade de um governo, engendrar uma outra cultura de assistência social no município. Para tanto, é necessário primeiramente desconstruir as sólidas bases conservadoras e preconceituosas em toda as pessoas, sejam autoridades, sejam indivíduos civis, para em seguida tornar popular a assistência social como política de direito universal e não apenas de uma seletiva parcela de indigentes:

²³ Programa de Candidatura de Luizianne Lins, Fortaleza, agosto de 2004.

A nossa diferenciação primeira vai ser estruturar uma política de assistência. Nós não tínhamos essa política, nós ainda hoje, não temos consolidado 100%. Isso é um trabalho, isso é um processo, isso é um movimento. Então eu acho que precisamos de fato consolidar em Fortaleza uma política que seja um direito para todos e para todas (Sol).

E ainda:

O grande avanço nesse sentido foi sair de uma coordenadoria dentro da secretaria de educação e entrar na SEMAS (...) Estruturar uma secretaria e organizar uma política pública, não é um processo fácil, a gente está passando por esse processo. Pra mim um grande avanço foi ter criado a secretaria, mesmo há um ano pra acabar essa gestão, mas eu acho que é um marco importante da política de assistência e pra cidade de Fortaleza (Estrela).

Uma outra gestora reitera, confirmando a luta histórica dos (as) trabalhadores (as) da assistência em todo Brasil e no município. Referindo-se a criação da Secretaria, afirma: “O diferencial maior foi ter criado a Secretaria Municipal de Assistência que era um sonho histórico de vinte anos da categoria” (Lua).

O fato da SEMAS ter sido criada somente em julho de 2007, ou seja, um pouco mais de um ano para o término da gestão, torna ainda mais difícil o processo de mudança do entendimento político da assistência como direito, afinal, mudanças em estruturas culturais demanda longos espaços de tempo. No entanto, sendo este governo portador de uma proposta democrático-popular, eleito sob a legitimação de uma grande parcela de assistentes sociais organizados, então, é intrigante o retardo para a criação da secretaria. Embora tenha existido um forte movimento para a criação da secretária, desde o início da campanha, inclusive com sugestão de nome para a coordenação da secretaria, a prefeita só consolidou tal demanda tardiamente. O que demonstra o desinteresse em atender um setor que buscava o compromisso com os princípios democráticos. A partir, disso processa-se o seguinte questionamento: será que a assistência novamente ficou relegada a uma questão secundária, até mesmo no governo de supostos ideais socialistas? Ou tal atraso para a criação da Secretaria é reflexo do embate de forças políticas travado entre um governo emancipatório e os grandes capitalistas?

Na verdade, a questão não tramita somente entre esses dois fatores, inclusive porque o fato também não perpassa apenas pela criação ou não de uma secretaria de assistência. Embora a negligência de autoridades governamentais e a burocracia em executar os projetos nas áreas sociais sejam algo incontestes, é necessário perceber que tal questão é também hereditária do modelo de sociabilidade imposta pelo capital. Porém, no que tange à particularidade do município de Fortaleza, além de vivenciar os reveses estruturais do país, há o descaso e a desinformação dos políticos locais em torno da temática.

Um fator importante identificado nas entrevistas é que a criação da secretaria só foi possível ser viabilizada devido a uma articulação não simplesmente de cunho político, entre a atual secretária e a prefeita, ou seja, apesar da relação política entre esses dois sujeitos, o que contribuiu também no processo de viabilização da secretaria foi a longa trajetória de militância e de aproximação pessoal que há por anos entre a prefeita e a secretária. Isto é exposto sutilmente nas seguintes falas:

aí acho que também depende da articulação política, porque a Elaene tem muito mais articulação política com a prefeita (...) até porque são do mesmo partido, são do mesmo grupo né...(...) Eu acho que isso facilitou também pra Lalá, porque ela tem uma capacidade grande de articulação. Ela tem essa grande, digamos assim...é...ela consegue ver onde é que pode ir... dentro da burocracia ela consegue se movimentar... (Água).

Essa alusão à longa relação político-pessoal entre a prefeita e a atual secretária também é reforçada nessa outra entrevista:

Às vezes a impressão que eu tenho é essa, como se...você personalizasse a questão (...) mas às vezes a impressão que eu tenho também é que a forma da criação da secretaria, a forma como hoje se estrutura mais, é como se também fosse uma relação de confiança pela pessoa que está, né?! Porque a Lalá é uma pessoa que tem uma construção com o mandato da prefeita em todos os momentos, desde o primeiro momento no movimento estudantil aqui dentro da Uece (Terra).

Porém, foge à nossa proposta avaliar a atuação da secretária, ou não depositar-lhe a devida legitimação para a competência de tal cargo. Na verdade, nossa intenção em expor as considerações levantadas pelas pesquisadoras entrevistadas é reafirmar o já exposto, ou seja, a

dificuldade de implementar a política de assistência. Mesmo que seja num governo democrático-popular, ou mesmo que os assistentes sociais estejam altamente munidos teórico e tecnicamente das bases do projeto profissional, há a esfera contraditória de uma sociedade que vive sob regência opressora do sistema capitalista.

Diante da imanente contradição vivenciada na sociedade de classes, da despreocupação e do arrefecimento categorial que vem corrompendo a teoria crítica, o projeto profissional do assistente social corre riscos de abater-se no abstracionismo e assim potencializar precedentes para degenerência da prática fundamentada na ética. Netto (2004b), numas notas teóricas sobre o desgaste da categoria “sociedade civil”, a partir da reestruturação do estado burguês, como estratégia de manter sua hegemonia neoliberal, chama atenção através da seguinte apreciação:

Não importam aqui as razões que respondem por esse quadro de frouxidão categorial e conceptual e confucionismo, que nada tem haver com o formalismo ou querelas nominalistas e remetem ao ecletismo vulgar de que hoje está enferma boa parte das Ciências Sociais (...) a diluição da carga teórico-semântica não envolve apenas a categoria de *sociedade civil*; é um fenômeno muito mais abrangente, incluindo um rol tão largo de instrumentos que ora os torna inservíveis, ora os torna meras ferramentas retórico-ideológicas – ou ambas as coisas ao mesmo tempo (2004b, p. 62,63).

O que o autor defende ao longo do texto é a não vulnerabilização do processo de análise do real, ou seja, a compreensão da realidade social. Para tanto, é necessário o reconhecimento intransigente da sociedade em sua totalidade e universalidade, sem fragmentar conceitos ou análises, sem deixar ruir o nexos causal da história elaborada pelos próprios sujeitos. Dessa forma, desmitifica-se o sentido homogêneo idealizado pelo capital. Essa homogeneização é provocada quando, as investidas do capital na política social são para transformar toda a sociedade, pessoas, entidades não-governamentais, e até o Estado; num grande grupo de trabalho com fins de ajudar aqueles em situação de miséria. Sem explicitar ou apontar nesses momentos a relação de domínio que o capitalismo impõe à sociedade, sendo isto a maior causa dos problemas sociais e do processo de produção e reprodução da mais-valia.

3.2. O discurso dos gestores da assistência e a “contra-reforma” do Estado

Com o declínio do modelo político-econômico keynesiano em meados dos anos 1970, tendo como mais visível determinante a crise do petróleo, que incidiu sobre todo o processo de produção, gerou-se no sistema capitalista uma necessidade imediata de reestruturar suas bases. Para tanto, era urgente uma reforma do Estado, quando seu caráter provedor e assistencial deveriam ser suspenso, ou seja, era necessário uma mudança na política voltada para o bem-estar social, para adaptar-se à política de mínimos sociais, signatária da economia neoliberal global.

O intuito de manter o Estado ausente de responsabilidades, em relação às políticas públicas sociais, era para que as ingerências financeiras neste setor fossem conduzidas para sustentação de setores comerciais, envolvendo, inclusive, o pagamento das dívidas interna e externa. A pretensão era disponibilizar-se totalmente às orientações econômicas do mercado mundial.

No caso brasileiro, de acordo com os estudos de Behring (2003), o país condicionou-se à falta de soberania e, nesse sentido, proporcionando o adensamento da heteronomia. O Brasil, durante os anos 1990, teve um declínio significativo nos números de desenvolvimento econômico PEREIRA (2004a):

o Brasil sofreu uma queda no seu desempenho produtivo, depois de cinco décadas de avanço ininterrupto – de 1930 a 1980. Assim, de 8ª economia mundial, nos anos 1980, ele foi rebaixado para o 15º lugar, devido em grande parte à sua inserção passiva e subordinada à economia mundial (...) Tudo isso indica que o Brasil não é apenas um país profundamente desigual, mas, sobretudo injusto, porque, a rigor, ele não é pobre (p. 153).

Isto revela que o Brasil possui uma economia forte em detrimento do social, mantendo poucos crescimentos sócio-econômicos e ampliando o desemprego e o desmonte da economia nacional, conforme apontamos anteriormente. O significado disso para a sociedade foi um rearranjo no modo de produção trabalhista, ou seja, a destituição de parte do trabalho vivo, em função da informatização, do trabalhador multiespecializado e polifuncional e das próprias privatizações. Outro evidente fator, diz respeito ao fim de inúmeras instituições públicas voltadas aos serviços sociais, uma vez que a oferta de tais serviços onerava o orçamento do governo, além

de demandar uma estrutura administrativa burocratizada, considerada como retrógrada e ineficiente.

Para Behring (2003), o processo de “contra-reforma” no Estado brasileiro se aprofundou no decorrer do duplo mandato dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 / 1999-2002). Nesse período, o debate preponderante no país, girava em torno dos altos custos com a força de trabalho. Nesse sentido, era preciso elaborar uma estratégia de contenção dos gastos, para que a economia tornasse a se desenvolver sem nenhum impedimento. O discurso prioritário para a reedição dos novos parâmetros econômicos foi justamente direcionado para redução da esfera do trabalho.

Assim, sob a ótica dessa querela, os empresários nacionais e internacionais, amparados pela política econômica do governo federal, promoveram a reestruturação de suas empresas, através da flexibilização do trabalho e do desmantelamento das leis de proteção do trabalhador. Reflexo disso, foi a queda dos contratos formais de emprego, o que gerou uma inundação dos chamados “trabalhos informais”, terceirizados e evidentemente o desemprego, que naquela circunstância se tornara desemprego estrutural²⁴. O Estado, que se mantinha hegemônico na direção política das classes dominantes, pouco se interessou em arbitrar favorável a classe trabalhadora, permanecendo a situação de destruição do processo de trabalho, da miséria ocasionada pelo desemprego e do desfalque nas condições sócio-aquisitivas de uma grande parcela da população brasileira.

O emprego de “carteira-assinada” transformou-se no país, numa questão quase que fantasmagórica, ou em outras palavras, em algo praticamente inacessível, devido as constantes ameaças do desemprego. Além disso, o capital realizou um trabalho colossal, de disseminar ideologicamente na sociedade a concessão de um emprego formal via a “meritocracia”, ou seja, cada um/uma é responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso. O elemento central para um indivíduo adquirir a formalidade empregatícia dependeria única e exclusivamente dele mesmo. Daí, o mercado se exime completamente da responsabilidade de manutenção do quadro de trabalhadores.

Um outro fator que aglutina esse conjunto de problemas no âmbito social e econômico da população brasileira é a desqualificação profissional, sobre isso Braz (2007) fala: “O

²⁴ Ler sobre desemprego estrutural em Antunes (1999).

ineditismo do momento para o Serviço Social está na constatação de que assistimos à uma acelerada massificação e desqualificação da formação, com evidentes repercussões futuras no exercício da profissão” (p. 8 e 9). Esses elementos alcançam a vulnerabilidade, o descontentamento da grande massa trabalhadora, observando seus direitos escoar pelo ralo da racionalização do mercado. A desarticulação dos sindicatos, quando muito desses acabaram por ser cooptados pelo próprio sistema, tornando-se massa de manobra política e contentando-se com acordos minimalistas.

Nesse cenário de profunda iniquidade social em torno do sistema de trabalho, foi que em 2004, o então prefeito Juraci Magalhães abriu edital de concurso público para assistentes sociais do município. Porém, a grande polêmica desse concurso foi que o salário ofertado para as (os) candidatas (os) às vagas era de um salário mínimo, que na época estava no valor de R\$ 260,00. Durante esse período, o CRESS de Fortaleza promoveu algumas manifestações contra tamanho desrespeito com os profissionais de Serviço Social, inclusive umas das medidas do CRESS foi realizar uma campanha de boicote a tal concurso, orientando os profissionais a não se inscreverem na seleção (Água).

Esse fato, demonstra um intenso descaso tanto com a política de assistência social, quanto com os profissionais que trabalham nesse setor. A desvalorização configura-se, inclusive, como um outro elemento de dilapidação e esvaziamento de financiamento para a área social. Sobre essa situação, os atuais gestores distinguem como um dos maiores diferenciais do atual governo foi a garantia de um aumento salarial para àqueles profissionais que se submeteram às vagas oferecidas no concurso. Com o aumento salarial, pretendeu-se criar uma outra esfera de valorização do profissional da assistência:

Outro diferencial foi ter garantido o PCCS dos assistentes sociais, não sei se você sabe, o Juraci fez um concurso que as assistentes sociais do município de Fortaleza ganhava um salário mínimo e aí foi toda uma luta. Logicamente elas se organizaram por conta do PCC, mas a vontade política da nova secretaria foi muito significativa. Logicamente que 100% em cima de um salário mínimo não é quase nada né... (Lua).

Uma outra gestora também evidencia essa questão de valorização e reconhecimento do profissional de assistência, sempre destacando que o aumento concedido para esses, foi uma ação que apesar de difícil, conseguiu demonstrar um diferencial das gestões anteriores:

A gente vem tentando, desde que quando a gente entrou na gestão, de 2005 pra cá, melhorar as condições seja de trabalho dos profissionais... Porque quando a gente entrou uns 6 meses antes teve um concurso público que o salário mínimo do assistente social era de 350 reais, sem nenhuma gratificação. Em 2005, a gente não conseguiu mudar nenhum pouco essa realidade porque já tinha um orçamento aprovado anteriormente e ficamos preocupados com as próprias condições de trabalho. Isso eu falo dos concursados né, porque os profissionais do CRAS até hoje são terceirizados (...) (Estrela).

No entanto, o formato da política social na contemporaneidade possui fortes influências do sistema do capital. Aqui retorno a reafirmar que, por mais que estejamos tratando de um governo que em seu discurso se autodenomine democrático-popular, e que inclusive elabore ações de incentivo e de valorização de assistentes sociais, ainda assim o discurso dos gestores acaba esbarrando nos limites impostos pelo capitalismo, como os poucos orçamentos, a dificuldade de organização sindical da categoria para exigir melhores condições, a fragmentação da luta, enfim, um conjunto de elementos que evidenciam o enfraquecimento da classe trabalhadora frente às ofensivas capitalistas, e o consentimento desta pelo Estado.

Pereira (2004a) elabora uma excelente crítica sobre como o Estado não apenas se rende ao capital, mas também se alia a ele. Em nível mundial, com a crise do Estado de Bem-Estar Social, ascende volumosamente a ânsia do capital em estabelecer novos parâmetros de reprodução do seu lucro. Será nesse mesmo Estado, que outrora era provedor de políticas sociais e incentivador da economia nacional, que o capital vai encontrar subsídios para, primeiro conseguir apoio financeiro para sanar seus prejuízos com a crise estrutural e, segundo, para garantir a manutenção de um forjado “equilíbrio” social.

O teor de publicidade focalizado nessa parceria entre Estado e mercado, promovido logicamente com o amálgama da ideologia capitalista, incentivando a contribuição e participação de todos, para a amenização das mazelas sociais é perfeitamente compreendido e legitimado pelo senso comum. Com isso, há uma retirada das obrigações governamentais, uma vez que, para o capital, o único interesse em relação ao Estado é que este se mantenha fiel à política hegemônica do neoliberalismo e dessa forma permaneça garantida a passividade da população. A ideologia disseminada pelo sistema capitalista de retirada do Estado, sob as responsabilizações sociais,

inclui no ideário da sociedade, um valor de co-responsabilização, segundo Pereira (2004a), o capitalismo objetiva com isso sua hegemonia a partir da seguinte forma:

Para operacionalizarem com eficiência essas políticas, o Estado compareceria com o seu recurso de poder, o mercado com o dinheiro e o terceiro setor com a solidariedade, criando-se desse modo, uma coalizão de forças capazes de enfrentar com maior eficácia e abrangência dois principais problemas que afligem a ordem capitalista contemporânea: os crescentes níveis de desemprego estrutural e a ameaça que isto representa para a coesão social (op. cit., 2004, p. 136).

Na realidade, o problema que se configura é que as políticas sociais existentes dentro da sociabilidade do capital, podem trazer outra conceituação, ou melhor, uma reconfiguração daquilo que nos países que vivenciaram a experiência do *welfare state* foi considerado com uma política de garantia de proteção, de pleno emprego, de crescimento econômico e de participação e intervenção do Estado em todos esses movimentos. Contudo, no Brasil o que sempre prevaleceu foi o privilégio das elites nas tomadas de decisões seja, no âmbito do social ou no âmbito político, como também, interferências foram registradas no âmbito cultural da sociedade.

O modelo de execução da política de assistência, na contemporaneidade, sendo herdeira desse processo, configura-se então, como já tratado em capítulos anteriores, como uma deslegitimação do trabalho profissional realizado tanto por assistentes sociais, quanto por diversos outros profissionais de áreas afins. Decorrente disso, podemos estabelecer que as políticas sociais também acabam por enfraquecer sua condição enquanto política de direito.

Em Fortaleza, como não poderia ser diferente das outras capitais, existem diversas unidades não-governamentais que trabalham na execução da política de assistência, essas recebem financiamento direto da prefeitura para executarem serviços de apoio aos idosos, mulheres, moradores de rua e crianças. Para os gestores, ainda há inconvenientes seja no aspecto político, seja no aspecto financeiro para o trabalho em parceria com tais entidades. Uma das maiores dificuldades apontadas foi justamente a perpetuação do patrimonialismo identificado nas relações entre entidades e vereadores. Por mais que os gestores tenham conhecimento de tais relações, e que até se indignem, a histórica mácula do clientelismo e do patrimonialismo ainda permanecem latente no meio da população, avolumando o perfil filantrópico e favoritista da assistência social.

Em pesquisa realizada na área de assistência social no Estado do Ceará, uma das pesquisadoras que nós entrevistamos, narra, indignada, o seguinte fato:

Inclusive, os vereadores se julgam dono dos projetos da prefeitura, olha, eu detectei, inclusive lugares que digamos deveriam ser do Estado, funcionando em terrenos de vereadores (...) Isso me deixava extremamente chocada, como é que você monta dentro de um recinto, que é próprio político-partidário de um vereador - fosse ele de que partido fosse - um órgão pra atender as pessoas, claro que é uma ligação política (Água).

Os gestores da SEMAS também possuem a mesma queixa, e têm nessa problemática um fator a ser trabalhado pela a atual gestão, no sentido de expurgar o clientelismo do contexto político do município:

Eu acredito, e as pessoas que estão na SEMAS acreditam que essa gestão realmente é uma gestão que está fazendo diferente, porque a história mostra como era antes, como era por exemplo, os acessos da população aos projetos sócio-assistenciais, né...Era partilhado, era o vereador que tinha o seu grupo de lideranças comunitárias e aí as vagas eram partilhadas (...) Uma das coisas complicadas é isso, embora a gente tenha como referência essa questão do projeto ético; da democracia; do acesso, tendo como referência os princípios da política; mas a gente sabe que tem várias entidades que recebem dinheiro pra efetivar as políticas e efetivam de uma forma clientelista, eleitoreira e etc (Lua).

Embora, situações como essas tenham sido reconhecidas e avaliadas como elementos que se contrapõe a ascensão da assistência social como política pública de direito e como política universal, as gestoras acreditam na possibilidade de implemento de suas tarefas de maneira mais satisfatória. Para elas, os fundamentos do projeto profissional permanecem como horizonte a ser seguido e almejado, sendo este vinculado à ordem societária sem exploração. Por isso, percebem uma co-relação ideológica entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o projeto elaborado pela equipe do atual governo.

No entanto, este discurso de consonância entre o projeto profissional do Serviço Social e o projeto da prefeitura petista de Fortaleza, precisa de mais elementos que o efetive. Apesar da construção da Secretaria Municipal de Assistência e de ações sociais em outras áreas, o plano de governo dito “democrático-popular” sofreu significativas alterações. Na verdade o que chamamos

de alterações, foi uma incompatibilidade entre discurso de campanha e ações de governo no decorrer do mandato. Os vieses do governo de Luizianne Lins ora são justificados pela governabilidade, ora são rebatidos como ataques políticos dos partidos adversários²⁵.

As gestoras ainda justificam as ambigüidades entre o que se vislumbra e o que existe de fato nas ações políticas afinadas com o projeto profissional a partir dos limites impostos pelo sistema capitalista e também pelo próprio PT, quando este partido passa a ferir princípios básicos de democracia e cidadania. Os limites desse sistema não devem ser encarados como um obstáculo insuperável. De fato, há os limites e as adversidades que obstaculizam a composição de uma sociedade baseada em princípios socialistas. Entendemos que, a compreensão do fenômeno, no seu caráter histórico, e do homem como ser que, ao se relacionar com a natureza e entre si, pode transformar a história e alcançar nova direção para a sociedade, é o fio condutor de uma prática social voltada para a valorização do homem e de sua emancipação. Esta é a prática que é coerente com o código de ética do profissional do serviço social.

O horizonte de ação das (os) assistentes sociais parte do intuito de reafirmar cotidianamente os princípios do projeto que as (os) orientam. Se esses profissionais se resignarem simplesmente ao nível das idéias e das “boas intenções”, o Serviço Social corre o risco de permanecer numa invisibilidade diante da forte onda ideológica neoliberalista, e, por conseguinte, arrefecer todo um arsenal de diretrizes emancipatórias. O discurso, quando tem um tom mais ousado e direto, pode alcançar outros patamares, que levem à construção consciente da ação coletiva, sem a submissão inquestionável e funcional ao Estado capitalista. Assim, apesar do PT não investir na mudança cultural da concepção da assistência como direito, a expressão de uma das gestoras reflete um pouco a tentativa estratégica para superar tal problema:

²⁵ Atualmente há um polêmico exemplo que é a relação entre a prefeitura e a Finatec. Esta empresa foi contratada para prestar consultoria na reforma administrativa da prefeitura. Porém, foi descoberto recentemente e publicizado nos meios de comunicação de todo o país que a Finatec, uma fundação vinculada à UNB, agia como empresa apenas de “fachada” e que os serviços contratados através dela era encaminhados para empresas privadas. Acerca disso, Luizianne Lins se pronunciou da seguinte forma: “não passam de futrica do PSDB”. Conferir reportagem em: <http://www.opovo.com.br/opovo/politica/768263.html>

A nossa perspectiva gramsciana é de entender o Estado como um espaço contraditório e principalmente este Estado burguês, mas a gente tem que está dentro desse Estado e, por isso, que é estratégico, uma gestão democrática e popular, para a construção desse socialismo. Porque a gente avança, no sentido de que quando a gente inverte nas prioridades, quando a gente inverte no modo de fazer, de uma perspectiva que antes era completamente clientelista e agora é o reconhecimento do direito do cidadão (Lua).

No entanto, é preciso atentar para diversos outros detalhes, que também envolvem a capacidade crítico-analítica da (o) assistente social e que está se tornando extremamente usual na contemporaneidade. Citemos como exemplo um discurso muito salientado pelos gestores, que é sobre a participação popular e a expressividade dessa participação diante dos espaços coletivos, como *conselhos*, *conferências* e no *orçamento participativo*.

Os gestores, na condição de servidores do Estado, elaboram propostas que tramitam pela via institucional e daí podem, em algum momento negligenciar, o verdadeiro sentido de valores categoriais como o da própria participação, ou da cidadania ou mesmo da democracia. Essa observação se funda no seguinte trecho da entrevista:

Eu acho que a gente, nessa administração da prefeita, por mais que tenha crítica de algumas coisas, a gente já tem avançado em muitas questões interessantes (...) A própria participação popular, o orçamento participativo; que eu acho nele o desafio, pois o orçamento participativo é o processo de articulação com a comunidade pra decisões. Mas eu creio que só de se ter implantado um canal de participação, [já] é interessante... (Sol).

No trecho abaixo, uma outra gestora também aponta algumas diretrizes da gestão municipal para a política de assistência:

Os princípios e diretrizes que norteiam a política da assistência no município tem por base tanto na Política Nacional de Assistência, no Projeto Ético-Político [profissional], na defesa intransigente dos direitos humanos, não é?! A questão da valorização da participação e do controle social na vigilância dessa política e a defesa da democracia, da cidadania como valor referencial pra execução dessa política, a defesa também dos grupos mais vulnerabilizados e das minorias...(Estrela).

A nossa apreciação deste trecho resguarda uma discussão levantada por Netto (2004b) sobre o processo democrático surgido dentro da sociedade do capital que caminha entre um

processo de democracia como *condição social* e um outro processo em que a democracia é apenas um *método*. A *democracia-método* é aquela garantida por vias institucionais, onde fica validado para a sociedade, através de contratos sociais a liberdade de opinião, expressão e de direitos políticos. Já a *democracia-condição social* é aquela que prevê a organização coletiva dos indivíduos na sociedade, todos e todas com igualdades cívicas e sociais:

Por *democracia-método* deve entender-se o conjunto de mecanismos institucionais que, sob formas diversas (mais ou menos flexíveis), numa dada sociedade, permitem, por sobre vigência de garantias individuais, a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais; por *democracia-condição social* entende-se, mais que um conjunto de institutos cívicos, um ordenamento societário em que todos, a par da livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais, tem iguais chances de intervir ativa e efetivamente nas decisões que afetam a gestão da vida social. (...) Sob ambos pontos de vista, a ordem do capital é perfeitamente compatível com a *democracia-método*... (Netto, 2004b, p. 80)

Comungamos dessas apreciações do autor, e, nesse sentido, percebemos que na contemporaneidade, o município de Fortaleza, vivencia funcionalmente a condição de uma democracia-método. Apesar da intenção de um governo democrático-popular, da proposta de gerir com métodos e ideologias diferenciadas das gestões anteriores, a linha de governo dessa política ainda permanece distante da intenção de romper com os limites do Estado burguês. Há uma incompatibilidade seminal entre a democracia-condição social e as determinações de uma sociedade que vivencia a ótica do capital. O capitalismo é anti-democrático por natureza, e encontra nesse modelo democrático mais uma via para impor-se hegemonicamente frente à sociedade. É uma democracia de sentido utilitário e funcional para o sistema. Para Netto (2004b) essa problemática reside, dentre outros fatores, em “*atentar para o fato de, sem uma viva conexão com instâncias de universalização e totalização, tais formas virem a constituir sólidos pilares de um modelo liberal-corporativo*” (op. cit., p. 81)

3.3. Projeto Ético-Político: resistência anticapitalista ou idealismo?

Na atualidade, uma polêmica que circula o ambiente acadêmico e editorial do Serviço Social, parte, exatamente da reação neoconservadora que ressurgue no âmbito teórico e prático da

profissão. Tal movimento, é uma produção visceral da cultura neoliberal, a qual é germinada no centro de uma sociedade estamentada em classes sociais, na qual a apropriação individual dos meios-de-produção e a manutenção da propriedade privada são os requisitos intransponíveis do modo de sociabilidade no sistema capitalista.

É partindo desse pressuposto que alguns autores põem em cheque a hegemonia do projeto profissional do Serviço Social. Para sua real execução, é necessária a vinculação direta com um projeto societário de cunho revolucionário, que defenda a liberdade incondicional dos indivíduos e que busque permanentemente estratégias para a emancipação nos níveis sociais, políticos e humano. No entanto, o erosivo processo de desmobilização social parece tornar inerte qualquer possibilidade de desenvolvimento de um projeto societário ousado, criativo e emancipatório. Essa questão da ausência de um projeto revolucionário da classe trabalhadora é, segundo Braz (2007), um dos dois elementos que não só impede a exequibilidade do projeto profissional, como avoluma a sua crise:

O que põe o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro em crise é a articulação de dois problemas. O primeiro diz respeito à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira (...), Em poucas palavras: a crise de projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional (...) O segundo problema está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional. Refiro-me às condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional no Brasil (p. 07).

O segundo problema apontado pelo autor, advindo da formação profissional, é atualmente um incomensurável problema que fragiliza e impotencializa o projeto profissional. Essa ponto é preocupante porque está na agenda do dia do Serviço Social, a qual move as entidades como o CFESS, a ENESSO e principalmente a ABEPSS, para se deslançarem diversas lutas e ações contra a ofensiva neoliberal imposta pelo Ministério da Educação, através da desregulamentação dos cursos de ensino superior, como os cursos de graduação à distância e os de curta duração.

Essa violência contra a qualidade de ensino superior é comprovada com a mercantilização da educação, com o agigantamento do número de unidades privadas de ensino, com a propagação do ensino a distância, com o alto *déficit* de docentes, estando a maioria sujeito

a contratos temporários que não privilegiam a pesquisa, nem o compromisso social que uma universidade deve oferecer às comunidades locais ou nacionais.

Com isso, o governo federal e os órgãos internacionais que determinam os rumos das políticas econômicas e sociais dos países do terceiro mundo, ficam livres das intervenções do movimento político estudantil e dos docentes, uma vez que, esse sistema de flexibilização do ensino superior fragmenta e amortiza as organizações políticas comuns ao ambiente acadêmico universitário.

Com um processo de formação acadêmica fragilizada, ocorre a produção de profissionais provavelmente carentes de criticidade e das bases da formação profissional, qual seja, os aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Com uma parca qualificação acadêmico-profissional, emergem profissionais com dificuldades de entender as múltiplas determinações que definem os fenômenos sociais. Nesse caso, ficam limitadas as ações que efetivam os direitos sociais, e qualifica a organização da classe trabalhadora.

Ao contrário, através do fortalecimento da luta profissional coletiva contra o projeto hegemônico da burguesia, é que é possível visibilizar e objetivar os princípios do Código de Ética Profissional e assim abrir vias para potencializar a consistência do projeto profissional. As bases efetivas que representam o projeto profissional perpassam o conhecimento crítico e analítico que envolve a base teórica, política, ética, organizacional e jurídica. Ao munir-se com os instrumentais que representam tais bases, as (os) assistentes sociais estão credenciadas (os) legalmente para o enfrentamento das demandas sociais impostas pelo sistema, garantindo a afirmação dos princípios orientadores das intervenções éticas e políticas.

No entanto, a crise se aloja essencialmente nestas bases, minando a ação crítica e a competência profissional, uma vez que os profissionais encontram-se num estado de trabalho vulnerabilizado, com baixíssimos salários, sem possibilidades de desenvolvimento intelectual. Nessas circunstâncias, ficam fadados a administrar meras ações assistencialistas, como marca registrada da “política social”²⁶ do atual governo federal, como aponta Netto (2007, p. 39):

²⁶ Coloco aqui política social entre aspas, por entender que os projetos meramente assistencialistas não podem ser entendidas como políticas, pois no atual governo se assistiu ao desmonte da política da assistência, formada criteriosamente no final dos anos 80 e início dos noventa. Sobre isso consultar Netto (2004a), Behring (2003), Pereira (2004a).

o Estado lulista (ou dos ‘lulistas’) perfila-se como um Estado assistencialista. Se é necessário afirmar que, num país como o Brasil, onde a ‘dívida social’ é insuportável, a assistência é compulsória, é igualmente necessário afirmar que a redução do Serviço Social à ‘profissão da assistência’ configura como enorme regressão.

Diante dessas expectativas tão adversas sobre o projeto profissional do Serviço Social, parece ser intransponível a barreira dos problemas gerados pela produção e reprodução do sistema capitalista. Porém, as estratégias diagnosticadas por alguns teóricos perpassam pelo fortalecimento político e ideológico das entidades representativas da profissão, pela defesa radical dos valores éticos emancipatórios e pela compreensão do processo histórico do Serviço Social.

Essas reflexões são os ingredientes indispensáveis ao debate sobre a validade do projeto profissional, sobre as expressões de tal projeto frente ao projeto societário de cunho neoliberal, e principalmente, sobre a projeção desse projeto no cotidiano profissional da (o) assistente social. Diante dos prognósticos revelados em nossa pesquisa, supomos que mesmo uma grande parcela de assistentes sociais tenha como eixo orientador de seu exercício profissional os princípios éticos-políticos apontados pelo projeto. Em contrapartida, há uma violenta força motriz que impede a confluência entre a ação ideal e a possível.

Embora já exposto, parece oportuno reafirmar que a história do desenvolvimento do Serviço Social é um instrumento que reitera o debate para as atuais configurações desta profissão. Podemos considerar que o Serviço Social se desenvolve atualmente na sociedade com um movimento possivelmente semelhante ao das conclusões apresentadas por Netto (2001), quando este autor analisava as condições do Serviço Social no pré-64.

É relevante recordar que, com o golpe militar em abril de 1964, o autor afirma que o Serviço Social sofreu um “curto circuito” no seu processo de desenvolvimento e maturação teórica. Pois, exatamente no momento em que se viabilizava a possibilidade da transformação de suas bases teórico-metodológicas, o país emergia num processo ditatorial que duraria cerca de 20 anos, adiando para o mesmo período, o processo ao qual Netto (2001) denominou de *Intenção de Ruptura*. Com isso canalizo minha apreciação para a seguinte questão: será que o Serviço Social não está caindo numa “cilada histórica” ou num “curto circuito” pela segunda vez? Embora não estejamos sob os auspícios da ditadura militar, com garantias plenas de liberdade de expressão e opinião, porém hoje o sistema político-econômico é também obstáculo para o desenvolvimento

integral dos princípios éticos e políticos da profissão. Dessa maneira, o trabalho da (o) assistente social fica comprometido, ou seja, por mais que se tenha instrumentos teóricos para sua realização, a intervenção na realidade pode ficar limitada, refém do imenso arsenal econômico, político e ideológico do capitalismo.

O Serviço Social brasileiro, dos anos 1980 até a atualidade teve um brilhante desenvolvimento teórico e uma expressividade política que ultrapassa barreiras continentais. Possui um conjunto de intelectuais renomados distribuídos em todas as regiões do país, ocupando espaços políticos no centro do poder federal e em outras diversas instituições estaduais e municipais, além de ter um exponencial reconhecimento qualitativo das unidades de ensino de nível superior, servindo de referência para toda a América Latina. Diante disso, como agir frente às atuais determinações políticas e econômicas do sistema de governo e das grandes organizações financeiras internacionais? Não seria agora, após todo um processo de maturidade profissional, o momento em que o Serviço Social aliado a outros sujeitos políticos, buscasse uma transformação das condições sociais da população, em vez de seguir apenas um movimento de amenização, conformismo e ações resignadas aos limites impostos pelo capital?

É relevante atentar para o fato de que o inverso desses questionamentos, não é de modo algum uma apologia ao já superado perfil de um profissional “messiânico”, nem tão pouco “militantista”. Aqui também se aproveita para evidenciar que a crítica ao profissional amorfo não é de mote generalista. Para perceber isso, basta acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo conjunto CFESS/CRESS²⁷ como campanhas, fóruns de discussões, lançamento de documentos, todos envolvendo a temática da justiça social, da defesa dos direitos, da promoção de democracia e cidadania e contra toda forma de opressão e preconceito em relação a gênero, raça, orientação sexual e de ordem geracional.

A idéia é ampliar o horizonte da categoria de assistentes sociais para que possamos observar com plena atenção os movimentos engendrados pelo sistema capitalista. Chamar atenção para o movimento do real, numa esfera cotidiana marcadamente contraditória, na qual a ideologia dominante se encarrega veementemente em desassociar a existente luta de classes, e disseminar uma aparente cosensualidade.

²⁷ Sâmya Ramos produziu uma excelente tese apresentada ao programa de pós-graduação da UFPE, que trata exatamente do movimento de luta do conjunto CFESS-CRESS em prol da afirmação e consolidação do projeto ético-político profissional.

O tecido social, construído sob a égide do neoliberalismo estimula, em todo caso, uma provação de viabilidade não apenas para o projeto profissional do Serviço Social, mas também expõe todos os movimentos de cunho contestatórios à esse modelo. É uma era de teste de possibilidade de transcendência daquilo que é “possível” para o mundo das situações ditas “impossíveis”.

Para o professor Ivo Tonet, há uma inversão de sentido entre o que é possível e o que é impossível no que tange à prática ética na realidade do capitalismo. O que é propagada atualmente é uma possibilidade de ações éticas escamoteada e regulada pelos interesses burgueses; e por sua vez aquilo que seria verdadeiramente possível, isto é, a ultrapassagem do sistema capitalista, fica relegado a uma mera utopia, a algo inacessível, à um discurso retrógrado e sem potencial de realização. Assim, Tonet (2002, p. 22) afirma:

Eis um dos aspectos mais trágicos desse momento de decadência. O que é o impossível? Construir uma autêntica comunidade humana, um mundo onde os valores universais tenham realidade objetiva sem questionar a lógica do capital. Portanto, humanizar o capital. Ora, sob essa lógica nem mesmo um mundo “mais justo, mais livre e mais igualitário” é possível, dada a dinâmica intrínseca do próprio capital. O que é possível? Erradicar o capital, e então construir uma autêntica comunidade humana, na qual os indivíduos possam transformar em prática cotidiana os valores universais, encontrando nisso a realização de uma vida verdadeiramente digna e cheia de sentido.

Dessa maneira, fazendo uma leitura da totalidade social, desvendando os fenômenos que corroem os elementos constitutivos para uma sociedade mais justa e igualitária é que se processam os passos da grande marcha coletiva em prol da liberdade e da emancipação política e social, uma vez que o desafio de maior profundidade é inexoravelmente a conquista da emancipação humana.

Para os assistentes sociais, que compõem o quadro de gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social em Fortaleza, o exercício de expressar cotidianamente os princípios fundamentais do código de ética, componente intransponível do projeto profissional é um objetivo posto como primordial no horizonte da construção de uma cidade menos desigual. Apesar da universalidade ser um desígnio irrefutável da política de assistência, os gestores, em

seu discurso, ainda priorizam o atendimento às camadas mais marginalizadas e vulnerabilizadas socialmente, como expõe esta gestora:

...a política de assistência, embora a gente saiba, que ela é uma política universalista, mas ela é universalista para quem dela precisa e aí embora a gente tenha como horizonte a questão da totalidade, ou seja, que se deve universalizar os acessos, mas temos também a questão da especificidade daqueles grupos que estão em condição maior de desvantagem e que nós pra mantermos e oportunizarmos a equidade, temos que ter uma atenção maior e priorizar as ações para esses determinados grupos... (Lua).

Fica claro, a partir desse depoimento, que a gestora da SEMAS possui clareza da condição universalista da política de assistência, e sendo esse o direcionamento assumido pela Secretaria, podemos dizer que tal compreensão está próxima da ideologia e dos princípios apontados em nosso projeto profissional. Todos os gestores entrevistados, embora imbuídos com o discurso institucional, evidenciam o conhecimento das adversidades e contradições que é permanecer sob um cargo institucional, executando uma política extremamente funcional às necessidades da hegemonia burguesa.

É preciso que as (os) assistentes sociais, que estão na condição de gestores das políticas se unam com outros setores da sociedade. Porém não me refiro à união tripartite entre o Estado com o seu poder político; o mercado com o seu domínio financeiro e o terceiro setor com o seu lastro conservador de solidariedade. Esta reunião de setores pode ser classificada como acrítica, extremamente nociva à democracia e abrasivamente destruidora das potencialidades de liberdade política e social da população, a qual tem por finalidade negar a contradição entre as classes.

A união de que falo é com a população civil organizada, com os poucos movimentos sociais que ainda não cederam às investidas de cooptação do Estado burguês e aproximação cada vez mais sólida com os referenciais do projeto. Insistimos em defender os princípios do projeto, porque entendemos que devemos permanecer na busca da possibilidade, mesmo nessa sociedade e com todos os percalços já evidenciados ao longo desse trabalho. A dialética entre o real e o possível, nos impõe investimentos teóricos sólidos.

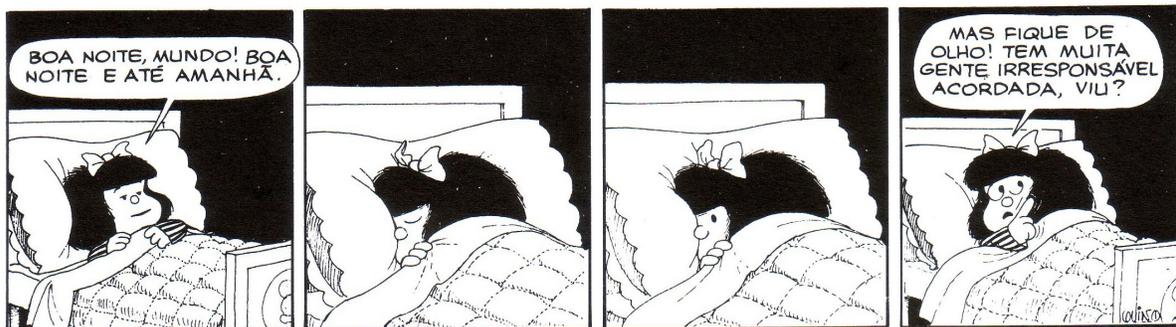
Netto (2004b) expõe que os rumos para o Serviço Social, ante a truculenta realidade capitalista, se projetam numa tarefa bem afastada do “mundo do possibilismo”, que promove políticas públicas paliativas, sem ao menos questionar o cerne dos problemas sociais. O autor

aponta para a seguinte saída: A tarefa hercúlea a ser assumida consiste, portanto, em combinar a resistência nesses espaços com um pesado investimento na organização política das populações. (op. cit., 2004b, p.20)

Apesar de todas as atrocidades configuradas nesse início de século, decorrentes das grandes investidas do capitalismo em seus mais diversos modelos desenvolvidos ao longo dos tempos, faze-se mais do que nunca necessária a leitura atualizada da teoria crítica. Com isso, defendemos que o Serviço Social é uma profissão madura, com um papel social e político efetivo para a sociedade e, que carrega ferramentas possíveis de serem utilizadas no empenho de ações que tenham efeitos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operacionais, para construir coletivamente, com os outros sujeitos sociais, as possibilidades de ruptura com o sistema do capital.

Sem nenhuma nostalgia ou anacrônismo e nem mesmo uma utopia pueril, compreendemos que a história esta saturada de determinações que se alastram no tecido social como se formasse uma colcha de retalhos, os quais, percebidos em bloco, assumem uma configuração limitada e incompleta da realidade. Portanto, o entendimento da totalidade como o impulso para o desvendamento dos fenômenos que nos envolve é mais que necessário, é um fator imanente para o desenvolvimento das relações sociais construídas sob bases da liberdade incondicional, da plena realização das necessidades do ser humano, sejam essas sociais, naturais, políticas e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Quando consideramos as análises da bibliografia consultada e os discursos levantados no decorrer da pesquisa de campo, através das entrevistas realizadas tanto com as (os) gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social, como com as pesquisadoras da política de assistência em Fortaleza, esforçamo-nos para chegar ao fim dessa investigação, não com o intuito de oferecer uma resposta definitiva para nossos pressupostos, mas objetivando propor alguns elementos para se prolongar e enriquecer de determinações o caminho de pesquisas em torno do projeto profissional do Serviço Social.

O método de pesquisa elaborado por Marx (materialismo histórico), através das análises de aproximações sucessivas do real, garante uma infinidade de substratos para a produção do conhecimento, com isso fica claro para nós, enquanto pesquisadora, mesmo com os limites de iniciante e com o conhecimento da teoria social crítica ainda em estágio de amadurecimento, a necessidade e o compromisso de primeiro preservar a fidelidade de tal método, percebendo, na realidade, um campo empírico saturado de determinações e; segundo, compreender que tais determinações do real são um conjunto de elementos que compõe a teia social, daí a rigorosa necessidade de perceber tais determinações como componentes da totalidade societal. Assim, as possibilidades de contribuir com indicações substanciais para os sujeitos envolvidos na pesquisa se tornam mais intensas.

Nesse sentido, o esforço metodológico realizado por nós, foi de perceber a atual sociedade, fundada historicamente sob a hegemonia das bases socioeconômicas capitalistas, sendo o fulcro desse sistema a manutenção da contradição entre as classes sociais e confrontar as implicações desse modelo com o projeto profissional do Serviço Social. Tal projeto, como salientamos ao longo do trabalho, possui uma dimensão ético-política, que o qualifica, legitima e direciona as diversas ações da profissão, engendrando assim uma identidade político-ideológica entre os profissionais e a classe trabalhadora. O projeto profissional detém uma condição política alinhada à equidade, à justiça social e ao aprofundamento da democracia; enquanto que a sua condição ética é fundamentalmente direcionada para a liberdade do ser humano, enquanto sujeito potencialmente capaz de construir sua história, operacionalizá-la, transformá-la e reproduzi-la.

Percebemos o projeto profissional, como um instrumento teórico-prático construído coletivamente pela categoria, no qual houve uma ampla divulgação de suas expressões em vários espaços da profissão, como nos documentos oficiais, no Código de Ética do Serviço Social, na

Lei de Regulamentação da Profissão, nas Diretrizes Curriculares, no direcionamento político das entidades CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, nos fóruns de debates, nas pesquisas e nas produções bibliográficas da área. Esses elementos, formaram um conjunto de normas e orientações que possibilitaram a (o) assistente social compreender qual o seu papel na sociedade, enquanto indivíduos capazes de observar a realidade e intervir nesta com uma leitura crítica, propositiva e articulada coletivamente.

Embora trate de um projeto profissional, ou seja, particular a uma determinada profissão, ele somente pode ser executável em conjunto com outros sujeitos da sociedade. Ele realiza um movimento de análise histórica e conjuntural que ultrapassa as particularidades da profissão e desdobra-se num projeto diretamente relacionado a uma classe, qual seja, a classe trabalhadora. Por esse motivo, as (os) assistentes sociais privilegiam em suas ações a relação coletiva de luta com os movimentos sociais, com outras categorias e com os demais sujeitos envolvidos contra o projeto hegemônico da classe burguesa. Embora, para alguns autores, haja o arrefecimento dos próprios movimentos e inclusive da organização política da classe trabalhadora, entendemos que o projeto profissional do Serviço Social, abrindo-se mão de uma visão romântica sobre a crença nas lutas sociais, ainda dispõe de suas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operacional como estratégias de enfrentamento do sistema capitalista.

Foi através dessas considerações que nos propomos a realizar uma investigação sobre as expressões desse projeto, focalizando a sua dimensão ético-política, uma vez que, nessa dimensão identificamos um arcabouço filosófico e ideológico da profissão, suas matizes de orientação para uma prática qualificada e correspondente com a teoria. Porém, de início, percebemos que as ações orientadas pelo projeto profissional não são totalmente unívocas no que concerne à teoria, principalmente quando se trata de elaborar estratégias para o enfrentamento de problemas sociais. Isso quer dizer que o horizonte de luta pode ser essencialmente a busca de uma sociedade socialista, emancipada política, social e humanamente. Porém as diversas estratégias de luta são portadoras da pluralidade teórica existente no interior da profissão. Observando isto, afirmamos que a teoria marxista não é a única que alimenta a pesquisa, os instrumentais e as discussões da profissão.

Percorremos um caminho de análise buscando a unidade entre teoria e prática, considerando alguns os elementos políticos e históricos que envolveram o conjunto do objeto. Deste percurso, elegemos três pontos fundamentais que se apresentaram durante todo o período e etapas da pesquisa: 1) a viabilidade do projeto profissional na atual sociedade capitalista; 2) o entendimento dos profissionais sobre a dimensão ético-política do projeto e 3) a manutenção da hegemonia deste projeto no interior da profissão. Ao ampliar a discussões sobre esses três eixos, é que chegamos a algumas conclusões, principalmente ao confrontá-los com os dados coletados na pesquisa de campo.

Conforme foi abordado, a escolha do campo empírico da pesquisa foi o município de Fortaleza, devido à proposta de governo apresentada pela prefeita, a qual apontava claramente para um projeto democrático-popular e que se coadunava com os princípios do projeto profissional. Ao mesmo tempo que, a vitória da atual prefeita teve um apoio considerável de um grande número de assistentes sociais.

Partindo dessas considerações, a Secretaria Municipal de Assistência Social foi o espaço onde desenvolvemos a pesquisa de campo, pois proporcionava um ambiente extremamente favorável para nossa observação, uma vez que, esta Secretaria possui a maior expressividade quanto ao número de profissionais de Serviço Social na função de gestores. Além disso, entendíamos que haveria uma maior ambientação para investigar congruências ou não entre o projeto profissional do Serviço Social e as políticas operacionalizadas pelos gestores.

Dessa forma, nosso estudo buscou evidenciar a possibilidade de expressividade dos princípios ético-políticos diante das políticas vigentes, implementadas pelos gestores. Buscamos identificar que, o debate sobre a dimensão ética e dimensão política do projeto profissional são absorvidos de modo muito incipientes entre os gestores. Isso foi identificado no decorrer das entrevistas, quando valores éticos, considerados por alguns autores como Netto (1999), Tonet (2002), Heller (2000) como sendo via para a emancipação eram verbalizados de maneira generalista e utilitarista. Um exemplo significativo foi com o termo “cidadania” empregado, de maneira totalmente desalinhada de seu sentido axiológico. Não estamos afirmando que não haja uma preocupação com a implementação responsável da política de assistência social, porém o discurso ainda é muito atrelado ao institucional, ou melhor, o que observamos é que nos discursos, os gestores não evidenciam reais condições para que aconteça uma política voltada

diretamente para a promoção da cidadania e do direito. Esse fato é inclusive, reafirmado nas entrevistas com as pesquisadoras que trabalham o tema. Para essas, o atual governo pode até possuir uma boa intenção, mas o objetivo de ter a assistência como política universalista e de direito ainda permanece num horizonte longínquo da realidade.

Ressaltamos o fato do Brasil ser extremamente heterônimo em relação à política econômica mundial, em âmbito social, permanece rendido, sendo freqüentemente mero reprodutor dos interesses internacionais, e promovendo projetos sociais com base nos mínimos benefícios possíveis e para uma pequeníssima parcela da população, refletindo o viés seletivo, assistencial e fragmentário das políticas sociais. Essa tem sido um problema para a manutenção da validade do projeto profissional do Serviço Social, uma vez que ele está envolto a uma complexidade de determinações (desemprego, fome, violência, degradação ambiental) que diz respeito ao próprio processo de reprodução do sistema capitalista.

Outro elemento sobre o discurso dos gestores, é que eles defendem a ideia segundo a qual o direcionamento político e social realizado na SEMAS coaduna-se com os princípios do projeto profissional do Serviço Social. Percebemos que, nessa opinião, não estão sendo consideradas as particularidades do arsenal teórico e filosófico da dimensão ético-política do projeto. É evidente que ambos compartilham da defesa intransigente dos princípios do projeto, que almejam a política de assistência social com caráter verdadeiramente universal e de direito, que de fato há um interesse em modificar a cultura clientelista, que há um embate de forças junto com alguns vereadores conservadores, mas tudo isso ainda não ultrapassou o mero caráter de plano de um governo. As políticas ainda são muito arraigadas aos tramites burocráticos do governo federal, a participação popular também relatada pelos gestores, ainda não transpôs os parâmetros de uma participação passiva, orquestrada e balizada pelo próprio governo. A participação popular precisa romper os limites de concessão institucional, e não resignar-se à uma mera participação num processo de escolha, com alternativas concedidas pela própria prefeitura²⁸.

²⁸ Aqui fazemos referência a uma votação ocorrida em fevereiro deste ano, quando a população fortalezense participou de um processo de escolha sobre as taxações das tarifas dos transportes urbanos. Foram três alternativas a serem votadas, sendo todas elaboradas pela prefeitura, em conjunto com empresários das empresas de transportes. A isso a prefeitura denominou “participação popular”. Conferir sobre o assunto nos sites:

<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/768247.html>
pagina=noticia.asp&id=946

e <http://www.etufor.ce.gov.br/index.asp?>

Desse modo, entendemos que mesmo numa prefeitura, onde teve como campanha o discurso democrático-popular, as políticas sociais, em geral, ainda ficam restrita a uma mínima parcela da população, que, por sua vez, são indivíduos que vivem em condições sub-humanas, beneficiários de políticas minimalistas e que, em algumas vezes, ainda estão sujeitos à seleções e prioridades das políticas públicas sociais à que são assistidos. Assistentes sociais, gestores ou não de políticas públicas sociais, mesmo com bons níveis de interlocução política e teórica com o projeto profissional, demonstrando potencialidade crítica de observação e intervenção na realidade, ainda permanecem numa tímida correlação de forças frente aos limites impostos pelo sistema capitalista.

No processo de encaminhamento para finalização das análises da pesquisa, deparamos-nos com duas questões que se põem na agenda do dia para o Serviço Social. Ratificamos que não são propriamente assertivas conclusivas. São fatores instigantes e que possuem mais um caráter analítico para futuras pesquisas, que mesmo uma conclusão hermética. O primeiro ponto é particular aos sujeitos envolvidos na pesquisa, ou seja, os gestores da SEMAS. As análises apontaram que estes sujeitos, apesar de possuírem uma identidade política e ideológica entre si, e embora tenham demonstrado, historicamente, que são profissionais envolvidos politicamente com a profissão, ainda permanecem reféns dos instrumentos institucionais de alienação do trabalho, uma vez que argumentam serem as condições objetivas da sociedade capitalista o maior empecilho para a realização de suas tarefas. Com base nos seus discursos, questionamos: será realmente o limite capitalista o fim de nossas intervenções e lutas para a construção da sociedade almejada no projeto profissional?

O segundo ponto é de nível mais geral, mas que possui intrínseca relação com a primeira. Refere-se acerca da manutenção da validade, ou o risco do projeto profissional do Serviço Social perder sua potencialidade progressista e contestatória. A ameaça da perda de hegemonia do projeto profissional, de cunho ético-político, está proporcionando um intenso e atualizado debate nos fóruns da categoria²⁹. Diversos são os fatores que corroboram com tal questão, dentre eles estão: a explosão de faculdades privadas e de cursos de ensino a distância, em que poucas ou quase nenhuma mantém a responsabilidade de implementar o ensino de acordo

²⁹ Podemos citar como exemplo a discussão sobre o exame de Proficiência em Serviço Social, ocorrido durante o II Seminário Nacional de Pós-Graduação, em março de 2008, no Rio de Janeiro. Na ocasião dessa mesa, houve calorosas discussões, onde as expositoras, prof^{as}. Ivanete Boschette e Prof^a Marvi Rodrigues, argumentavam que, diante de várias outras questões, a fragilidade da formação profissional estaria diretamente relacionada com a crise vivenciada pelo projeto ético-político.

com as diretrizes curriculares da ABEPSS, ocasionando uma baixíssima qualidade do ensino e um rendimento profissional insatisfatório; a vulnerabilização do profissional no mercado de trabalho, a terceirização, no qual o perfil requisitado é o profissional multifuncional, pragmático e acrítico; e, englobando tudo isso, a forte ofensiva neoliberal, que injeta uma intensa pulverização na capacidade crítica, política e contestatória da população.

Diante dos ataques do sistema capitalista, com sua ideologia individualista, mercantilista e autoritária, é inegável os impactos ocasionados no ensino, na pesquisa e no trabalho da (o) assistente social, como também em todos outros espaços de resistência anti-capitalista. É evidente que o projeto profissional sofra ameaças, e até desconfigurações de seus princípios, porém, o que intentamos demonstrar no decurso desse trabalho é que o sistema capitalista não possui um fim em si mesmo. Com este entendimento, nosso objetivo é sinalizar que, embora o projeto profissional vivencie ameaças, ele agrega um conjunto de ideologias que permite a construção de alternativas reais para o enfrentamento dos problemas impostos pelo capitalismo. Para tanto, é necessário o seu constante fortalecimento, a defesa intransigente dos princípios, a compreensão clara das suas dimensões, além das articulação política e do intercâmbio com os outros sujeitos coletivos, pois isso é o que garante a construção de um projeto maior, que é o projeto societal voltado plenamente para os interesses da classe trabalhadora.

ANEXOS



ANEXO 1

Entrevista com gestores da SEMAS

01. O que você acha dos princípios e diretrizes que norteiam a política da Assistência Social da prefeitura Municipal de Fortaleza? (Se coaduna ou não com os princípios do PEPSS?).
02. A categoria das (os) assistentes sociais participou da construção dessas políticas? Teve alguma outra participação de sujeitos na construção? De que forma se deu tal participação?
03. Você percebe alguma relação entre os princípios do PEPSS e as diretrizes da política de assistência do município?
04. Que condições objetivas (financiamento) são viabilizadas pela PMF para operacionalizar essas políticas?
05. Quais os diferenciais percebido por você em relação a promoção da assistência social nesse governo?
06. Quais as dificuldades e desafios enfrentados na execução das políticas na atual gestão da SEMAS?
07. De acordo com o programa de governo e com as diretrizes que funda a SEMAS, a gestão preza pela democracia, participação popular na distribuição da riqueza, participação nas decisões políticas (OP), concepção de política social como direitos...Diante disso, você acredita na possibilidade, mesmo com condições capitalistas adversas, de implementar políticas que assegurem a universalidade, a justiça e a equidade social? É possível uma gestão “democrática e popular”, é possível assistentes sociais exercerem sua função compatível com o PEPSS?

ANEXO 2

Entrevistas com as pesquisadoras da política de assistência social

01. Como se processou os primeiros passos para a formação da política de assistência social em Fortaleza?

02. Na condição de uma intelectual, como você vê a política da assistência municipal e sua correlação com um governo de projeto político “democrático e popular”?

03. Qual sua opinião sobre a construção e execução da política de assistência do município de Fortaleza e sua relação com o PEPSS?

ANEXO 3

Se Eu Morasse em Fortaleza... Votaria em Luizianne Lins

Quem dera votar em Fortaleza, quem dera poder de novo sair às ruas, vestir camisa, colocar o "velho" botão estelar vermelho, defender com convicção propostas que foram construídas coletivamente em décadas de luta e vê-las ainda brilhando, firmes e possíveis no Programa de Governo de Luizianne Lins.

O voto em Luizianne não é apenas um voto, é a afirmação de princípios concretos de esquerda, em meio a uma conjuntura adversa, na qual predomina forte tendência à diluição de projetos políticos, em que parte significativa da esquerda se rende ao "tudo pela governabilidade" e ao pragmatismo eleitoral. Votar em Luizianne é oxigenar a velha e a nova militância e deixá-la sair às ruas, longe do "profissionalismo das campanhas" e em dia com a defesa da radicalidade democrática e da liberdade.

Para nós que não podemos votar em Luizianne Lins porque não moramos em Fortaleza, afirmar nosso apoio à sua candidatura, forjada na coragem, autonomia e ousadia, significa expressar compromisso ideológico com a construção de um projeto político radicalmente de esquerda neste momento histórico.

Ao apoiarmos Luizianne estamos afirmando os princípios contidos em nosso projeto ético-político-profissional, expresso em nosso código de ética e que estão impressos no seu programa de governo: respeito à diversidade, eliminação de todas as formas de preconceito; garantia de pluralismo; compromisso com a qualidade de serviços prestados à população; articulação com os movimentos sociais; democratização e participação popular, direitos humanos para todos e todas.

Apoiar Luizianne é fortalecer a luta; é identificar possibilidades para ampliar a agenda de direitos; é manter viva a vontade coletiva e fazer a militância outra vez protagonista, informada, lírica e ousada; é acreditar na mudança, na transformação, no processo histórico na e pela luta coletiva.

Para nós Assistentes Sociais apoiar à campanha de Luizianne é ter, como diz José Saramago, *"responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam"*.

Assinam a Nota:

Adriana Paula da S. Eleutério - Assistente Social - HUOL - RN
 Aione Souza - Professora UERN
 Alexandra Mustafá - Professora UFPE
 Ana Cristina Vieira - Professora UFPE
 Andréa Lima - Assistente Social - GAJOP-PE
 Anita Aline A. Costa - Professora UFPE
 Antônio Agripina A. de Medeiros - SEMTAS - Natal/RN
 Carla Catarina S. Figueira - Assistente Social - Mossoró -RN
 Carmelita Yaszbeek - Professora - PUC/SP
 Dalva Horácio - Professora UFRN
 Daniela Neves - Professora - UNIPAC/MG
 Denise Câmara - Professora UFRN
 Deusa Santos - Mestranda em Serviço Social - UFRN
 Edelweiss Falcão - Professora UFPE
 Elaine Rossetti Belting - Professora FSS/UERJ
 Eliana Andrade - Professora UFRN
 Emir Sader - Professor FSS e LPP/UERJ
 Eugênia Raizes - Professora - UFES
 Franci Gomes - Professora UFMA
 Gardênia Margarida M. Campos - Assessora da CACTUS-RN
 Ilena Felipe Barros - Assistente Social do CEAHS - Natal -RN
 Íris de Oliveira - Professora UFRN
 Ivanete Boschetti - Professora UNB
 José Paulo Netto Professor UFRJ
 Lucia Barraco - Professora PUC-SP
 Maria Célia Nicolau - Professora UFRN
 Maria de Jesus Silva - Assistente Social INSS - Natal-RN
 Maria Elizabeth Saritana Borges - Professora UCSAL-BA
 Marialda Moura da Silva - Assistente Social - AACCC - RN
 Marieta Koike - Professora UFPE
 Marina Maciel - Professora UFMA
 Marliise Vinagre Silva - Professora - UFRJ
 Marylúcia Mesquita - Assistente Social - DIVAS
 Maurílio Castro de Matos - Professor FSS/UERJ
 Mione Apolinário Sales - Professora FSS/UERJ
 Miriam Inácio - Professora FACEX-RN
 Alôncia Torres de Alencar - Professora - FSS/UERJ
 Regina Maria dos Santos - Mestranda em Serviço Social -UFRN
 Rita Araújo Aquino - Mestranda em Serviço Social - UFRN
 Rosa Helena Stein - Professora UNB
 Rosa Paredes - Professora UFAL
 Rose Serra - Professora FSS/UERJ
 Severina Garcia - Professora UFRN
 Telma Gungel - Professora UERN
 Vera Maria Ribeiro Nogueira - Professora - UFSC
 Yolanda Guerra - Professora - UFRJ



ANEXO 4

UM DESAFIO PARA A ADMINISTRAÇÃO DE LUIZIANNE LINS: A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO

Acreditamos que um novo tempo se inicia para a cidade de Fortaleza com a eleição de **Luizianne Lins** para a Prefeitura. Um tempo marcado pelo desafio de reconstrução da cidade nos aspectos administrativo-financeiros, ético-políticos e, principalmente, na participação da população nos conselhos populares para definir suas reais demandas e indicar as prioridades da ação governamental.

Afirmamos que, no esforço de construir uma **cidade bela, justa e democrática para todos(as)**, é fundamental a criação e implementação de políticas sociais conseqüentes que realmente atendam às necessidades da população, principalmente das famílias, jovens, mulheres, desempregados e idosos que fazem parte dos segmentos mais empobrecidos da nossa cidade.

A **Assistência Social**, Direito de Cidadania e Dever do Estado, é conquista assegurada na Constituição de 1988, que a define como política pública, integrante da Seguridade Social brasileira, juntamente com a Política de Saúde e Previdência. Sua regulamentação, fruto de lutas da Sociedade Civil, está assegurada na Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS (Nº 8.742/93). A categoria dos(as) Assistentes Sociais desempenhou papel determinante nesse processo, articulando nacionalmente as Entidades da Sociedade Civil na construção de fóruns em defesa da Assistência Social. Após mais de uma década, essa Lei não foi cumprida na sua totalidade. Aliás, o Governo FHC criou o Comunidade Solidária, um programa de caráter restritivo e emergencial, que representou a descontinuidade e fragmentação das ações, bem como reforçou o clientelismo. Os 1.000 delegados de todo o Brasil, presentes na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, reafirmaram o compromisso com a descentralização, participação e controle popular nesta área. Reafirmaram o preceito legal do Comando Único em cada esfera governamental e deliberaram pela implementação do **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, hoje incorporado na Política Nacional de Assistência Social e em fase de estruturação pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O grande desafio é construirmos um sistema único descentralizado, territorializado, com serviços permanentes de contínuos, estabelecendo com os usuários a relação de direitos e deveres, e reforçando a obrigação do Poder Público com a coletividade. Para isso é necessário rompermos com a noção equivocada de assistência social como ajuda emergencial voltada apenas para a pobreza absoluta. É preciso implementar esta política pública tal como preceitua a LOAS: um direito social capaz de reduzir as desigualdades sociais e destinada a responder às necessidades básicas da população, sob a responsabilidade estatal e sob o controle da sociedade por meio dos Conselhos de Assistência.

Com estes desafios, defendemos que é imprescindível uma organização político-administrativa que venha viabilizar a operacionalização da Política de Assistência Social. Impõe-se a urgente criação da **Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza** para que, articulada ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e com outras entidades, possa efetivar uma verdadeira política social, onde as práticas históricas do favor, do clientelismo e do nepotismo sejam erradicadas da administração pública de Fortaleza.

Sabemos que a condução desta política social deve ser feita com conhecimento especializado, competência técnica e com os princípios da democracia e da participação popular. Esses critérios qualificam o(a) assistente social, dentre outros profissionais, para conduzir de modo competente a gestão da **Secretaria Municipal de Assistência Social**. Essa escolha

não é aleatória, muito menos corporativista, mas representa aquilo que é afirmado pelo Sociólogo Francisco de Oliveira:

Os assistentes sociais constituem-se numa das categorias mais combativas e, por isso, criativas na política brasileira do último quartel de século. A categoria está em todos os conselhos de defesa e promoção de direitos sociais, numa incessante atividade. Deve-se dizer que sem os assistentes sociais a criação e a invenção de direitos no Brasil não teria conhecido os avanços que registra.

Destacamos que a construção do mandato popular da vereadora, deputada e prefeita **Luizianne Lins** tem sido historicamente fortalecida, também, pela militância de estudantes e profissionais de Serviço Social. Assim a defesa de um(a) assistente social, que esteja de acordo com um perfil político-administrativo e ético, irá contribuir para a consolidação de uma nova cultura política na administração da Prefeitura de Fortaleza.

Fortaleçamos o nome de **VIRGINIA MÁRCIA ASSUNÇÃO VIANA**, Assistente Social, Mestre em Sociologia, companheira que vem das lutas sociais na década de 80, iniciando sua trajetória política no Movimento Estudantil da UECE, como integrante do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social.

Reconhecida pela sua competência técnica e teórico-metodológica, e pelo compromisso ético-político, exerceu diversos cargos na área do Serviço Social, como Agente Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social-CRESS/CE. Assistente Social do INSS, esteve sempre articulada ao movimento sindical. Professora substituída da UECE de 2000 a 2004, período em que participou do movimento docente, contribuindo com outros companheiros na fundação, na UECE, da Seção Sindical do ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES/SN).

Ressaltamos que **VIRGINIA MÁRCIA ASSUNÇÃO VIANA** vem participando da organização da categoria dos(as) assistentes sociais em diversos espaços. Conselheira em duas gestões no CRESS, quando o representou no Conselho Municipal de Assistência Social, atualmente é coordenadora da 4ª etapa da Revisão do Benefício de Prestação Continuada, importante benefício inscrito na Lei que regulamenta a Assistência Social. Fatos estes que configuram sua vivência cotidiana com a política de Assistência Social.

Companheira que, com compromisso, ética, paixão e leveza, vem reafirmando e vivenciando no seu cotidiano com os usuários, com os(as) colegas de trabalho e com os(as) companheiros(as) de luta a defesa das políticas sociais, dos direitos humanos e de espaços igualitários para todos e todas.

Virgínia Márcia Assunção Viana, mulher, mãe, militante, assistente social se inscreve no perfil da nova administração municipal, que foi forjada pela militância e referendada na eleição por mais da metade da população de Fortaleza que depositou confiança e esperança na Prefeita Luizianne Lins.

Temos certeza que, enquanto sociedade civil organizada, com esta carta estamos contribuindo para a construção de uma nova cultura política, onde o debate, aberto e democrático, seja a marca das nossas ações. Por fim, sabemos que cabe à Prefeita, com liberdade, autonomia e legitimidade, escolher seu Secretariado, que têm como desafio e compromisso a construção de uma **cidade mais bela, justa e democrática para todos(as)**.

ASSINAM ESTA CARTA:

- Adinairi Moreira (Professora UEPB)
- Aírton de Paula Barreto (Advogado, Fundador do Movimento Emaús do Ceará e Presidente dos Direitos Humanos do Pirambu)
- Alba Pinho (Professora UFC)
- Alexandra Rodrigues (Aluna de Serviço Social)
- Alzira Nogueira (Instituto Negra)
- Ana Cristina Cavalcante (Socióloga SEDAS)
- Ana Karla Batista (Assistente Social CAPS/SER III)
- Ana Paula Pereira (Cearah Periferia)
- André Menezes (Assistente Social/CEDI)
- Andréia Lima (GAJOP/PE)
- Andréia Pachêco (Professora UFAL)
- Andréia Saraiva (Historiadora)
- Andreza Rebouças (Assistente Social DAS/SER VI)
- Ângela Madeiro (Secretária de Assistência Social de Meruoca)
- Aucinéia Moreira de Sousa (Assistente Social da Secretaria de Assistência do Estado do Acre)
- Aurineida Cunha (Professora UECE)
- Auxiliadora Araújo (Assistente Social)
- Bernardo Lucas (Militante do PT)
- Bernardo Oliveira (Assessor Parlamentar)
- Charles Mesquita (Médico)
- Cínelde Almeida (Casa Chiquinha Gonzaga)
- Cinthia Fonseca (Assessora Sindical do MST)
- Cláudia Freitas (Historiadora e Professora da UECE)
- Cleomar Campos (Professora UEPB)
- Conceição Pio (Professora UECE)
- Cristina Nascimento (Assistente Social da ONG CETRA)
- Cristina Nobre (Professora UECE)
- Cyntia Studart (Mestranda em Sociologia/UFC)
- Daniel Rogers (Assistente Social GRAB)
- Derleide Andrade (Assistente Social CAPS/SER III e HUWC)
- Diana Ferreira Gomes (FOEAS)
- Dr. Vicente (Médico CAPS/SER VI)
- Edite Silva (Instituto Negra do Ceará/CEB's)
- Elaene Rodrigues (Instituto Negra)
- Elaine Rosseti Behring (Professora UERN)
- Eliana Almeida (Casa Chiquinha Gonzaga)
- Elisabeth Sacramento (Assistente Social/São Gonçalo do Amarante)
- Elivânia Moraes (Professora UECE)
- Elizabeth Cruz (Assistente Social/ESPLAR e Fórum de Mulheres)
- Elízio Lóiola (Assistente Social GRAB)
- Epitácio Macário (Professor UECE)
- Eriênia Sobral (professora UECE)
- Estênio Ericson (Estudante de Serviço Social e Representante Regional da ENESSO)
- Fabíola Pessoa (Assistente Social CAPS/Morada Nova)
- Fátima Carvalho (Socióloga/Assessora da CDHC da AL-CE)
- Fernanda Marques (Professora UERN)
- Francisca Marti ("Martinha" - Advogada/MST)
- Francisca Sena (Assistente Social CARITAS)
- Francisco Caminha (Deputado Estadual/Presidente Nacional do PHS)
- Gilda Maria Oliveira de Aquino (Assistente Social CRAS/SER IV)
- Giovanna Mateus (Assistente Social DAS/SER VI)
- Gladson Ribeiro (Professor UECE)
- Gleiciany Lemos (Assistente Social)
- Hélio Alves (Professor UECE)
- Herlon Alves (Assistente Social)
- Hyrlene Justa de Sá (Assistente Social SAS/CE)
- Iêda Nobre Castro (Assistente Social AL-CE/UNIFOR)
- Irenice Campos (Assistente Social CAPS/SER IV)
- Irma Moroni (Professora UECE)
- Ivanete Boschetti (Professora UNB)
- Ivonete de Souza (Militante do PT)
- Joana D'Arc Matias de Prado (Assistente Social SESC)
- João Nogueira Mota - Prof. Moraes (Vice-Reitor da UECE)
- José Cordeiro de Oliveira (Presidente da HOJE Assessoria em Educação e Diretor do Centro de Aprendizado Agroecológico-CAA)
- Jose Levi Furtado Sampaio (Professor UFC)
- Karla Karan (Assistente Social/CETRA)
- Kelly Stefany Martins (Assistente Social Penas Alternativas)
- Kelma Nunes (Assistente Social CAPS/SER VI)
- Letícia Peixoto (Assistente Social/ESPLAR)
- Liana Brito (Professora UECE)
- Lídia Dias (Psiquiatra CAPS Aracati)
- Lúcia Conde (Professora UECE)
- Luciana Batista (Professora UFPB)
- Luciana Pimentel (Instituto Negra)
- Maria do Socorro Maia (Assistente Social HUWC)
- Maria Esther Dias Barbosa (Professora do Mestrado de Políticas Públicas-UECE)
- Maria Stela Pereira Acioli (Professora UECE / Assistente Social Aposentada INSS)
- Mário Albuquerque (Presidente da Associação 64/68 Anistia)
- Marylucia Mesquita (Instituto DIVAS-PE)
- Mércia Cardoso (Técnica do Judiciário)
- Mione Apolinario Sales (Professora UERN)
- Miriam de Jesus Alves (Comunidade Serrinha)
- Miria Cisne (Professora UERN)
- Mônica Maria Chaves Bastos (Assistente Social)
- Mônica Oliveira de Souza (Assistente Social SEDAS)
- Nara Martinuzzi Castilho (Superintendente INSS)
- Neura Antunes (Assistente Social Ministério da Saúde)
- Neuza Freire (Assistente Social CAPS/SER III)
- Nilo Alves (Comunidade Serrinha)
- Olívia Monteiro (Assistente Social/Macelió-AL)
- Orlaneudo Lima (Presidente do GRAB)
- Oto Soares de Oliveira (Engenheiro Civil UECE)
- Pádua Santiago (Professor UECE)
- Paula Fabrícia Aguiar (Mestranda em Sociologia/UFC)
- Raimunda Nonata Carlos Ferreira ("Ramona" - Assistente Social Coordenadora de Apoio à Gestão e Participação Social/Departamento de Saúde Indígena/FUNASA)
- Raimundo Mendes (Professor UFC)
- Régia Maria Prado Pinto (Assistente Social CRAS/Itarema)
- Rejane Jesuino Sousa (Assistente Social CRAS/SER IV)
- Rivânia Moura (Professora UERN)
- Roberta Menezes (Estudante de Serviço Social e Diretora do CALSS)
- Rubia Cristina Martins Gonçalves (Assistente Social CRAS/SER IV)
- Ruth Brito dos Santos (Assistente Social SEDAS)
- Sâmbara Paula (Professora UEPB)
- Sâmya Rodrigues Ramos
- Sandra Amélia Sampaio (Professora UEPB)
- Sandra Gadelha (Professora UECE)
- Sandra Maria Soares de Oliveira (Assistente Social)
- Sandra Moraes dos Santos (Assistente Social IJF)
- Sandra Silva Alves (Assistente Social/Caucaia)
- Silvana Mera Moraes dos Santos (Professora UFRN)
- Socorro Maciel (Professora UECE)
- Sylvania de Sousa e Silva (Assistente Social ONG Alpendre)
- Tatiana Raulino (Assistente Social/Viçosa do Ceará)
- Telma Gurgel (Professora UERN)
- Valdenizia Peixoto (Estudante de Serviço Social e ex-diretora do CALSS)
- Valéria Freitas (Assistente Social CRAS/SER VI)
- Vanda Anselmo (Secretária de Ação Social/Itarema)
- Vanuza Peixoto (Professora de História)
- Verônica Soares Fernandes (Assistente Social)
- Werbens Castro (Assistente Social HUWC)
- Zuleide Gurgel (Conselho Municipal de Saúde)

SE VOCÊ QUISER ADERIR A ESTA CARTA, ENVIE EMAIL PARA andremg@uol.com.br ou aurineidacunha@uol.com.br.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 6ª edição, São Paulo, Cortez, 1999.

BARROCO, M.L.S. **Ética, direitos humanos e diversidade**. In.: Presença Ética: ética, política e emancipação humana. Revista Anual do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética - GEPE / Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Ano III, nº 03 - dezembro de 2003.

_____. **A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, ano XXV, nº. 79, setembro de 2004.

_____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4ª ed. São Paulo, Cortes, 2006.

BEHRING, E.R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos** – São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Política Social: notas sobre o presente e o futuro**. In.: Política Social: Alternativas ao neoliberalismo / Orgs.: Ivanete Boschetti, Potyara A .P. Pereira, Maria Auxiliadora César, Denise B.B. de Carvalho. Brasília: UnB, programa de Pós-graduação em Política Social, Depart. De serviço Social, 2004.

_____. **Política social: fundamentos e história** / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. – São Paulo: Cortez, 2006. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2)

BOSCHETTI, I. **Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?** In.: Serviço Social e Sociedade, nº. 79, ano XXV, setembro de 2004.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BRAZ, M. **O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 78, ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos.** In.: Revista Inscrita. CFESS, Ano VII, nº. X. Novembro, 2007.

BRUNO, A. **Os pecados capitais do Cambeba.** / Artur Bruno; Airton de Farias; Demétrio Andrade. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002.

CFESS. Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 3. ed. rer. e atual. – [Brasília] : Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

_____. Código De Ética Profissional, Resolução Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, nº 195/86 de 09 de Maio de 1986.

FARIAS, A. **História do Ceará: dos índios à geração Cambeba.** Fortaleza: Tropical, 1997.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social,** 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2005.

GONDIM, L. M.P. **Os “governos das mudanças” (1987 – 1994).** In: SOUSA, Simone de. **Uma nova história do Ceará** / organização Simone de Sousa. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

HELLER, A. **O Cotidiano e a história.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, S. **Política e ética.** Crítica Marxista, nº 14, ed. Boitempo, São Paulo, 2002.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** Tradução: Livio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 4ª edição, 2005.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro Primeiro, Vol. I. Tradução Reginaldo Sant’Anna .24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach**. Ed. Moraes, São Paulo, 1984.

MORAIS, Elvira Sá de. **A Uece e a política estadual do ensino superior**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do estado do Ceará, 2000.

MORONI, I. **A descentralização da política de assistência social no Ceará: caminhos e descaminhos**. Tese de Doutorado, Recife: UFPE, Maio, 2007.

MOTA, A.E. e AMARAL, A. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) *A nova fábrica de consensos*. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, A.E. **Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social à crise contemporânea**. Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 1, Brasília, CEAD/UNB - CFESS-ABEPSS, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto a prova**. In: *Serviço Social e Sociedade*, n°. 79, ano XXV, setembro de 2004a.

_____. **Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil**. In.: *Política Social: Alternativas ao neoliberalismo* / Orgs.: Ivanete Boschetti, Potyara A .P. Pereira, Maria Auxiliadora César, Denise B.B. de Carvalho. Brasília: UnB, programa de Pós-graduação em Política Social, Depart. de Serviço Social, 2004b.

_____. **Das ameaças à Crise**. In.; *Inscrita*. CFESS, Ano VII, n°. X. Novembro, 2007.

NICOLAU, M.C.C. **Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, ano XXV, nº. 79, setembro de 2004.

NOBRE, Maria Cristina Queiroz. **O estado na ordem do capital: o significado e o alcance das mudanças na “Era Tasso”**. (Universidade Federal do Ceará - Dissertação de Mestrado) - Fortaleza, 1999.

OLIVEIRA, E.F. **Rosa Luxemburgo: Reforma e Revolução**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

PAIVA, B.A. e SALES, M. A. **A nova Ética Profissional: Práxis e Princípios**. In: BONETTI, D.A. et alli. Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis, 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.

PEREIRA, P. A. P. **Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo**. In.: Política Social: Alternativas ao neoliberalismo / Orgs.: Ivanete Boschetti, Potyara A .P. Pereira, Maria Auxiliadora César, Denise B.B. de Carvalho. Brasília: UnB, programa de Pós-graduação em Política Social, Depart. De serviço Social, 2004a.

_____. **Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social**. In.: Serviço Social e Sociedade, nº 77, ano XXV, março 2004b.

RAMOS, S.R. **A construção de Projetos Coletivos: Refletindo Aspectos do Projeto Profissional do Serviço Social**. In. Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 3, nº 5 (jan/jun. 2002). Brasília: ABEPSS, 2002.

_____. **A mediação da organização política na (re) construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social**. Tese de doutorado, Recife: UFPE, 2005.

SALES, M. A. **Ética, democracia participativa e socialismo: o modo petista de governar em xeque sob o Governo Lula**. In.: Serviço Social e Sociedade, nº 85, ano XXVII, março 2006.

SILVA, M. Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura / Maria Ozanira da Silva e Silva (Coordenadora)**. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, A. **Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social**. In.: Serviço Social e Sociedade, nº 77, ano XXV, março 2004.

TONET, I. **Ética e capitalismo**. In.: Presença Ética: ética, política e emancipação humana. Revista Anual do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética - GEPE / Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Ano II, nº 02 - novembro de 2002.

YAZBEC, M.C. **As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS**, In.: Serviço Social e Sociedade, nº 77, ano XXV, março 2004.

DOCUMENTOS

LINS, L. **Por amor à Fortaleza**. Programa para uma cidade bela, justa e democrática. Agosto de 2004.

Prefeitura Municipal de Fortaleza. **A Assistência Social como Política Pública: diálogos sobre o comando único em Fortaleza** / Maria Zelma de Araújo Madeira (org). – Fortaleza; MD Gráfica e editora 2004.

_____. **Plano Municipal de enfrentamento à pobreza em Fortaleza: construindo vias de inclusão de famílias em risco social (PPA Assistência Social)**. Fortaleza, Ce. Agosto de 2005.

SITES

http://www.fortaleza.ce.gov.br/ver_noticias.asp?cod=n54321332008165431

<http://www.opovo.com.br/opovo/politica/768263.html>

http://www.cearaagora.com/materias/pg_materias.php?cod=9392

<http://diariodonordeste.globo.com/arquivo/materia.asp?codigo=190382>

<http://www.opovo.com.br/opovo/politica/773396.html>

<http://www.etufor.ce.gov.br/index.asp?pagina=noticia.asp&id=946>

<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/768247.html>

QUADRINHOS

QUINO. **Toda a Mafalda** / Quino; [tradutores Andréa Stahel M. da Silva...et.al.]. – São Paulo: Martins Fontes, 1993.